

CURSO DE VERÃO – ANO XXVII

Coleção TEOLOGIA POPULAR

- Curso de verão* — *Ano I* (Introdução ao AT; Êxodo; Cristologia; leigos e ministérios; fé e política; culturas oprimidas)
Curso de verão — *Ano II* (Profetismo; eclesiologia; religião do povo; movimento popular; comunicação)
Curso de verão — *Ano III* (NT e evangelho de Marcos; batismo e eucaristia; história da Igreja no Brasil; a mulher)
Curso de verão — *Ano IV* (At, 1Cor, Ap; liturgia; ecumenismo; educação e trabalho)
Curso de verão — *Ano V* (Gn 2-3; feminismo; sexualidade; culturas e juventude)
Curso de verão — *Ano VI* (Comunidade; Espírito Santo; ética; ecologia e moradia)
Curso de verão — *Ano VII* (Cidadania; pentecostalismo e novos movimentos religiosos)
Curso de verão — *Ano VIII*: A cidade: um desafio para as Igrejas e movimentos populares
Curso de verão — *Ano IX*: Trabalho — Crise e alternativas
Curso de verão — *Ano X*: Por uma ética da liberdade e da libertação
Curso de verão — *Ano XI*: Espiritualidade e Mística
Curso de verão — *Ano XII*: Culturas e inculturação
Curso de verão — *Ano XIII*: Brasil, 500 anos: por um jubileu de justiça e de esperança
Curso de verão — *Ano XIV*: Construir e celebrar a justiça e a paz em tempos de exclusão e violência
Curso de verão — *Ano XV*: Produzir a esperança: Projetos de sociedade e utopia do Reino
Curso de verão — *Ano XVI*: Saúde: Cuidar da vida e da integridade da criação
Curso de verão — *Ano XVII*: Água é vida: Dom de Deus e responsabilidade humana
Curso de verão — *Ano XVIII*: Educar para a justiça, a solidariedade e a paz
Curso de verão — *Ano XIX*: Comunicações: Ética e Cidadania
Curso de verão — *Ano XX*: Ecologia: Cuidar da vida e da integridade da criação
Curso de verão — *Ano XXI*: Juventude: Caminhos para outro mundo possível
Curso de verão — *Ano XXII*: Arte e Educação Popular
Curso de verão — *Ano XXIII*: Política e Comunidades Humanas: por uma prática popular transformadora
Curso de verão — *Ano XXIV*: A vida: desafio à Ciência, Bíblia e Bioética: do genoma humano às células-tronco
Curso de verão — *Ano XXV*: Religiões construtoras de justiça e de paz
Curso de verão — *Ano XXVI*: Redes Digitais: tecendo relações, construindo comunidades, exercendo cidadania
Curso de verão — *Ano XXVII*: Juventudes em foco: por políticas públicas inclusivas em trabalho, educação e cultura

Movimento Passe Livre - São Paulo
Ermínia Maricato
Regina Novaes
Márcio Pochmann
Francisco Orofino
Ricardo Rezende Figueira
José Oscar Beozzo e
Cecília Bernadete Franco (orgs.)

CURSO DE VERÃO — ANO XXVII

**JUVENTUDES EM FOCO:
POR POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS
EM TRABALHO, EDUCAÇÃO E CULTURA**

CESEEP



CENTRO ECUMÊNICO DE SERVIÇOS À EVANGELIZAÇÃO
E EDUCAÇÃO POPULAR — CESEEP
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 993 cpto. 205 – Bela Vista
01317-001 São Paulo – SP
tel./fax: (11) 3105-1680
ceseep@ceseep.org.br
www.ceseep.org.br

Direção editorial
Claudiano Avelino dos Santos

Organização
Pe. José Oscar Beozzo

Coordenação editorial
Cecília Bernardete Franco

Revisão e texto da contracapa
Pe. José Oscar Beozzo

Capa
Anderson Augusto de Souza

Editoração, impressão e acabamento
PAULUS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Curso de verão XXVII: juventudes em foco: por políticas públicas inclusivas em trabalho, educação e cultura / José Oscar Beozzo e Cecília Bernardete Franco, (orgs.). – São Paulo: Paulus, 2013. – (Coleção teologia popular)

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-85-349-3781-8

1. Cultura 2. Educação 3. Juventude 4. Movimento Passe Livre (MPL) 5. Políticas públicas I. Beozzo, José Oscar. II. Franco, Cecília Bernardete. III. Série.

13-10593

CDD-261

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas inclusivas em trabalho, educação e cultura : Teologia social 261

© PAULUS – 2013

Rua Francisco Cruz, 229
04117-091 – São Paulo (Brasil)
Tel.: (11) 5087-3700 – Fax: (11) 5579-3627
www.paulus.com.br
editorial@paulus.com.br

ISBN 978-85-349-3781-8

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
<i>Pe. José Oscar Beozzo</i>	
SEÇÃO I: SOCIOCULTURAL: MAPEANDO A REALIDADE DAS JUVENTUDES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	17
1. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo	19
<i>Movimento Passe Livre – São Paulo</i>	
2. É a questão urbana, estúpido!	27
<i>Erminia Maricato</i>	
SEÇÃO II: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE EM TRABALHO E EDUCAÇÃO.....	37
3. Juventude: políticas públicas, conquistas e controvérsias.....	39
<i>Regina Novaes</i>	
4. Juventude e formação para o trabalho	75
<i>Marcio Pochmann</i>	
SEÇÃO III: BÍBLIA, TEOLOGIA E PASTORAL.....	99
5. A Juventude no Novo Testamento: condições para entrar no reino de Deus	101
<i>Francisco Orofino</i>	
6. A escravidão contemporânea, o tráfico humano e a Campanha da Fraternidade de 2014.....	115
<i>Ricardo Rezende Figueira</i>	

A P R E S E N T A Ç Ã O

Pe. José Oscar Beozzo¹

*“O Espírito do Senhor está sobre mim
para levar aos pobres o alegre anúncio,
para proclamar aos presos a libertação
e aos cegos a recuperação da vista,
para libertar os oprimidos,
para proclamar o ano de graça do Senhor”.*
(Lc 4,18-9)

Neste triênio de 2013 a 2015, todo ele focado no tema da juventude e de seus desafios no mundo de hoje, o Curso de Verão começou aprofundando o lugar e o papel das REDES DIGITAIS, como espaço para tecer relações entre as pessoas e instrumento para construir comunidades e exercitar a cidadania.

Para 2014, propôs-se como tema: JUVENTUDES EM FOCO: POR POLÍTICAS PÚBLICAS INCLUSIVAS EM EDUCAÇÃO, TRABALHO E CULTURA.

Estavam já os textos prontos para seguir para a Editora, quando foi preciso parar, pensar e tomar em conta novos acontecimentos que irromperam na cena social e política brasileira. Milhões de jovens,

¹ José Oscar Beozzo, com formação em Filosofia, Teologia, Ciências Sociais e História Social, é vigário da paróquia São Benedito em Lins, membro da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (CEHILA) e coordenador geral do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (CESEEP). Autor, entre outros livros, de *A Igreja do Brasil no Concílio Vaticano II* (São Paulo: Paulinas/EDUCAM/UVA, 2005) e *Tecendo memórias e gestando futuro – História das Irmãs Negras e Indígenas Missionárias de Jesus Crucificado – MJC* (São Paulo: Paulinas, 2009). Livro preparado conjuntamente com Ir. Maria Raimunda R. Costa, Ir. Maria Fidêncio Espírito Santo e Ir. Geralda F. Silva).

motivando outros segmentos da população, foram para as ruas, por todo o país, no mês de junho. Em julho, cerca de 3,5 milhões, em evento no Rio de Janeiro, mas com ampla repercussão nacional e internacional, via intensa cobertura da mídia, participaram da celebração de encerramento da Jornada Mundial da Juventude, com a presença do papa Francisco. Para quem achava que a juventude estava mergulhada apenas no consumismo e alheia a tudo no campo social, político e religioso, esses dois momentos mudaram totalmente a percepção.

Em junho, o país foi surpreendido pelas manifestações populares puxadas pelos jovens do Movimento Passe Livre (MPL), para protestar contra o aumento da tarifa dos ônibus urbanos.

A grande mídia – imprensa, rádio e televisão – apressou-se a pressionar as autoridades para que restabelecessem a ordem nas cidades, garantindo o direito de “ir e vir” dos “carros”, considerados os “donos” das ruas e tratando de “baderneiros” os que exerciam o direito de se manifestar.

A repressão policial truculenta a essa ocupação pacífica das ruas e praças foi o estopim que incendiou as cidades do país. Não eram mais os vinte centavos de aumento na tarifa dos ônibus o único motor dos protestos. Pipocou por todos os lados um leque de demandas até então latentes e que não se restringiam apenas ao insuportável sufoco diário da população com o transporte urbano, lento, caro e de má qualidade.

No dizer de um analista, Carlos Vainer, “governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações de massa que mudaram a face e o cotidiano de nossas cidades em junho. Pela rapidez com que se espalharam pelas multidões que mobilizaram, pela diversidade de temas e problemas postos pelos manifestantes, elas evocam os grandes e raros momentos da história em que mudanças e rupturas que pareciam inimagináveis até a véspera se impõem à agenda política da sociedade e, em alguns casos, acabam transformando em possibilidade algumas mudanças sociais e políticas que pareciam inalcançáveis”.²

² C. VAINER, “Quando a cidade vai às ruas”, em *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as Manifestações que tomaram as ruas do Brasil*, São Paulo, Boitempo Editorial e Carta Maior, 2013, p. 35.

O impacto, talvez maior, para além das tarifas que foram rebaixadas em dezenas de cidades e a imposição de uma agenda política calcada nas demandas e necessidades cidadãs e não apenas na colusão da grande mídia com os interesses do capital e da especulação imobiliária e financeira, foi que as pessoas voltaram a sonhar e acreditar que mudanças são possíveis e que as novas gerações fizeram seu ingresso na cena política em meio aos conflitos e confrontos com a polícia, a mídia, o estado, suas famílias e suas próprias contradições internas.

Comenta ainda Carlos Vainer: “Também é surpreendente a maneira com que esses eventos extraordinários vêm desfazer, ao menos parcialmente, o paradoxo de uma sociedade urbana que nos últimos dez a vinte anos viu os movimentos sociais rurais dominarem as pautas dos movimentos populares. Se no processo de democratização dos anos 1980 os movimentos operários e urbanos pareciam traduzir politicamente as contradições da modernização acelerada pelas quais havia passado nossa sociedade nos trinta anos anteriores, o período que se abriu nos anos 1990 apontou para uma espécie de ‘ruralização da luta social’. O Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e a resistência de populações tradicionais à destruição de seus meios e modo de vida ocuparam o prosclênio da arena política popular”.³

As manifestações de junho em centenas de cidades mudaram esse quadro e tiveram ainda o dom de unificar demandas e movimentos fragmentários que irrompiam aqui e ali, sem força, porém, para chamar atenção sobre si e muito menos para criar uma agenda propositiva para o país.

Já antes, os Jogos panamericanos e agora a Copa das Confederações e logo mais em 2014 a Copa do Mundo de futebol e as Olimpíadas fizeram de muitas cidades brasileiras um canteiro de obras que provocaram a remoção de mais de 200.000 pessoas, transtornos no trânsito e duas perguntas incômodas: se não há dinheiro para a saúde e a educação e outras necessidades urgentes da população, como brota tanto dinheiro para investimentos nem tão urgentes nem tão

³ *Ibidem*, p. 35-36.

necessários? Sobre todas essas obras, vem pesando desde o início suspeitas de superfaturamento, de desvio de dinheiro público e de renovado conluio entre empreiteiras, bancos e corrupção eleitoral. Aos megaeventos que vinham propiciando meganegócios sucederam megaprotestos que desembocaram no questionamento do conjunto da política e das opções para o país. Certamente para a juventude e a população que foi para as ruas não são essas as cidades que eles desejam, marcadas que estão pela violência, pela exclusão e pela destruição do meio ambiente, nem é este o país com o qual estão sonhando.

Diante desse quadro, depois de um debate provocado pelo Fórum de Participação da V Conferência do qual o CESEEP faz parte, com integrantes do Movimento Passe Livre e Fabiano Maisonnave, jornalista da Folha de São Paulo, decidimos dedicar a primeira parte do livro do Curso de Verão a esse novo protagonismo político e social da juventude que irrompeu com as manifestações de junho.

Do papa Francisco, que convocou a juventude para a construção de um mundo inclusivo, sem violência nem exclusões e atento aos pobres e ao seu clamor por justiça, destacamos duas manifestações:

A do respeito ao pluralismo religioso, ao acolher no Teatro Municipal do Rio de Janeiro o babalaô Ivanir dos Santos, que declarou logo em seguida: “Pela primeira vez um representante do candomblé é recebido por um papa. Isso é inédito”. O índio Pataxó Ubiraiá, acompanhado de sua esposa, presenteou o papa com um cocar que este colocou imediatamente em sua cabeça. Ubiraiá explicou depois: “O cocar é um amuleto de proteção que faz a ligação do espírito com a terra. E não há pessoa melhor para recebê-lo do que ele”. No caminho para o encontro na periferia do Rio, na Comunidade de Varginha em Manguinhos, diante de uma pequena igreja da Assembleia de Deus que o pastor abriu para oferecer água e acolher a muita gente que estava passando, o papa parou, desceu do papamóvel, pediu licença para entrar e para rezar junto com o pastor e seus fieis um Pai-Nosso, em agradecimento pelo que estavam fazendo.

Diante das manifestações que prosseguiram durante sua visita, enfatizou a necessidade do diálogo: “Entre a indiferença egoísta e o protesto

violento, sempre existe uma opção possível, o diálogo”.⁴ Acrescentou que um país cresce quando dialoga e não fica fechado na lógica dos interesses estabelecidos. Chamou, então, a atenção para o papel das religiões: “Considero também fundamental, neste diálogo, a contribuição das grandes tradições religiosas que desempenham um papel fecundo de fermento na vida social e de animação da democracia. A convivência pacífica entre as diferentes religiões se vê beneficiada pelo laicismo do Estado, que sem assumir como própria nenhuma posição confessional, respeita e valoriza a presença da dimensão religiosa na sociedade, favorecendo suas expressões mais concretas”.⁵

A segunda manifestação que destacamos repetiu-se várias vezes: “Os jovens que estão nas ruas querem ser protagonistas da mudança”; “a nossa sociedade é uma sociedade de exclusão: exclui os idosos e exclui os jovens”, o que é inaceitável. Depois de pedir aos jovens argentinos que fizessem barulho e agitação não só no Rio, mas em suas paróquias e dioceses, acrescentou, sobre a exclusão dos jovens: “A porcentagem de jovens sem trabalho, sem emprego, é muito alta, e é uma geração que não tem a experiência da dignidade conquistada pelo trabalho. Ou seja, esta civilização nos levou a excluir as duas pontas, que são o nosso futuro. Então, os jovens têm de sair, têm de se fazer valer; os jovens têm de sair à luta pelos valores, e lutar por esses valores: e os idosos abram a boca, os idosos abram a boca e nos ensinem, transmitam-nos a sabedoria dos povos”.⁶

A temática deste ano, de modo particular, vai arrancar da experiência da juventude nesses últimos meses e provocar o diálogo com os assessores e nos grupos.

Na SEÇÃO SOCIOCULTURAL, MAPEANDO A REALIDADE DAS JUVENTUDES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS, a palavra será dada aos próprios jovens. Com sua permissão e da Editora Boitempo, foram

⁴ “Encontro com a classe dirigente do Brasil – Discurso do Santo Padre”, em *Palavras do Papa Francisco no Brasil*, São Paulo, Paulinas, 2013, p. 82.

⁵ *Ibidem*, p. 82.

⁶ Encontro com os jovens argentinos na Catedral de São Sebastião – *Palavras do Santo Padre Francisco*, *ibidem*, p. 44-45.

incluídas aqui duas contribuições: a do MOVIMENTO PASSE LIVRE, *Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo*, e a da professora da USP ERMÍNIA MARICATO, atenta estudiosa e formuladora de políticas públicas para as cidades que também permitiu a publicação de seu texto: *É a questão urbana, estúpido!*

Na SEÇÃO II: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE EM TRABALHO E EDUCAÇÃO, REGINA NOVAES, estudiosa dos movimentos juvenis e membro do Conselho Federal da Juventude, traz-nos uma densa contribuição: *Juventude: Políticas públicas, conquistas e controvérsias*.

Para o tema desafiador do trabalho, numa sociedade que muda aceleradamente seu sentido e fecha tantas vezes a porta ao jovem em busca do primeiro emprego, MÁRCIO POCHMANN, renomado pesquisador nessa área, professor da UNICAMP, ex-presidente do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), irá desenvolver o tema: *Juventude e Formação para o Trabalho*.

Na SEÇÃO III: BÍBLIA, TEOLOGIA E PASTORAL, o biblista FRANCISCO OROFINO revisita a Bíblia para abordar: *A Juventude no Novo Testamento*, e RICARDO REZENDE FIGUEIRA, por muitos anos atuante na conflituosa região do sul do Pará, membro da CPT e um estudioso dos conflitos agrários, nos introduz com competência ao tema da Campanha da Fraternidade de 2014: *A escravidão contemporânea, o tráfico humano e a CF 2014*.

Expressamos aqui toda nossa gratidão às pessoas e instituições que sustentam com seu entusiasmo e generosa entrega a caminhada do Curso de Verão: os voluntários e voluntárias que se preparam durante todo o ano e assumem a responsabilidade pela infraestrutura, a organização e metodologia do curso nesse projeto de formação dos setores populares na sociedade e nas Igrejas.

A gratidão estende-se às muitas entidades parceiras do CESEEP nesta jornada, destacando-se a PUC-SP, à qual reiteramos nosso profundo agradecimento na pessoa de sua reitora, Profa. Ana Maria Cintra, e do Prof. Wagner Lopes Sanchez, coordenador do Departamento de Ciências da Religião, designado para acompanhar o Curso.

Nossa gratidão estende-se à Fundação São Paulo, na pessoa do Pe. José Rodolfo Perazzolo, por esta longa e fecunda parceria entre a Universidade e o Curso de Verão.

A Sérgio Rezende, que sempre acompanhou mais de perto o Curso de Verão e que agora é o novo responsável pelo TUCA, reiteramos nosso agradecimento amigo e fraterno, junto ao reconhecimento pelo trabalho do Sr. Clemildo Pinto da Rocha, que, de maneira competente e solícita, cuida da parte técnica do Teatro, atendendo nossos pedidos e resolvendo os mais variados imprevistos de som, iluminação, cenários, com presteza e alegria.

Além da PUC, que recebe em suas salas e no TUCA os participantes, a Paulus Editora publica o livro do Curso a cada ano e a Rede Rua de Comunicação prepara o DVD com os conteúdos dos assessores e atividades do Curso. Cuida ainda, com a Rádio Cantareira, da transmissão *on-line* das palestras da manhã no TUCA. Livro e DVD são instrumentos pedagógicos preciosos para todo o trabalho de repasse do Curso em comunidades e grupos, por todo o país.

Queremos deixar registrada aqui nossa profunda gratidão ao Colégio Arquidiocesano, que, por vinte e seis anos seguidos, acolheu os participantes na sua chegada a São Paulo. Neste ano, mudança na programação, com o curso já se iniciando na tarde do sábado, foi preciso transferir a chegada para a própria PUC. Ao Arquidiocesano e aos Maristas, dizemos: “Deus lhes pague” pela generosa e fraterna parceria de todos esses anos. É o que dizemos também às muitas famílias e comunidades de diferentes igrejas cristãs que abrem as portas de suas casas para acolher os participantes de outras cidades do Estado de São Paulo e de outras regiões do país. São essas famílias com sua fraterna acolhida que se repete a cada ano que garantem a necessária retaguarda ao Curso de Verão oferecendo aos participantes um lar com afeto, pouso e alimentação durante os dias de sua realização.

Enfatizamos que, em todos esses anos, o intuito maior do Curso de Verão foi, e continua sendo, de contribuir para a formação das pessoas, em especial dos jovens, colaborando para que assumam com entusiasmo e preparo em suas comunidades, movimentos sociais, conselhos municipais, o papel e a tarefa de animadores e de formado-

res de novas lideranças. Auguramos que caminhem na fidelidade aos valores da educação popular, do ecumenismo, do serviço aos setores populares, dentro do espírito de gratuidade do mutirão.

Para tanto, o CESEEP oferece aos que, por razão de trabalho, distância, enfermidade, escassez de recursos, não podem participar presencialmente do Curso, a possibilidade de fazê-lo na modalidade de curso a distância, com acompanhamento e orientação de educadores qualificados. Seis cursos encontram-se já disponíveis e o atual encontra-se em preparação, numa parceria entre o CESEEP e a Coordenação Central do Ensino a Distância (CCEAD) da PUC (Pontifícia Universidade Católica) do Rio de Janeiro (RJ).⁷

Aos participantes do Curso, damos-lhes as boas vindas, na certeza de que construirão junto com os assessores e as coordenações de suas Tendas mais esse mutirão de educação popular, ecumênica, social e ambientalmente responsável. Expressamos ainda nossa sincera gratidão às congregações religiosas que abrem as portas de suas casas para hospedar os participantes, assim como às comunidades da ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, na pessoa dos seus párocos e animadores, do seu Cardeal Arcebispo, Dom Odilo Pedro Scherer, e de seus bispos auxiliares; aos pastores, pastoras e bispos das IGREJAS E COMUNIDADES EVANGÉLICAS que emprestam sua colaboração ao CURSO DE VERÃO. Estendemos nossa gratidão a tantas outras instituições e pessoas daqui de perto e de longe que nos apoiam, de modo particular a Missionszentrale der Franziskaner, da Alemanha, que contribui para os gastos dos encontros de formação dos monitores e demais voluntários, e a Irmã Lídia Boito e sua Congregação das Irmãs da Caridade de Ingenbohl, na Suíça. Elas acompanham com carinho o Curso de Verão, de maneira constante e discreta, facilitando a vinda de participantes com poucos recursos. Neste ano, o Fundo Nacional de Solidariedade da Campanha da Fraternidade de 2013, voltada para a juventude, está também colaborando com algumas

⁷ Os interessados num desses cursos de verão *on-line* podem inscrever-se diretamente pela página web do CESEEP – <<http://www.ceseep.org.br>> – ou entrar em contato com o “CESEEP – Cursos a Distância”, pelo e-mail c.distancia@ceseep.org.br.

bolsas de estudo para jovens, junto com aquelas outras pessoas que estão solidariamente contribuindo para o FUNDO DE BOLSAS do CESEEP. Pedro Ribeiro de Oliveira que já vinha contribuindo com várias bolsas, pediu aos convidados para sua festa de 70 anos, que convertessem seus eventuais presentes em bolsas para o Curso de Verão. Aos parabéns, acrescentamos com as preces, toda nossa gratidão.

É, pois, em espírito de ação de graças e de gratidão para com todas as pessoas e instituições que conosco colaboram que entregamos aos participantes do Curso e aos demais leitores este livro do 27º Curso de Verão.

José Oscar Beozzo

São Paulo, 12 de setembro, quase primavera de 2013

Seção I
Sociocultural:
Mapeando
a realidade das juventudes
nos movimentos sociais

1.

NÃO COMEÇOU EM SALVADOR, NÃO VAI TERMINAR EM SÃO PAULO

*Movimento Passe Livre – São Paulo*¹

Como um fantasma que ronda as cidades deixando marcas vivas no espaço e na memória, as revoltas populares em torno do transporte coletivo assaltam a história das metrópoles brasileiras desde sua formação. Os bondes virados, os trens apedrejados, os ônibus incendiados, os catracas,² os muros pichados com as vozes das ruas, as barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da raiva digna contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria. Num processo em que a população é sempre objeto em vez de sujeito, o transporte é ordenado de cima, segundo os imperativos da circulação do valor. Dessa forma, a população é excluída da organização de sua própria experiência cotidiana da metrópole, organização esta que se realiza principalmente pelo sistema de transporte, o qual restringe a mobilidade ao ir e vir do trabalho e coloca catracas em todos os caminhos da cidade. E no momento que se fortalecem as catracas, as contradições do sistema tornam-se mais evidentes, suscitando processos de resistência. É em meio a essa experiência concreta da luta contra a exclusão urbana que se forjou o Movimento Passe Livre.

¹ Este texto foi redigido por uma comissão estabelecida em reunião do Movimento Passe Livre de São Paulo. A comissão discutiu coletivamente as ideias que deviam estar presentes em cada parágrafo. Foi um processo intenso, no qual a comissão se revezou, por vezes, em duplas, trios e quartetos. No fim, o texto foi lido em reunião, em que foram feitas alterações definitivas o texto foi transcrito com autorização dos autores e da Editora Boitempo, que o publicou no livro *Cidades Rebeldes*, 2013, p. 13-26.

² O catracão é a implementação prática da Tarifa Zero. Pode ser feito com a abertura das portas traseiras do ônibus ou pulando as catracas.

As revoltas de junho de 2013, desencadeadas pela luta organizada pelo MPL-SP contra o aumento das tarifas, não são algo inteiramente novo. Para começar a compreender esse processo, é preciso que voltemos a, no mínimo, 2003, quando, em resposta ao aumento das passagens, iniciou-se em Salvador uma série de manifestações que se estenderam por todo o mês de agosto daquele ano, que ficou conhecida como a Revolta do Buzu.³ É impossível calcular precisamente quantas pessoas participaram desses protestos, mas as estimativas giram em torno de 40 mil, e pode-se dizer que qualquer pessoa que tenha entre 24 e 34 anos hoje em dia e que morava na capital baiana participou da revolta. Em meio às aulas, estudantes secundaristas pulavam os muros das escolas para bloquear ruas em diversos bairros, num processo descentralizado, organizado a partir de assembleias realizadas nos próprios bloqueios. A indignação popular represada no interior do transporte coletivo fomentou uma dinâmica de luta massiva que escapava a qualquer forma previamente estabelecida. A Revolta do Buzu exigia, na prática, nas ruas, um afastamento dos modelos hierarquizados; expunha outra maneira, ainda que embrionária, de organização.

Ao fugir de qualquer receituário pronto, a revolta deixava em aberto o sentido das mobilizações, tanto no que se refere à organização do transporte quanto à do próprio movimento. Com isso, entidades estudantis aparelhadas por grupos partidários se colocaram como lideranças e passaram a negociar com o poder público em nome dos manifestantes. Após barganhar meias concessões com os governantes, sem atingir a revogação do aumento, utilizaram-se de todos os meios possíveis para desmobilizar a população.

A partir dos relatos publicados no Centro de Mídia Independente⁴ e do documentário *Revolta do Buzu*, de Carlos Pronzato,⁵ a experiência da ação direta da população por meio de assembleias

³ Para uma análise mais detalhada, ver Manolo, *Teses sobre a Revolta do Buzu*. Disponível em: <passapalavra.info/2011/09/46384>. Acesso em: 20 jul. 2013.

⁴ Disponível em: <www.midiaindependente.org/>. Acesso em: 20 jul. 2013.

⁵ Disponível em: <youtu.be/1BjRhZfcLHA>. Acesso em: 20 jul. 2013.

horizontais, o aparelhamento da revolta pelas entidades estudantis e a explosividade da luta pelo transporte público ganharam certa projeção nacional. O filme passou a ser utilizado em várias cidades, por comitês em prol do passe livre estudantil – que já se organizavam localmente em torno de projetos de lei –, em atividades nas escolas, ampliando o debate sobre a questão do transporte e as formas de organização alternativas ligadas a ela. Os estudantes que assistiram às imagens e as debateram seriam os mesmos que pulariam os muros de suas escolas pouco tempo depois, para se juntar às manifestações da Revolta da Catraca, em Florianópolis, em 2004.⁶ Ocupando terminais e bloqueando a ponte que dá acesso à ilha, os protestos forçaram o poder público a revogar o aumento e serviram de base para a fundação do MPL no ano seguinte.

A perspectiva aberta por esse curto processo de lutas que alcançou a vitória na capital catarinense deu origem ao movimento: uma tentativa de formular o sentido presente nas revoltas, a experiência acumulada pelo processo popular, tanto em sua forma como em suas motivações. Surgiu então um movimento social de transportes autônomo, horizontal e apartidário, cujos coletivos locais, federados, não se submetem a qualquer organização central. Sua política é deliberada de baixo, por todos, em espaços que não possuem dirigentes nem respondem a qualquer instância externa superior.

Ao mesmo tempo que ultrapassava as formas de organização já estabelecidas, o teor explosivo das mobilizações apontava para as contradições que o produziam, imbricadas no sistema de transporte coletivo, ponto nodal na estrutura social urbana. O acesso do trabalhador à riqueza do espaço urbano, que é produto de seu próprio trabalho, está invariavelmente condicionado ao uso do transporte coletivo. As catracas do transporte são uma barreira física que discrimina, segundo o critério da concentração de renda, os que podem circular pela cidade dos condenados à exclusão urbana. Para a maior parte da população explorada nos ônibus, o dinheiro para a condução não é suficiente para pagar mais do que as viagens

⁶ Ver L. Vinicius, *A guerra da tarifa*, São Paulo, Faísca, 2005.

entre a casa, na periferia, e o trabalho, no centro: a circulação do trabalhador é limitada, portanto, à sua condição de mercadoria, de força de trabalho.

A luta de reapropriação do espaço urbano produzido pelos trabalhadores supera, na prática, a bandeira do MPL em seus primeiros anos, que era o passe livre estudantil. Quando as tarifas aumentam, evidenciam-se contradições que afetam a todos, não somente os estudantes, e então deixa de fazer sentido ter em vista apenas um recorte da população. A luta por transporte tem a dimensão da cidade, e não desta ou daquela categoria.

Cada vez mais debatida internamente, a ideia do passe livre para todos ganhou sustentação após o movimento visitar o projeto Tarifa Zero, formulado pela prefeitura de São Paulo no início da década de 1990. O salto de compreensão sobre o sistema, que tal análise trouxe ao MPL, terminou por desfazer o véu de argumentos técnicos que escondia os conflitos sociais e econômicos por trás da gestão do transporte. Daí em diante, assumiu-se o discurso do transporte como direito, aliás, fundamental para a efetivação de outros direitos, na medida em que garante o acesso aos demais serviços públicos. O transporte é entendido, então, como uma questão transversal a diversas outras pautas urbanas. Tal constatação amplia o trabalho do MPL, que deixa de se limitar às escolas, para adentrar bairros, comunidades e ocupações, numa estratégia de aliança com outros movimentos sociais – de moradia, cultura e saúde, entre outros.

Se a retomada do espaço urbano aparece como objetivo dos protestos contra a tarifa, também se realiza como método, na prática dos manifestantes, que ocupam as ruas determinando diretamente seus fluxos e usos. A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano. É assim, na ação direta da população

sobre sua vida – e não a portas fechadas, nos conselhos municipais engenhosamente instituídos pelas prefeituras ou em qualquer uma das outras artimanhas institucionais –, que se dá a verdadeira gestão popular. Foi precisamente isso o que aconteceu em São Paulo quando, em junho de 2013, o povo, tomando as ruas, trouxe para si a gestão da política tarifária do município e revogou o decreto do prefeito que aumentava a passagem em vinte centavos.

Não foi diferente do que ocorrera em Florianópolis na vitória que se sucedeu à luta de Salvador, e no ano seguinte, quando a cidade barrou o aumento mais uma vez. A mesma experiência, em que a população se apodera de forma parcial, mas direta, da organização do transporte – e, com ela, de uma dimensão fundamental da vida urbana – se repetiu nas revoltas de Vitória (2006), Teresina (2011), Aracaju e Natal (2012), e Porto Alegre e Goiânia (início de 2013). E se repete nas periferias sempre que pneus e ônibus queimados reverterem o corte de linhas das quais dependem os moradores. É também esse o gesto cotidiano (limitado apenas pelo alcance das ações individuais de quem não paga a tarifa – pulando a catraca, passando por baixo, entrando pela porta traseira ou descendo pela frente) que implementa assim, na prática, a tarifa zero. Em 2012, os usuários foram ainda mais longe, quando, revoltados com as panes nos trens, arrancaram as catracas, incendiaram a bilheteria e destruíram as câmeras de segurança da estação Francisco Morato da CPTM, viajando de graça até a conclusão dos reparos, no dia seguinte.⁷

Tomando as ruas, as Jornadas de Junho de 2013 rasgaram toda e qualquer perspectiva técnica acerca das tarifas e da gestão dos transportes que procurasse restringir seu entendimento aos especialistas e sua “racionalidade”, a serviço dos de cima. Ao reverter o aumento das passagens em mais de cem cidades do país, as pessoas deslocaram momentaneamente – e com impactos duradouros – o controle político da gestão do transporte. Forjou-se, no calor das

⁷ Ronan, *Um avanço nas revoltas de trabalhadores humilhados pela CPTM*. Disponível em: <passapalavra.info/2012/04/55756>. Acesso em: 20 jul. 2013.

barricadas, uma experiência de apoderamento que não se resume à ocupação física das cidades, mas estende-se à maneira como se organizam os transportes no país. É essa tomada de poder que assusta os gestores estatais e privados, que tentam agora reocupar o espaço que perderam para os trabalhadores urbanos.

As mobilizações sempre foram muito mais amplas que o Movimento Passe Livre – que jamais se pretendeu dono de qualquer uma delas – e eclodiram, por vezes, em cidades e regiões onde nunca houve atividades do movimento. As lutas por transporte no Brasil formam um todo muito maior do que o MPL. Contudo, a tomada direta e descentralizada das ruas, a radicalidade das ações e a centralidade dos aumentos tarifários dá a tônica dessas lutas. Após as Jornadas de Junho, milhares continuam nas ruas em diversas cidades, defendendo agora a implementação da tarifa zero.

A organização descentralizada da luta é um ensaio para outra organização do transporte, da cidade e de toda a sociedade. Vivenciou-se, nos mais variados cantos do país, a prática concreta da gestão popular. Em São Paulo, as manifestações que explodiram de norte a sul, leste a oeste, superaram qualquer possibilidade de controle, ao mesmo tempo que transformaram a cidade como um todo num caldeirão de experiências sociais autônomas. A ação direta dos trabalhadores sobre o espaço urbano, o transporte, o cotidiano da cidade e de sua própria vida não pode ser apenas uma meta distante a ser atingida, mas uma construção diária nas atividades e mobilizações, nos debates e discussões. O caminho se confunde com esse próprio caminhar, que não começou em Salvador, e não vai terminar em São Paulo.

Cronologia

2003 – Revolta do Buzu em Salvador (agosto-setembro).

2004 – Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho) e aprova lei do passe livre estudantil (26 de outubro); surge o Comitê do Passe Livre em São Paulo.

- 2005 – Plenária de fundação do MPL-Brasil no V Fórum Social Mundial em Porto Alegre (janeiro); luta contra o aumento em São Paulo (fevereiro); II Revolta da Catraca barra o aumento em Florianópolis (junho); mobilizações revogam o aumento em Vitória (julho).
- 2006 – Encontro Nacional do Movimento Passe Livre (junho); luta contra o aumento em São Paulo (novembro-dezembro).
- 2008 – Grande luta contra o aumento no Distrito Federal (outubro).
- 2009 – Aprovação do passe livre estudantil no Distrito Federal (julho); ocupação da Secretaria de Transportes em São Paulo (novembro).
- 2010 – Luta contra o aumento em São Paulo (janeiro).
- 2011 – Luta contra o aumento em São Paulo e em várias capitais (janeiro-março); mobilizações revogam aumento em Teresina (agosto).
- 2013 – Lutas na região metropolitana de São Paulo conquistam revogação do aumento em Taboão da Serra (janeiro); mobilização derruba aumento em Porto Alegre (abril); Jornadas de Junho conquistam revogação do aumento em mais de cem cidades.

2

É A QUESTÃO URBANA, ESTÚPIDO!

*Erminia Maricato*¹

Quem acompanha de perto a realidade das cidades brasileiras não estranhou as manifestações que impactaram o país em meados de junho de 2013.² Talvez o fato de que jovens predominantemente de classe média representaram a maioria dos manifestantes exija uma explicação um pouco mais elaborada, já que foi antecedido pelos movimentos fortemente apoiados nas redes sociais. Mas no Brasil é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas, desses protestos da condição das cidades. Essa mesma cidade que é ignorada por uma esquerda que não consegue ver ali a luta de classes e por uma direita que aposta tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público. Para completar, falta apenas lembrar que há uma lógica entre legislação urbana, serviços públicos urbanos (terceirizados ou não), obras de infraestrutura e financiamento das campanhas eleitorais.

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação

¹ Professora titular aposentada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), Erminia foi secretária executiva do Ministério das Cidades entre 2002 e 2005. Comandou a Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano de São Paulo no governo de Luiza Erundina e mais recentemente exerceu o cargo de conselheira do Habitat, programa das Nações Unidas para assentamentos humanos. O texto foi transcrito com autorização da autora e da Editora Boitempo, que o publicou no livro *Cidades Rebeldes*, 2013, p. 19-26.

²Ver artigos anteriores da autora que tratam do assunto em <erminiamaricato.net>.

pública, coleta de lixo, segurança. Ou seja, a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características e até mesmo a forma como se realizam fazem a diferença.

Mas a cidade também não é apenas reprodução da força de trabalho. Ela é um produto ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam, com sua produção e exploração, lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, como um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos.

A cidade constitui um grande patrimônio construído historicamente e socialmente, mas sua apropriação é desigual, e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização, pois ela tem um preço devido aos seus atributos. Isso tem a ver também com a disputa pelos fundos públicos e sua distribuição (localização) no espaço.³

A vida nas cidades brasileiras piorou muito desde os últimos anos da década passada. Considerando que a herança histórica já não era leve, o que aconteceu para torná-la pior?

Como integrantes de um país da periferia do capitalismo, em que pesem as novas nomenclaturas definidas pelo *mainstream*, as cidades brasileiras carregam uma herança pesada. A desigualdade social, uma das maiores da América Latina, e a escravidão vigente até pouco mais de um século atrás são características que se somam a um Estado patrimonialista e à universalização da “política do favor”. De que forma essas características aparecem nas cidades? Como não é o caso de fazermos uma leitura extensa, pois este texto é apenas um ponto de partida, vamos priorizar o fato de que grande parte de nossas cidades é construída pelos próprios moradores em áreas invadidas – muitas delas ambientalmente frágeis – ou adquiridas de loteadores ilegais. Para a construção desses bairros não contribuem arquitetos ou engenheiros, tampouco há observância de legislação urbanística ou de quaisquer outras leis, até mesmo para a resolução dos frequentes

³ Estas ideias toscamente rascunhadas aqui estão baseadas em bibliografia de autores que se ocuparam da leitura marxista da questão urbana: Henri Lefebvre, David Harvey, Christian Topalov, Jean Lojkine, Alain Lipietz, Manuel Castells, Sergio Ferro e Nilton Vargas (os dois últimos no Brasil), entre outros.

conflitos, para a qual não contribuem advogados, cortes, juízes ou tribunais. Trata-se de uma força de trabalho que não cabe no mercado residencial privado legal, que, por sua vez (e por isso mesmo), é altamente especulativo. Trata-se, portanto, de uma força de trabalho barata, segregada e excluída da cidade legal. Assim como vivemos a industrialização dos baixos salários, podemos dizer que vivemos a urbanização dos baixos salários. A melhoria desses bairros é fonte inesgotável do velho clientelismo político: troca-se por votos a pavimentação de uma rua, a iluminação pública, uma unidade de saúde, uma linha de ônibus etc.

A cidade formal, destinada a ser simulacro de algumas imagens-retalho do “Primeiro Mundo”, é a outra face da moeda. Uma não existe sem a outra. Os exemplos virão quando tratarmos do momento atual.

Foi sobre essa base extremamente desigual que se deu, no início dos anos 1980, o ajuste fiscal. O Brasil vinha havia quarenta anos crescendo acima dos 7% ao ano. As migalhas desse banquete traziam algum conforto para a população migrante, que chegava aos milhares nas cidades, em especial nas principais metrópoles. Com a globalização e o ajuste fiscal, a tragédia urbana se aprofundou.

A contar a partir dos anos 1980, o impacto das décadas seguintes de baixo crescimento, alto desemprego e recuo das políticas públicas e sociais determinadas pelo receituário neoliberal pode ser medido por muitos indicadores, mas vamos fazê-lo aqui pelo aumento da violência urbana. A taxa de homicídios cresceu 259% no Brasil entre 1980 e 2010. Em 1980, a média de assassinatos no país era de 13,9 mortes para cada 100 mil habitantes. Em 2010, saltou para 49,9. A principal vítima dos homicídios é o jovem negro e pobre, morador da periferia metropolitana.⁴

Com a globalização, o território brasileiro passou por notável transformação. Mudaram as dinâmicas demográfica, urbana e ambiental, além de social e econômica. A exportação de *commodities* – grãos, carnes, celulose, etanol, minérios – tornou-se o centro da política

⁴Cf. J. J. WAISELFSZ, “2012: a cor dos homicídios no Brasil”, em *Mapa da violência*. Disponível em: <<http://mapadaviolencia.org.br>>.

econômica e sua produção reorientou os processos demográficos. A urbanização se interiorizou. O *tsunami* dos capitais globais e nacionais passou antes pelo campo, subordinando o que encontrou pela frente: terras indígenas ou de quilombolas, florestas amplamente derrubadas, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), criminalizado, e lideranças, inclusive religiosas – que defendiam comunidades locais e o meio ambiente, além de mudanças na legislação a respeito do uso de agrotóxicos,⁵ dos transgênicos e no Código Florestal –, assassinadas.

Contraditoriamente, foi nesse período que floresceu uma nova política urbana, em torno da qual se organizaram movimentos sociais, pesquisadores, arquitetos, urbanistas, advogados, engenheiros, assistentes sociais, parlamentares, prefeitos, ONGs etc. Construiu-se a Plataforma de Reforma Urbana, e muitas prefeituras de “novo tipo” (ou democrático-populares) implementaram novas práticas urbanas. Além de incluir a participação social – orçamento participativo, por exemplo – priorizou-se a urbanização da cidade ilegal ou informal, que era invisível até então para o urbanismo e as administrações públicas. Esse movimento logrou criar um novo quadro jurídico e institucional ligado às cidades – política fundiária, habitação, saneamento, mobilidade, resíduos sólidos –, além de novas instituições, como o Ministério das Cidades (2003), o Conselho das Cidades (2004) e as Conferências Nacionais das Cidades (2003, 2005 e 2007). O Estatuto da Cidade, lei n. 10.257, festejado no mundo todo como exemplar, foi aprovado no Congresso Nacional após treze anos de luta popular, em 2001.

Por mais paradoxal que possa parecer, apesar de todo esse avanço institucional, quando o governo Lula retomou em 2009 os investimentos em habitação e saneamento numa escala significativa, após quase trinta anos de estagnação nesse sentido, as cidades se orientaram em uma direção desastrosa.

⁵ Atualmente, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e o segundo maior produtor mundial de produtos transgênicos.

As primeiras medidas de combate à fome e à pobreza constituíram um círculo virtuoso de fortalecimento do mercado interno. Os principais programas sociais do governo Lula, continuados pelo de Dilma Rousseff, foram o Bolsa Família, o Crédito Consignado, o Programa Universidade para Todos (ProUni), que oferece bolsas de estudo em universidades privadas trocadas por impostos, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Luz para Todos. Garantiu-se também um aumento real do salário mínimo (de cerca de 55%, entre 2003 e 2011, conforme o Dieese). Os classificados em “condição de pobreza” diminuíram sua representação de 37,2% para 7,2% nesse mesmo período. Além disso tudo, o crescimento tanto da economia quanto das taxas de emprego trouxe esperança de dias melhores.⁶

Em 2007, o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado ao investimento em obras de infraestrutura econômica e social. O modelo visava a desoneração fiscal de produtos industriais e alavancar o emprego na indústria da construção. Após a crise de 2008, essa orientação foi aprofundada. Em 2009, foram lançados o PAC II e o programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, desenhado por empresários da construção e do mercado imobiliário em parceria com o governo federal. Teve início, então, um *boom* imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades. Enquanto em 2009 o PIB brasileiro e da construção civil foram negativos, contrariando a tendência anterior, em 2010, o PIB nacional foi de 7,5% e o da construção civil, 11,7%.⁷ Em seis regiões metropolitanas, o desemprego, que atingia 12,8% em 2003, caiu para 5,8% em 2012. A taxa de desemprego da construção civil no período diminuiu de 9,8% para 2,7%.⁸ O investimento de capitais privados no mercado residencial cresceu 45 vezes, passando de R\$ 1,8 bilhão em 2002 para R\$ 79,9 bilhões

⁶M. POCHMANN, *Nova classe média? Trabalho na pirâmide social brasileira*, São Paulo, Boitempo, 2012.

⁷Cf. a página da internet da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), disponível em: <www.cbic.org.br/>. Acesso em: 20 jul. 2013.

⁸Idem.

em 2011,⁹ e os subsídios governamentais (em escala inédita no país) cresceram de R\$ 784.727 milhões para mais de R\$ 5,3 bilhões em 2011.¹⁰

O coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/ imobiliária, foi esquecido. Os movimentos sociais ligados à causa se acomodaram no espaço institucional em que muitas das lideranças foram alocadas. Sem tradição de controle sobre o uso do solo, as prefeituras viram a multiplicação de torres e veículos privados como progresso e desenvolvimento. Uma certa classe média viu suas possibilidades de galgar à casa própria aumentarem, especialmente graças às medidas de financiamento estendido e institucionalização do seguro incluídos no Minha Casa, Minha Vida.

Com exceção da oferta de emprego na indústria da construção, para a maioria, sobrou o pior dos mundos. Em São Paulo, o preço dos imóveis sofreu aumento de 153% entre 2009 e 2012. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 184%. A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas, diante de urbanistas perplexos.¹¹ A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia.¹² Novas áreas de proteção ambiental, como a Área de Proteção dos Mananciais em São Paulo, acabam sendo invadidas pelos sem alternativas, pois a política habitacional está longe do núcleo central

⁹ Cf. as páginas na internet da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip) e do Banco Central do Brasil, disponíveis respectivamente em: <www.abecip.org.br> e <www.bcb.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2013.

¹⁰ Cf. T. C. REZENDE, "O papel do financiamento imobiliário no desenvolvimento sustentável do mercado imobiliário brasileiro", palestra apresentada no Sindicato da Habitação (Secovi), São Paulo, 1º dez. 2012. Acesso em: 20 jul. 2013.

¹¹ Ver A. FERNANDES, "Salvador, uma cidade perplexa", em *Carta Maior*, 21 set. 2012, disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20934>; e J. RUGANI, "Participação social, a Copa, a cidade: como ficamos?", em *Carta Maior*, disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20771>. Acesso em 20 jul. 2013.

¹² Ver L. SIGOLO, "Sentidos do desenvolvimento urbano: Estado e mercado no boom imobiliário do ABCD" (título provisório), doutorado em andamento na FAU-USP.

do déficit.¹³ Os despejos violentos foram retomados, mesmo contra qualquer leitura da nova legislação conquistada por um judiciário extremamente conservador.¹⁴ Favelas bem localizadas na malha urbana sofrem incêndios, sobre os quais pesam suspeitas alimentadas por evidências constrangedoras.¹⁵ Os megaeventos – como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, entre outros – acrescentam ainda mais lenha nessa fogueira, como o texto de Carlos Vainer mostra neste livro. Os capitais se assanham na pilhagem dos fundos públicos, deixando inúmeros elefantes brancos para trás.

Mas é com a condição dos transportes que as cidades acabam cobrando a maior dose de sacrifícios por parte de seus moradores. E embora a piora de mobilidade seja geral – isto é, atinja a todos –, é das camadas de rendas mais baixas que ela vai cobrar o maior preço em imobilidade.

O tempo médio das viagens em São Paulo era de 2 horas e 42 minutos em 2007. Para um terço da população, esse tempo é de mais de três horas, ou seja, uma parte da vida se passa nos transportes, seja ele um carro de luxo ou um ônibus ou trem superlotado – o que é mais comum.¹⁶

A desoneração dos automóveis somada à ruína do transporte coletivo fez dobrar o número de carros nas cidades. Em 2001, o número de automóveis em doze metrópoles brasileiras era de 11,5 milhões; em 2011, subiu para 20,5 milhões. Nesse mesmo período e nessas mesmas cidades, o número de motos passou de 4,5 milhões para 18,3 milhões. Os congestionamentos de tráfego em São Paulo, onde

¹³Ver L. FERRARA, "Autoconstrução das redes de infraestrutura nos mananciais: transformação da natureza na luta pela cidade", tese de doutorado, FAU-USP, 2013.

¹⁴A respeito das remoções forçadas, ver o material de pesquisa coletado pelo grupo Observatório de Remoções da FAU-USP. Disponível em: <observatorioderemocoes.blogspot.com.br>. Ver ainda o blog de Raquel Rolnik. Disponível em: <raquelrolnik.wordpress.com>. Acesso em: 20 jul. 2013.

¹⁵Sobre incêndios em favelas, ver J. F. FINAZZI, "Não acredite em combustão espontânea", em *Carta Maior*, 11 set. 2012. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20863>. Acesso em: 20 jul. 2013.

¹⁶Cf. Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, *Pesquisa origem e destino 2007*. Disponível em: <www.metro.sp.gov.br/metro/numeros-pesquisa/pesquisa-origem-destino-2007.aspx>. Acesso em: 20 jul. 2013.

circulam diariamente 5,2 milhões de automóveis, chegam a atingir 295 quilômetros das vias. A velocidade média dos automóveis em São Paulo, medida entre às 17 e 20 horas em junho de 2012, foi de 7,6 km/h, ou seja, quase igual à da caminhada a pé. Durante o período da manhã, a velocidade média sobe para 20,6 km/h – ou seja, a mesma de uma bicicleta.

O governo brasileiro deixou de recolher impostos no valor de R\$ 26 bilhões desde o final de 2008 (nesse mesmo período, foram criados 27.753 empregos), e US\$ 14 bilhões (quase o mesmo montante dos subsídios) foram enviados ao exterior. Segundo especialista em mobilidade urbana, há mais subsídios para a circulação de automóveis (incluindo combustível e outros itens) do que para o transporte coletivo.¹⁷

A prioridade ao transporte individual é complementada pelas obras de infraestrutura dedicadas à circulação de automóveis. Verdadeiros assaltos aos cofres públicos, os investimentos em obras de viadutos, pontes e túneis, além de ampliação de avenidas, não guardam qualquer ligação com a racionalidade da mobilidade urbana, mas com a expansão do mercado imobiliário, além, obviamente, do financiamento de campanhas.

O forte impacto da poluição do ar na saúde da população paulistana, com conseqüente diminuição da expectativa de vida, tem sido estudado pelo médico Paulo Saldiva, pesquisador da USP e do Instituto Saúde e Sustentabilidade. O comprometimento da saúde mental (depressão, ansiedade mórbida, comportamento compulsivo) tem sido estudado pela psiquiatra Laura Helena Andrade, também pesquisadora da USP. É da vida, do tempo perdido, mas também da morte que estamos tratando.

Concluindo: para fazer frente a esse quadro, aqui apenas resumido, temos no Brasil leis, planos, conhecimento técnico, experiência, propostas maduras e testadas nas áreas de transporte, saneamento,

¹⁷ Ver M. P. BICALHO, "O pesadelo da imobilidade urbana: até quando?", em *Carta Maior*, 4 jul. 2012. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/templates/materia_Mostrar.cfm?materia_id=20523>. Acesso em: 20 jul. 2013.

É a questão urbana, estúpido!

drenagem, resíduos sólidos, habitação... Mas, além disso tudo, o primeiro item necessário à política urbana hoje é a reforma política, em especial o financiamento de campanhas eleitorais. Então, viva a moçada que ganhou as ruas. Se fizermos um bom trabalho pedagógico, teremos uma nova geração com uma nova energia para lutar contra a barbárie.

Seção II
Políticas públicas
para a juventude
em trabalho e educação

3

JUVENTUDE: POLÍTICAS PÚBLICAS, CONQUISTAS E CONTROVÉRSIAS

Regina Novaes¹

Ao falar de direitos da juventude e de políticas públicas de juventude, estamos diante de duas faces da mesma moeda: uma expressão só tem sentido em relação à outra. A primeira remete às demandas da sociedade, e a segunda evoca a responsabilidade do Estado.

Contudo, a invenção social deste particular sujeito de direitos só emergiu no final dos anos de 1980, momento em que a exclusão de jovens tornou-se parte constitutiva da questão social (nacional e internacional). A partir desse momento, os “problemas dos jovens” tornaram-se motivo de preocupações de governos e organizações da sociedade civil. Por outro lado, também nos anos de 1990, as questões relativas ao presente e ao futuro dos jovens tornaram-se causas mobilizadoras que alimentam ações de grupos, redes e movimentos de diferentes segmentos juvenis.

O objetivo deste texto é refletir sobre o processo de constituição de um recente campo de direitos e políticas de juventude, destacando diferentes momentos de seu percurso histórico, assim como os consensos, as controvérsias, seus alcances e limites.

1. Os jovens como força de mudança: povo, nação, contracultura e comportamentos

A presença de jovens na vida pública dos países da América Latina não é novidade. Em diferentes momentos de sua história, essas socie-

¹ Antropóloga e pesquisadora do CNPq.

dades contaram com a presença de jovens mobilizados por diferentes sonhos e causas.

Desde os anos 1920, registra-se a emergência dos jovens como atores políticos em distintos países da região. Referindo-se aos anos de 1920, Faletto (1986) destaca três acontecimentos: a Reforma de Córdoba/Argentina (1918); a Revolução Tenentista no Brasil (1924) e o movimento da juventude militar no Chile, aproximadamente na mesma data. Para além das especificidades de cada país e de cada movimento, havia entre eles alguns conteúdos doutrinários comuns, a saber: a negação das *oligarquias*; a afirmação do *povo* e a construção de cada *nação*.

Segundo Faletto, na esteira da crise econômica de 1929, esses jovens participantes se viam como força de mudança para transformar a nação oligárquica. Assim sendo, as questões da juventude e da própria classe média, de onde provinham, ficavam subsumidas a um objetivo político mais amplo: construir a nação moderna. O que justifica também o surgimento, nessa mesma época, das primeiras juventudes partidárias.

Caccia-Bava (2004) lembra que, no Brasil, nos anos 1920, além do movimento tenentista, dois outros movimentos de expressão da consciência política dos jovens foram inaugurados: o Movimento da Semana de Arte Moderna e o movimento político-partidário que deu origem ao PCB. Nas palavras do autor, “grupos de jovens se formaram em torno desses movimentos e foram protagonistas de novas ideias, novas concepções de nação e de Estado”.

Pode-se dizer, portanto, que entre os anos 1930 e 1950, os jovens organizados possuíam como principal característica o apoio ao movimento operário e a participação em projetos unificadores da nacionalidade. Os principais movimentos de juventude do período foram: a juventude integralista; a organização do movimento estudantil com a fundação da UNE (União Nacional de Estudantes) e o movimento religioso em torno da Ação Católica: AUC (Ação Universitária Católica), JUC (Juventude Universitária Católica) e JEC (Juventude Estudantil Católica).

A década seguinte trouxe novos desafios para o movimento estudantil e para as juventudes partidárias. Nos anos 1960, havia

um razoável acordo de que o “desenvolvimento” deveria ser uma meta de cada país. Porém, em meio às transformações sociais acarretadas pelo processo de urbanização e industrialização, muitas eram as controvérsias sobre os caminhos e padrão do desenvolvimento almejado.

Neste cenário, os jovens estudantes – vistos como parte da vanguarda mobilizadora do povo – foram desafiados a tomar posições no debate entre os diferentes modelos de desenvolvimento em disputa. Com efeito, havia pontos de convergência e de antagonismo entre a visão americana expressa pela “Aliança para o Progresso”; o desenvolvimentismo proposto pela CEPAL (Comissão Econômica Para América Latina e Caribe); o humanismo cristão expresso na Doutrina Social da Igreja; a concepção marxista do Partido Comunista (que via o desenvolvimento capitalista como etapa para a revolução socialista) e, ainda, a então recente experiência da Revolução Cubana (que inaugurava outro caminho para o socialismo).

Esse foi um período de intensa discussão sobre as Reformas de Base, que incluíam a Reforma Universitária. Além disso, os jovens militantes se envolviam no debate de um conjunto de indagações e controvérsias entre diferentes correntes de pensamento e de ação. Cristianismo e/ou marxismo? Reforma ou Revolução? Socialismo em um só país ou vários modelos de socialismo? Respostas para tais questões geraram diferentes organizações políticas e influenciaram nas trajetórias de vida de jovens.

Esse período de efervescência política foi interrompido pelo regime militar que se instalou no Brasil em 1964. Em seguida, em vários países da América Latina, sob a inspiração da Revolução Cubana, surgiram as organizações que viam a “luta armada” (o chamado foquismo) como a única forma de transformação social. Essas organizações e seus jovens tornaram-se alvo preferencial da repressão ferrenha dos militares.

Considerando os objetivos deste texto, cabe perguntar de que classes ou grupos sociais provinham os jovens mobilizados? Porém, para responder a essa questão, é preciso refletir sobre quais concepções de juventude circulam pela sociedade moderna.

1.1. “Ser estudante” como principal expressão da condição juvenil²

A concepção moderna de juventude tornou a escolaridade uma etapa intrínseca da passagem para a maturidade. A partir das transformações do século XVIII e, sobretudo, após a Segunda Guerra Mundial, estar na escola passou a definir a condição juvenil.

Idealmente, o retardamento da entrada dos jovens no mundo do trabalho garantiria melhor passagem para a vida adulta por meio de uma sequência linear e previsível de acontecimentos no curso da vida, a saber: saída da escola, ingresso no mercado de trabalho, saída da casa dos pais, formação de um novo domicílio pelo casamento, início da vida sexual e nascimento do primeiro filho.

Tal sequência supõe a noção de moratória social, entendida aqui como um crédito de tempo concedido ao indivíduo para que ele proteja sua entrada na vida adulta, favorecendo suas experiências e experimentações, formação educacional e aquisição de treinamento.³ Para tanto, pressupõe-se a presença do Estado provedor na garantia de acesso ao sistema educacional público.

De fato, no Brasil, a moratória social só foi concedida aos filhos das elites e das classes médias. Na realidade, a grande maioria dos jovens brasileiros passava – via entrada no mundo do trabalho – diretamente da infância para as responsabilidades da vida adulta. Entre estes, uma maioria apenas trabalhava (em empregos formais ou informais) e uma parte menor conseguia conciliar trabalho e estudo. Ou seja, havia uma pequena chance de ascender socialmente via aumento de escolaridade.⁴

Com o processo de industrialização em curso, segmentavam-se assim as juventudes: uma a ser preparada para a vida adulta por meio

² “A condição juvenil refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, refere-se a uma dimensão histórico-geracional, ao passo que a situação dos jovens revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc.” (ABRAMO, 2008).

³ Sobre a noção de moratória social, ver MARGULIS e URRESTI, 1996. Sobre padrões de passagem da juventude para a idade adulta, ver CAMARANO (2005).

⁴ Segundo POERNER (2004), nas décadas de 1960 e 1970, eram 5% os filhos dos operários entre os que chegavam à universidade. Ver também FORACHI (1972); MISCHE (1997), para uma análise das características da expansão do ensino superior entre as décadas de 1950 e 1970.

da educação, e uma (que sequer se considera, ou é considerada, jovem) destinada precocemente ao mundo do trabalho. Esses últimos – reunindo a maioria dos jovens oriundos das classes trabalhadoras – participavam de um silencioso pacto entre gerações que repousava na capacidade contributiva dos assalariados, vinculados ao mercado formal de trabalho (trabalhadores ativos contribuindo para inativos).

A segmentação da sociedade e da juventude também se expressava entre grupos de jovens cristãos. No Brasil dos anos 1950 e 1960, no mundo católico, as juventudes retratavam as diferenças de classe presentes na estrutura social brasileira. A disseminação da Ação Católica internacional produziu seus “setoriais de juventude”: a JUC (Juventude Universitária Católica); JEC (Juventude Estudantil Católica);⁵ JAC (Juventude Agrária Católica); e JOC (Juventude Operária Católica).

Para jovens que trabalhavam, a identidade “ser jovem” funcionava mais no interior da Igreja. No cotidiano, a faixa etária ficava subsumida na sua posição no processo produtivo. A partir de sua inserção produtiva, uma parte deles participava das mobilizações operárias (JOC) e agrárias (JAC). Por outro lado, os jovens estudantes (da JEC e da JUC) se envolveram no movimento estudantil e, posteriormente, em alguns partidos políticos, particularmente na Ação Popular (AP), que ajudaram a fundar.

Dessa forma, pode-se dizer que, até o início dos anos de 1980, os jovens que participavam eram, em sua maioria, oriundos das classes médias, e que a atuação estudantil foi vista pela sociedade como sinônimo de movimento juvenil.

A título de ilustração, vale trazer dois exemplos da literatura dos anos 1960 e 1970 que corroboram essa identificação entre ser jovem e ser estudante.

- O livro do jornalista Arthur Poerner, intitulado *O Poder Jovem*, foi concluído em março de 1968, após a morte do estudante secundarista Edson Luis de Lima Souto, e foi um dos primeiros a ser proibido após a edição do Ato Institucional número 5 (13-

⁵ A história também registra a presença de minoritários grupos de estudantes universitários protestantes geralmente oriundos de classe média.

12-1968), sendo posteriormente reeditado e atualizado várias vezes. Reunindo farta documentação dispersa em arquivos, em jornais e revistas, em folhetos e memórias pessoais, o autor fala do papel histórico e ativo dos estudantes brasileiros na Abolição da Escravatura, no advento da República, nas lutas da primeira metade do século XX e, sobretudo, nas vésperas e nos primeiros anos do regime militar. Mas, para o autor, o jovem identifica-se com o movimento estudantil e demonstra quanto este se envolveu nas questões da nação.

- O outro exemplo pode ser encontrado no importante livro de Marialice Foracchi, professora da Universidade de São Paulo, publicado em 1972. Seu título é *A Juventude na Sociedade Moderna* e seu objetivo é analisar, sociologicamente, a rebelião da juventude na forma predominante de que esse fenômeno se revestiu, que é o movimento estudantil. Segundo a autora, interessa analisar a sensibilidade especial que os movimentos de juventude cultivam diante dos problemas e da crise da sociedade moderna. Ela adverte que o jovem não é o depositário único dessa sensibilidade, mas destaca sua posição na estrutura social que lhe dá especiais condições para agir. Ou seja, “seu descompromisso relativo com as tarefas produtivas, sua abertura aos processos de criação, sua disponibilidade psicológica e social o encaminham para o exercício da liberdade, da busca e da improvisação” (Foracchi, 1972).

Em resumo, falar em “juventude na sociedade moderna” significava falar sobre segmentos juvenis afastados do mundo do trabalho e com possibilidades de produzir questionamentos políticos e culturais.

1.2. *Condição juvenil: para além das escolas e universidades*

Em termos de questionamentos morais e mudanças culturais, é bom lembrar também quanto essas décadas foram marcadas pela chamada “revolução de costumes”. Mudanças culturais atingiram jovens de todo o mundo de maneira mais alargada e difusa do que a vertente do engajamento do movimento estudantil, embora

tenham havido pontos de intersecção entre jovens da mesma geração juvenil.

Eric Hobsbawn (1995), em seu livro *A era dos Extremos*, destaca três novidades para caracterizar a “nova cultura juvenil” dos anos de 1970.

- A primeira diz respeito às concessões silenciosas feitas em direção ao “rejuvenescimento da sociedade”, seja através do questionamento da “gerontocracia” (reinante tanto no chamado mundo capitalista quanto em regimes revolucionários que faziam de um líder de menos de 40 anos uma raridade), seja através das florescentes indústrias de cosméticos.
- A segunda novidade provém da primeira: uma nova geração de adultos foi socializada como integrante de uma cultura juvenil e se adaptou rapidamente às mudanças tecnológicas que se intensificavam nessa época. O que os filhos podiam aprender com os pais tornou-se menos óbvio do que o que os pais não sabiam e os filhos sim. Invertiam-se, nesse aspecto, os papéis das gerações.⁶
- A terceira novidade da nova cultura jovem nas sociedades urbanas foi seu espantoso internacionalismo: o *blue jeans* e o *rock* tornaram-se marcas da “juventude moderna”, das minorias destinadas a se tornar majorias.

Nesse contexto, questionavam-se padrões sexuais e comportamentais. Hobsbawn lembra um dos *slogans* de 1968: “Quando penso em revolução quero fazer amor”. Ou seja, para uma parcela dessa geração, a libertação social e a libertação sexual davam-se as mãos, “sendo o sexo e as drogas as maneiras mais óbvias de despedaçar as cadeias do Estado, dos pais e do poder dos vizinhos, da lei e da convenção” (Hobsbawn, p. 326).

Buscava-se liberdade para o sexo e para a experimentação com as drogas consideradas ilícitas, questionavam-se itens de consumo

⁶ O autor lembra que o *blue jeans* – traje popular – foi introduzido nas universidades americanas por jovens que intencionalmente não queriam se parecer com seus pais, mas acabou sendo incorporado pelos adultos de cabeça grisalha.

e se propunham outros modos de vida, a exemplo do movimento *hippie*.

Concomitantemente, também se apresentaram no espaço público jovens envolvidos nos embates pela afirmação de direitos das minorias e com o início da tomada de consciência ecológica. Beneficiando-se de referências de movimentos internacionais contra discriminações de gênero, destacaram-se nessa época os grupos feministas.

Além das mulheres, também o movimento negro e os homossexuais começaram a se mobilizar contra os preconceitos e discriminações. Esses grupos acionavam a ideia de “identidade” para reivindicar direitos de cidadania para seus coletivos, porém sem demarcar recortes etários.

Datam também dessa época os primeiros debates e mobilizações de cunho ecológico. Com o desenrolar da onda ambientalista em nível internacional, o tema encontrou boa receptividade junto a jovens e grupos juvenis que tinham acesso a informação e liberdade para o questionamento dos modelos de desenvolvimento em voga.

Segundo Madeira (1986), nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil algumas modificações sociais contribuíram para estender a juventude para uma parcela maior da sociedade. Entre tais modificações, destacam-se: o rejuvenescimento (e monetarização) do mercado de trabalho, o aumento das oportunidades de estudo, a penetração dos meios de comunicação de massa, a difusão do sistema crediário.

No âmbito do consumo e da comunicação, ser jovem foi deixando de ser apenas o equivalente a ser estudante: a identidade juvenil começou a se deslocar para fora das universidades, estendendo seu alcance para além dos setores médios e abrangendo significações altamente ligadas ao consumo e aos estilos culturais.

Por outro lado, também a partir dos anos de 1970 nas cidades, onde o setor terciário inchava pela industrialização excludente, surgiram novas formas de associativismo. Nas periferias das metrópoles, desenho vivo da segregação espacial brasileira, surgiram movimentações para reclamar acesso a direitos, nas quais também os jovens se fizeram presentes por meio de diferenciadas nomeações, como moradores, favelados, pobres, classes populares.

Nesse novo contexto, a ideia de comunidade foi fortemente acionada nos movimentos sociais rurais e urbanos para demarcar pertencimento espacial e vivência de carências comuns. A Igreja Católica contribuiu para a difusão da ideia de comunidade, na qual a Teologia da Libertação fundamentou sua opção pelos pobres. Assim, por caminhos diversos e com seus múltiplos significados, a ideia de comunidade de base impulsionou mobilizações que contribuíram para a disseminação do ideário da democracia participativa tanto nos bairros populares quanto nas lutas pelo acesso à terra ou por política agrícola para pequenos produtores familiares.

Em resumo, sobretudo a partir dos anos de 1980, a condição juvenil se estendeu entre jovens de diferentes situações sociais e em diferentes espaços de participação.

QUESTÃO PARA OS GRUPOS:

Exercício para avivar a memória:

- a) Se você foi jovem nessa época, localize sua experiência no contexto histórico acima delineado.
- b) Se você é jovem hoje, quais são as notícias que marcam sua visão dessas décadas? Quem as transmitiu para você?

2. Os jovens como parte da questão social: "situações de risco" e o reconhecimento da diversidade

Não por acaso, no ano de 1985 foi decretado o Ano da Juventude pelas Nações Unidas.⁷ A data pode ser tomada como um demarcador temporal do processo de reconhecimento de necessidades e demandas

⁷ Entre os acontecimentos e documentos internacionais que enfatizam a necessidade de políticas para a juventude nesse período, podem-se destacar ainda o Programa de Ação Mundial para Jovens (PAMJ – ONU), de 1995; o Plano de Ação de Braga; a I Conferência Mundial de Ministros da Juventude, em 1998; a Declaração de Lisboa no Fórum Mundial de Juventude do Sistema Nações Unidas, em 1998. Ainda no âmbito da ONU, entre os Objetivos e Metas do Milênio se propõe “em cooperação com países em desenvolvimento, formular e executar estratégias que permitam que os jovens obtenham um trabalho digno e produtivo” (ODM 8, meta 16).

juvenis e, também, para a construção de um novo lugar para a juventude na agenda pública da cooperação internacional, das agências bilaterais e dos governos.

Como se sabe, à época, vivia-se o ápice da nova divisão internacional do trabalho; de aprofundamento dos processos de globalização dos mercados; de desterritorialização dos processos produtivos e de flexibilização das relações de trabalho. Pelo mundo afora, tais mudanças econômicas, tecnológicas e culturais afetaram particularmente a juventude.

No Brasil, assim como em vários países da América Latina, tais processos – somados ao esgotamento do modelo desenvolvimentista e à crise da dívida externa – trouxeram grandes desafios para a transição política após o final dos regimes autoritários. Iniciativas democratizantes foram interrompidas por projetos de ajustes e enxugamento do Estado, priorizando o equilíbrio fiscal e o corte de gastos. Esta foi a receita para sair da crise, de acordo com as orientações advindas do Consenso de Washington.⁸

Para combater a pobreza, os governos adotaram políticas compensatórias de transferência de renda por meio de programas alimentares e empregos temporários. Nesse mesmo contexto, tendo como público-alvo a população juvenil, considerada em situação de risco, buscou-se desenvolver programas e ações de contenção e prevenção da violência e do desemprego.

Organismos oficiais e agências de cooperação internacional desenvolveram metodologias para transformar jovens em agentes de desenvolvimento. Essa formulação encontrou um campo fértil no Brasil no qual se desenvolveram parcerias entre organismos interna-

⁸ A expressão Consenso de Washington nasceu em 1989, criada pelo economista inglês John Williamson, ex-funcionário do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), preconizando saídas para a crise econômica dos países da América Latina. Por decisão do Congresso norte-americano, as medidas do Consenso de Washington foram adotadas como imposições na negociação das dívidas externas dos países latino-americanos e acabaram se tornando o modelo do FMI e do Banco Mundial para todo o planeta. Intitulada por movimentos nacionalistas e de esquerda como “política neoliberal”, advoga que o funcionamento da economia deve ser entregue às leis de mercado, pois a presença estatal na economia inibe o setor privado e freia o desenvolvimento.

cionais, governos e a sociedade civil, via de regra representada pelo chamado terceiro setor.

Os “jovens de Projeto” (governamentais e não governamentais): trajetórias de novos protagonistas

Nesse cenário, tendo como referência a necessidade de lograr crescimento econômico, as políticas de capacitação para o trabalho, destinadas a jovens, passaram a ter um lugar na agenda pública. O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) apoiou o Programa de Capacitação Trabalhista para Jovens – o Chile Jovem – iniciado em 1990, e que, em seguida, inspirou programas e apoios semelhantes em vários países, entre eles Argentina, Uruguai e Peru.

Na Argentina, tiveram maior destaque os programas “*Fortalecimiento de Desarrollo Juvenil* (1995-1997)” e *Projeto Jovem* (1993-2000), que visavam a capacitação de jovens maiores de 16 anos procedentes de lares pobres. Para encaminhar os estagiários, o programa contava com o apoio de empresas privadas e era executado por instituições não governamentais submetidas a editais públicos. No Uruguai, em 1994, também com apoio financeiro do BID, foi criado o PROJOVEN (Programa de Capacitación y Inserción Laboral para Jóvenes) com objetivo tanto de capacitar jovens em determinado ofício quanto de promover sua inserção produtiva.

Também foi nessa época que surgiram os primeiros espaços institucionais de Juventude na América Latina. Na Argentina (1989), no Uruguai (1990), no Chile (1990), no Paraguai (1994) e no México (1999),⁹ inauguram-se as coordenadorias, secretarias, institutos e ministérios que deveriam contribuir para a implementação das políticas de juventude. Na época, o Brasil não criou um espaço institucional de juventude, mas instituiu vários programas voltados para adolescentes e jovens em vários ministérios.

No Brasil, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o Ministério do Trabalho, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), criou o Programa Auxílio Desemprego. Criou

⁹ No México, já tinha ocorrido uma iniciativa anterior que foi, naquele ano, reformulada.

ainda o PLANFOR (Plano Nacional de Qualificação Profissional), que, embora destinado a todos os desempregados e aos trabalhadores inseridos no processo de reestruturação produtiva, teve como público-alvo prioritário “os jovens de baixa escolaridade, especialmente em conflito com a lei e os excluídos em geral” (Carrochano *apud* Sposito, 2007).

Segundo Gonzales (2009), o PLANFOR, vigente entre 1995 e 2002, chegou a ter em seu último ano 40% dos educandos situados na faixa entre 16 e 24 anos. Por outro lado, o Conselho da Comunidade Solidária, criado naquele governo, também promovia parcerias com a sociedade civil e governos para desenvolver ações de Capacitação Solidária.

Segundo documentos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – tanto para os outros países aqui citados quanto para o Brasil –, não existem avaliações mais consistentes sobre os efeitos dessas primeiras iniciativas de inserção dos jovens no mercado de trabalho (realizadas entre os anos de 1995 e 2002). Em geral, considera-se que elas não tiveram grande eficácia, até mesmo porque a ausência de crescimento econômico era um evidente obstáculo para tal inserção. Porém, avaliações mais localizadas e qualitativas consideram que tais programas (governamentais e não governamentais) voltados para a capacitação profissional no período, mesmo sem grandes impactos globais na empregabilidade, tiveram efeitos positivos na trajetória de vida de jovens das classes populares.

Por outro lado, nos anos 1990, órgãos governamentais, organizações não governamentais (ONGs) e igrejas desenvolveram projetos sociais voltados, especificamente, para jovens em situação de risco: via de regra, moradores de periferias urbanas consideradas pobres e violentas. Viabilizados por recursos da cooperação internacional ecumênica, de governos europeus e de bancos/agências de desenvolvimento, foram se criando espaços frequentados por “jovens de projetos” (Novaes, 2006).

Para conter a violência e o desemprego, esses projetos tinham como objetivo “ressocializar”, “promover o retorno aos bancos escolares”, “capacitar para o trabalho”, “inserir os jovens em dinâmicas de inte-

gração social”, “fomentar o protagonismo e o voluntariado juvenil”, “aumentar a autoestima”. Nesse contexto, a palavra *cidadania* se fazia presente e evocava a ideia de protagonismo juvenil.

Alguns estudos¹⁰ criticam a noção de *protagonismo juvenil*, tal como difundida nos projetos da década de 1990, considerando que através dela se estimulava um papel proativo dos jovens de maneira condizente com a *desresponsabilização* do Estado com a coisa pública, segundo o ideário neoliberal predominante na época.¹¹ Ainda nessa mesma direção explicativa, pode-se dizer que tais projetos eram mais de *proteção* do que de *protagonismo*, e mais de *protagonismo pedagógico* do que de *participação social*.

Contudo, podemos dizer que os efeitos sociais desses projetos foram múltiplos e nem sempre na mesma direção. Estudos da UNESCO mostram que, na época, sobretudo em áreas pobres e violentas, os “jovens de projeto” participaram da gestação de novos coletivos juvenis em torno de artes gráficas, danças, estilos musicais, com destaque ao movimento *hip hop*. Nesses chamados “grupos culturais”, ampliam-se espaços de agregação juvenil, de experimentação e de criação estética.

Por outro lado, a intensificação da comunicação entre os próprios segmentos juvenis vulnerabilizados – por iniciativa própria ou de mediadores, de patrocinadores, de governos – resultou em quebra de segregação dos jovens em seus territórios e em suas cidades. Assim, os “jovens de projeto” também participaram de iniciativas municipais de criação de espaços de juventude.

Os primeiros organismos governamentais de juventude

A partir da segunda metade da década de 1990, surgiram espaços institucionais – coordenadorias e assessorias – de juventude em alguns municípios brasileiros.¹² Nesse âmbito, destacam-se as primeiras

¹⁰ Ver BARBOSA (2010).

¹¹ Segundo CARROCHANO (2007), no que diz respeito à orientação do governo Fernando Henrique Cardoso, a literatura se divide entre classificá-lo como neoliberal ou como socioliberal. Sendo socioliberal, não enfatizaria meramente a redução do tamanho e do poder do Estado, mas a necessidade de sua reformulação.

¹² Entre eles, destacam-se como pioneiras a Prefeitura de Santo André (PT) e a de Goiânia (PSDB). Vale lembrar também que em vários municípios governados pelo PT, como foi o caso

experiências inovadoras dos Centros de Referência de Juventude, as primeiras Conferências Municipais, bem como os festivais na área cultural, com valorização das chamadas culturas de periferia, como *hip hop*, *break*, grafite.

Os resultados de tais experiências – com histórias flutuantes de acúmulos e interrupções – são muito variados e não é possível detalhá-los aqui.¹³ Porém, segundo Spósito (2007), entre elas havia dois pontos em comum:

- a) buscavam atingir o conjunto da população jovem do município, ultrapassando os critérios rígidos relativos à renda ou a definições calcadas na vulnerabilidade ou ideia de risco presente nos Projetos.
- b) buscavam promover a participação juvenil por meio de canais de interlocução do poder público.

Ou seja, como iniciativas municipais – para ganhar reconhecimento – deveriam contemplar diferentes segmentos de jovens presentes em seu território, o que resultava na prática em valorização da diversidade juvenil. Por outro lado, o incentivo de participação juvenil na definição de políticas públicas (ainda que muitas vezes apenas retórico) tornou-se um requisito da nova construção da categoria juventude que naqueles anos se iniciara.

Ou seja, determinadas condições e circunstâncias fizeram com que os jovens de projeto se encontrassem com outros jovens de sua geração: seja por meio de atividades e produções culturais, seja nos espaços de juventude criados a partir do poder público.

Dessa maneira, ações governamentais e não governamentais desenvolvidas na década de 1990 contribuíram para que a noção de

de Porto Alegre, as articulações de juventude foram motivadas por experiências de Orçamento Participativo. Sobre o assunto, ver FISCHER *et al.*, 2007. No Estado do Rio de Janeiro, no governo Marcelo Alencar, Alessandro Ponce de Leon foi coordenador técnico do Plano Estadual de Políticas Públicas de Juventude, ligado ao Gabinete Civil, mas na época a iniciativa do plano não se concretizou. Registra-se ainda um Conselho de Juventude em São Paulo.¹³ Ver em SPÓSITO (2007) análises de pesquisadores sobre as experiências pioneiras de Santo André e São Caetano do Sul, de Recife, Goiânia e, um pouco mais recentes, em Porto Alegre, Niterói, São Paulo, Embu das Artes. Ver também os artigos contidos na primeira parte deste livro que trazem informações sobre esse processo em diferentes capitais brasileiras.

juventude (com todas as suas clássicas imprecisões) se estendesse não só para além da condição de estudante, como também não ficasse circunscrita à preocupação com os jovens em situação de risco.

Com efeito, jovens de projeto bem como jovens participantes de iniciativas municipais passaram a fazer parte de coletivos mobilizados por causas e demandas definidas como juvenis. Sem levar em conta essas trajetórias, não podemos entender a composição das juventudes (grupos, redes juvenis, pastorais, movimentos estudantis, jovens sindicalistas e juventudes partidárias) que chegaram aos anos 2000 reivindicando políticas públicas de juventude. Resta saber quais foram as demandas que os moveram e quais foram as formas de organização que as aglutinaram.

QUESTÃO PARA OS GRUPOS:

Levando em conta as informações contidas neste item, comecem a construir sua linha do tempo, demarcando períodos de tempo e destacando pessoas e instituições que foram importantes em sua trajetória pessoal.

3. Movimentos juvenis: diversidade entre organizações, redes, grupos e identidades

De certa forma, novas formas de participação juvenil no espaço público já se faziam presentes durante as manifestações dos caras pintadas, que foram às ruas para reivindicar o *impeachment* do presidente Collor em 1992. Como aponta Mische (1997), as imagens da época não deixavam dúvidas de que algo mudara na juventude que foi às ruas. Como ficou registrado na imprensa,

eram 20 mil jovens. Diversos os rostos, desde os que usavam camisas de Che Guevara até os frequentadores de *shopping centers*, estudantes pesquisadores, bolsistas do CNPq, junto com metaleiros e skatistas. Todos, revoltados, pediam o *impeachment* do presidente. Foi a passeata do grito indignado de uma juventude que acredita na mudança do Brasil (*Folha de São Paulo*, 15 ago. 1992).

Tal diversificação ficou evidente nos anos seguintes. Preocupações ecológicas, demandas de equidade de gênero, de raça e etnia já vinham como herança dos anos 1980. A essas questões, nos anos 1990, se adicionaram outras movimentações relacionadas à afirmação de distintas orientações sexuais, aos problemas de violência e segurança em cidades e periferias. Assim como, além da clássica demanda de Reforma Agrária, a segurança alimentar e a agroecologia começaram a fazer parte das demandas de grupos e redes juvenis no campo e nas cidades.

Ou seja, nos anos 1990, tornou-se muito mais diversificada a face social dos jovens que se mobilizavam (Abramo, 1997). Se até os anos 1970 os atores juvenis estavam praticamente restritos aos jovens estudantes de classes médias e às juventudes partidárias, a chegada dos anos 1990 deu visibilidade para várias formas de movimentação entre jovens dos mais distintos setores sociais. Grupos, redes e movimentos juvenis que, de maneiras fluidas, horizontalizadas, dinâmicas e multicêntricas desenvolvem ações na dimensão da cidadania.¹⁴

A presença das tecnologias de informação e comunicação (TICs) foi fundamental nesse processo. Apesar de terem trazido a preocupação com as novas formas de exclusão digital, as TICs favorecem a comunicação e a identificação entre jovens, gerando coletivos virtuais, quebrando isolamentos, ampliando as possibilidades de ações e disseminação de causas sociais (assim como modificando as relações entre elas). Com a ampliação do acesso à internet, grupos juvenis com origens diferenciadas passam a se conectar por meio de redes que ampliam fronteiras geográficas e sociais.

Apresentaremos em seguida as principais demandas e formas de organização que podem ser vistas como constitutivas do campo da juventude.

3.1 Demandas, temas e identidades juvenis

Nota-se que os jovens mobilizados têm introduzido suas demandas geracionais – de educação, trabalho, cultura, saúde e participação

¹⁴ Sobre o assunto, ver MISCHÉ (1997), que intitula seu artigo de maneira sugestiva: “De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política”.

– tanto no interior de organizações já existentes quanto em novos espaços de atuação. Vejamos alguns exemplos:

Jovens indígenas enfatizam sua situação de jovens para demandar acesso a novas tecnologias de informação, assim como se reafirmam como indígenas para garantir acesso à terra.

Jovens de diversas orientações sexuais estão presentes nos espaços de mobilização para demandar tratamento igualitário no sistema preventivo de saúde, mas também renovam suas demandas, reivindicando espaços exclusivamente juvenis nesse mesmo sistema de saúde.

No que diz respeito às jovens mulheres, a identidade feminista se constrói em espaços nos quais se manifestam outras causas mobilizadoras. Identidades raciais, classistas, étnicas, regionais se inter cruzam com o recorte de gênero. Observam-se aí certas transformações em demandas clássicas, tais como:

- as jovens de hoje não falam mais apenas em dupla jornada de trabalho e nas dificuldades de conciliar trabalho doméstico e ocupação profissional. Características da sociedade atual implicam tripla jornada, já que, além de trabalhar fora, cuidar da casa e dos filhos, as jovens se veem na obrigação de completar estudos ou voltar a estudar;
- a velha afirmativa “as mulheres são donas de seu corpo”, presente nos movimentos da primeira onda feminista dos anos 1960 e 1970, sobretudo por meio das discussões sobre machismo nas relações afetivas e do direito ao corpo, ganha atualmente mais uma dimensão. No momento atual, não se trata apenas de ser dona do próprio corpo em termos de liberdade sexual e aborto. Trata-se também de denunciar e combater “a imposição pelos meios de comunicação de um padrão único de beleza feminina: branco, alto e anoréxico” (Zanetti, 2009).

A questão de gênero também se faz presente na Marcha das Vadias, movimento mundial (intitulado Slut Walk) que começou em 2011, após um oficial da polícia de Toronto, no Canadá, dizer que, para evitar estupros, as mulheres deviam deixar de se vestir como vadias. O movimento mobilizou segmentos juvenis e se espalhou via inter-

net. Em seus protestos contra o machismo, as mulheres usam roupas provocantes e criam performances engraçadas e irreverentes.

Por outro lado, segundo Abramo (2008), para os jovens militantes negros, a desigualdade racial se cruza umbilicalmente com a condição social. Ou seja, a cor da pele – como fator de desigualdade – retroalimenta a exclusão econômica e social. Questões educacionais, de entrada no mercado de trabalho e, sobretudo, de exposição a situações de violência, geraram a expressão “genocídio da juventude negra”.

Assim sendo, em contextos de reivindicação de políticas públicas, a questão racial urgente e prioritária parece englobar todas as outras e sofre algumas atualizações em relação às gerações anteriores. Entre tais atualizações, pode-se dar destaque às expressões culturais, sobretudo o *hip hop*, que tem sido um canal renovado e poderoso de afirmação da negritude. Assim como as lutas por cotas para negros na universidade e em outros espaços sociais levam em conta questões específicas dessa geração juvenil.

Também a discriminação por endereço, resultado da segregação espacial (produzida pela combinação entre a presença precária do poder público; a violência e poder dos traficantes e a violência e corrupção policial) alimenta a formação de redes e grupos de jovens moradores das favelas e periferias que são criminalizados e discriminados pelo lugar onde moram.

Cabe destacar os grupos esportivos e culturais já citados. Hoje eles funcionam como articuladores de identidades e se tornam referências na elaboração de projetos individuais e coletivos. A literatura tem registrado grupos de jovens voltados para esportes (com destaque para o *skate*), para rádios comunitárias, para o teatro, a dança, grafite e variados estilos musicais (*rock*, *punk*, *heavy metal*, *reggae*, *hip hop*, *funk*, entre outros). Autônomos, independentes, lançando mão de recursos materiais e simbólicos próprios ou incentivados por mediadores (das igrejas, agências internacionais ou organizações não governamentais e fundações locais), suas ações imediatas valorizam as chamadas comunidades locais e desenvolvem estratégias para ter acesso à cidade e à cidadania.

Por este ângulo, a dimensão cultural é vista como via de construção de identidade, como *locus* de produção artística e como instrumento de comunicação externa. A cultura renova as formas de fazer política, modificando as formas de se apresentar no espaço público. Ao mesmo tempo, expressa novas identidades e cria novas ocupações geradoras de criatividade e renda.

Também as redes e grupos ecológicos – do campo e das cidades – criam espaços e agregação juvenil. Embora os adultos também vivam num momento histórico em que disseminam preocupações ambientais e ideias ecológicas, são os jovens dessa geração que se tornaram os principais atores que elaboram conteúdos da educação ambiental nas escolas, nos projetos sociais, nos meios de comunicação.

Antigas questões relacionadas a clássicas precariedades de infraestrutura no meio urbano ganham outra conotação por meio da chave de leitura ecológica que introduz as expressões “coleta seletiva”, “reciclagem” e “sustentabilidade” no vocabulário político das cidades e de suas periferias. No Brasil, no Rio de Janeiro (Novaes, 2002), por exemplo, jovens garis comunitários propõem mutirões para promover a reeducação de moradores no sentido de evitar desmatamento, deslizamentos de terra em encostas e entupimento de galerias pluviais.

Em torno das questões ecológicas se constituem movimentos exclusivamente juvenis, a exemplo da Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (Rejuma), criada em 2003, no Brasil. Essa rede é composta por jovens de 16 a 29 anos atuantes em diversos setores da sociedade e interessados na questão ambiental. Promove troca de ideias, realidades e experiências referentes a questões socioambientais.

No que diz respeito à zona rural, clássicas questões sobre os impasses da pequena produção agrícola perante processos de concentração de terras ganham novas conotações para grupos de jovens em defesa da sustentabilidade socioambiental que relativiza as fronteiras entre as agendas de jovens rurais e urbanos. Grupos juvenis que estabelecem conexões entre as demandas de desconcentração fundiária e de políticas agrícolas eficazes com a criação de novas ocupações rurais não agrícolas, pluriatividade, sustentabilidade ambiental.

Em um contexto de saída massiva dos jovens do campo, as representações e práticas ecológicas agregam um valor positivo ao ficar no campo – antes só visto pela ótica do atraso. Por meio da ecologia, os jovens procedentes da zona rural se conectam com as questões de seu tempo, fazendo dialogar velhos problemas com novas motivações.

Expressões ligadas à ecologia têm poder de articular questões imediatas a questões gerais. Seja na perspectiva definida como ambientalista (que visa apenas mudanças na política ambiental), seja na perspectiva definida como ecologista (que visa mudanças mais amplas e radicais no modelo de desenvolvimento econômico), a causa ecológica demonstra ter poder de agregação juvenil, ora apenas injetando energia vital nas relações dos jovens com o lugar onde vivem, ora abraçando causas mais amplas.

Assim, num momento em que se afunilam oportunidades nas carreiras tradicionais, surgem novas áreas de profissionalização ambiental (re)valorizadas com o fortalecimento de uma consciência ecológica, que também acenam com novos espaços de inserção para os jovens (Carvalho, 2004). Enfim, além dos grupos e redes que se definem prioritariamente a partir de ideias ambientalistas, quase não há organização juvenil (grêmios estudantis, juventudes partidárias, pastorais da juventude católica e evangélica) que não se veja na obrigação de colocar um item ecológico em seus projetos, programas e agendas.

Por fim, vale destacar os militantes das TICs. A bandeira por *softwares* livres foi ganhando crescente destaque nas organizações juvenis temáticas e identitárias, motivando grupos, redes e movimentos específicos que se reúnem em torno da comunicação virtual destacando questões de autonomia, qualidade de acessos e democratização de instrumentos tecnológicos.

Em suas diferentes edições, o Acampamento Internacional da Juventude – que se realizou durante os encontros do Fórum Social Mundial, fazendo da diversidade juvenil a sua força – utilizou mídias alternativas contando com militantes da área.

Em 2006, nasceu o Levante Popular da Juventude, que se define como “uma organização de jovens militantes voltada para a luta de

massas em busca da transformação da sociedade”.¹⁵ O movimento faz uso das redes sociais para se comunicar e realiza acampamentos para desenvolver atividades com seus participantes. Entre as atividades desenvolvidas por grupos ligados ao Levante Popular da Juventude, no ano de 2012, destacaram-se os escrachos, atos e dramatizações públicas – inspirados na experiência argentina –, para denunciar a tortura durante o Regime Militar e torturadores impunes.

3.2 *Novas pautas: mudanças nos espaços religiosos, estudantis, sindicais e partidários*

Vejamos agora como esses temas e formas de organização afetaram os espaços clássicos de agregação e participação juvenil.

Religião e participação

Partilhando das possibilidades culturais de nossa época, os jovens dessa geração estão sendo chamados a fazer suas escolhas em um campo religioso mais plural e competitivo e vivenciam a experiência de viver cada vez mais em famílias abertamente plurirreligiosas.

O declínio histórico do catolicismo,¹⁶ o crescimento evangélico, a ampliação das alternativas religiosas e o aumento daqueles que se declaram sem religião se refletem na subjetividade e nas trajetórias de vida dos jovens dessa geração.

Para eles, diminui o peso da autoridade religiosa tradicional e aumentam-se as buscas, possibilidades de escolha e sínteses religiosas pessoais. Versículos bíblicos são cantados nas letras de *rap*, no *rap-gospel* e por grupos de *rock* ligados a grupos católicos e evangélicos.

¹⁵ Seus participantes assim se definem: “Somos um grupo de jovens que não baixam a cabeça para as injustiças e desigualdades. Entendemos que só com o povo unido, metendo a mão junto, é possível construir o novo mundo com que sonhamos”. O Levante atua junto aos movimentos da Via Campesina e movimentos urbanos como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), com a intenção de construir a organização popular em comunidades, vilas, escolas, assentamentos e acampamentos do Brasil (nacional@levantepopular.org.br).

¹⁶ Pesquisa realizada no âmbito do projeto Juventudes da América do Sul (2008) indica que há mais católicos adultos do que católicos jovens nos seis países analisados. A saber: os jovens são 8% menos católicos do que os adultos na Argentina; menos 5% no Brasil; menos 4% no Paraguai; e menos 13% no Uruguai.

Além das Pastorais de Juventude Católica e dos grupos evangélicos progressistas, há mais exemplos que fazem parte da experiência dessa geração. Jovens negros que reavivam referências religiosas de matriz africana (como, por exemplo, os jovens do grupo denominado Povos dos Terreiros, que participaram da Primeira Conferência de Políticas Públicas de Juventude) e se engajam em movimentos contra a violência e de afirmação da negritude.

Jovens engajados em lutas ambientalistas, identificando o sagrado na natureza, constroem sua espiritualidade a partir da ideia de “ecologia profunda” na sua religião. Da mesma forma, jovens que se identificam com tradições religiosas orientais participam ao lado de redes e movimentos ecumênicos e inter-religiosos em ações contra a violência e pela paz. Ou seja, certamente, a apropriação de símbolos religiosos não está livre do consumismo, do modismo, do individualismo presente na sociedade. Mas não há como negar que o pertencimento religioso tem alavancado ações solidárias e participação social.

Em resumo, para além das crises pelas quais passam as igrejas tradicionais, a religião está hoje presente na esfera pública e também na biografia concreta de milhões de jovens que buscam um sentido religioso fora, à margem ou dentro da religião de origem. Certamente, o pertencimento religioso pode não ter realmente nenhuma repercussão em termos de participação social. No entanto, no Brasil as igrejas cristãs, a Igreja Católica e denominações evangélicas, em suas vertentes classificadas como progressistas, continuam sendo celeiros de quadros políticos. Assim como outras opções religiosas levam jovens para o espaço público movidos, principalmente, pelo ideário ecológico e pela luta contra a violência.

O movimento estudantil: algumas reciclagens

É recorrente o discurso que destaca a força do movimento estudantil no passado, comparando-o com sua debilidade no presente. Talvez por isso mesmo sejam poucas as referências bibliográficas atuais sobre movimentos estudantis, seja no que diz respeito aos grêmios escolares de ensino fundamental e de ensino médio, seja no que diz respeito aos estudantes universitários e suas específicas questões e formas de atuar.

Mas há um tema que tem merecido destaque: as mobilizações de estudantes secundaristas que enfatizam inicialmente o acesso ao transporte público. Como se sabe, desde o começo dos anos 2000, jovens do ensino médio têm realizado movimentos pelo passe livre em diversos locais do país. Em 2003, a cidade de Salvador, no Estado da Bahia, ficou marcada pela Revolta do Buzu. Várias reportagens do período demonstram que o movimento recebeu grande apoio da população, que se sentia contemplada em sua reivindicação de congelamento da tarifa e de meia passagem para os estudantes nos dias letivos e finais de semanas, feriados e férias. Diante da pressão de setores da sociedade em razão dos desgastes com as paralisações e clima de tensão e incerteza que se estabeleceram na cidade, a partir do início de setembro, a prefeitura iniciou a negociação com os manifestantes.

O transporte surge como uma reivindicação legítima para a sociedade e para as famílias, e também desencadeia a explicitação de outras demandas relativas à melhoria das condições e da qualidade do ensino. A partir de então a questão do transporte ganha relevância no movimento secundarista de várias cidades e, posteriormente, como movimento juvenil autônomo (Movimento Passe Livre).

Por outro lado, também o movimento estudantil universitário renova sua pauta tanto quando abraça causas específicas referentes à ética e às relações democráticas no espaço acadêmico¹⁷ como quando incorpora sua agenda de novos temas debatidos na sociedade como a questão do meio ambiente, o debate sobre cotas raciais e direitos humanos. Nos encontros culturais da UNE, destacam-se os espaços reservados para o movimento *hip hop*.

Organizações sindicais: presenças de jovens no campo e na cidade

No que diz respeito aos sindicatos, embora as mudanças no processo produtivo, a precarização das relações de trabalho e o final do processo inflacionário, que sustentava a bandeira da reposição

¹⁷ O melhor exemplo aqui é a ocupação da Universidade de Brasília em protesto contra o mau uso do dinheiro público pelo reitor.

salarial, tenham afetado o mundo sindical, no Brasil não se observa decréscimo significativo na filiação sindical. Pesquisa realizada em 2009 também demonstrou que não é tão grande a diferença entre jovens e adultos que declaram pertencer a sindicatos (IBASE; POLIS; IDRC, 2009).

Assim sendo, há jovens nos sindicatos e associações profissionais no meio rural e nas cidades. Em nível nacional, os jovens da área rural se reúnem na Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), na Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf) e no Movimento dos Sem-Terra (MST). Os jovens do campo assumem a bandeira mais geral da reforma agrária e fazem demandas específicas de acesso à terra e crédito agrícola para jovens que necessitam ser apoiados para se emancipar. Da mesma forma, demandam acesso às escolas de ensino médio e à universidade com currículos e calendários condizentes com a realidade rural. O acesso à cultura e às novas tecnologias de comunicação e informação também faz parte das demandas dos jovens da zona rural.

Como indicam algumas pesquisas (IBASE, 2009), os jovens da zona rural que participam de movimentos, sindicatos e associações estão entre os que mais se apropriam do tema juventude e dos espaços onde se demandam políticas públicas voltadas para os jovens. Por meio desse recorte, eles se fortalecem perante o poder de decisão concentrado nas mãos dos pais e rompem o isolamento territorial.

Nos sindicatos urbanos, também os jovens estão assumindo bandeiras gerais de suas centrais sindicais participando das campanhas por 40 horas semanais de trabalho. Mas suas demandas específicas dizem respeito a ampliar oportunidades e condições para conciliar trabalho e estudo. Além de buscar aumentar seus níveis de escolaridade, os jovens também buscam oportunidades de reciclagem e aperfeiçoamento profissional, fundamentais nesse contexto histórico marcado por incessantes inovações tecnológicas.

Não por acaso, atualmente, há espaços de juventude (denominados departamentos, secretarias, coordenações) no interior dos sindicatos de várias categorias e centrais sindicais. Acionando a identidade ju-

venil, estes jovens legitimam suas demandas, provocam inovação na linguagem e nas práticas e têm contribuído para o questionamento de hierarquias rígidas e certas formas tradicionais de atuação no âmbito sindical.

Ademais, novas ocupações estão sendo criadas e começam a produzir os novos sindicatos do século XXI. Entre elas, destacam-se os motoboys e os trabalhadores do *telemarketing*. Os jovens de motocicletas (motoboys) se tornaram essenciais nos serviços de entrega e de transporte das grandes cidades, que sofrem com o grande congestionamento do trânsito, e começam a ganhar importância também para vencer as distâncias no mundo rural. A partir de atos cotidianos de solidariedade que os levam sempre a parar quando observam que há acidentes de trânsito com qualquer outro motoboy, começam a se reconhecer como categoria mal remunerada e exposta aos acidentes. Entre eles, há iniciativas de fundação de associações e sindicatos.

Quanto ao *telemarketing*, seus trabalhadores são jovens, de classes populares e com nível médio de escolaridade. Há vários sindicatos espalhados pelo país, um deles é o Sintratel, que congrega trabalhadores de *telemarketing* em São Paulo, e se apresenta como um sindicato tão jovem quanto sua categoria. Nesse caso, a identidade juvenil é tomada como elemento de afirmação da sua singularidade, como marca da especificidade da sua atuação e como mote de conquista de espaço político.¹⁸

Jovens e partidos políticos

Quase não existem estudos sobre as juventudes ligadas a partidos políticos. O que poderia ser explicado tanto pela clássica desvalorização dos partidos políticos na sociedade como um todo, quanto pelo maior interesse acadêmico e político pelas novidades produzidas pelos movimentos, grupos e redes juvenis com suas estruturas mais flexíveis e suas atuações no aqui e agora.

¹⁸ Ver pesquisa Juventudes Sul-Americanas (IBASE; POLIS; IDRC, 2008).

No entanto, quando se fazem entrevistas mais aprofundadas, percebe-se que a filiação a partidos políticos frequentemente se apresenta como uma possibilidade na trajetória de vida de jovens lideranças de diferentes grupos e movimentos. Há jovens de partidos que passam a atuar em redes, grupos e movimentos juvenis. Assim como há trajetórias inversas que se iniciam no âmbito de mobilizações específicas (pelo meio ambiente, pelo acesso à produção cultural, pela equidade de gênero, pela igualdade racial, pelos direitos indígenas, pelos direitos humanos etc.) e, muitas vezes, se desdobram em pertencimento a partidos.

Participações simultâneas e combinações muitas vezes surpreendentes também foram registradas entre os jovens que hoje se mobilizam. Ou seja, embora pouco significativa estatisticamente, a filiação de jovens a partidos políticos não está descartada na atual configuração do ator juvenil.

Também é interessante registrar a novidade presente nas articulações de jovens de diferentes partidos (de situação e de oposição) em torno da pauta de juventude.¹⁹ Nesse novo contexto, uma parcela de jovens de partido começa a expressar suas preocupações de renovar a estrutura partidária, tornando-a mais atrativa para os jovens.

Em síntese, do ponto de vista da sociedade civil, ressaltam-se três aspectos: 1) o movimento estudantil deixou de ser visto como sinônimo de movimento juvenil; 2) as organizações juvenis passaram a revelar mais variedade, riqueza e dinamismo do que no passado; 3) as expressões “jovens como sujeito de direitos” e “políticas públicas de juventude” começaram a ser disseminadas no âmbito da sociedade civil e dos governos.

QUESTÃO PARA OS GRUPOS:

Construa seu perfil de participação social indicando identidades e causas que foram mobilizadoras em sua trajetória pessoal.

¹⁹Ver Documento das Juventudes Partidárias no site do Conjuve. Disponível em: <<http://www.juventude.gov.br>>.

4. Jovens como sujeitos de direitos, demandas de políticas públicas de juventude

Como se sabe, para a maioria dos jovens brasileiros e latino-americanos, a desigualdade e a exclusão tornaram-se os saldos objetivos e subjetivos mais relevantes das reformas estruturais e do fim da transição democrática (PNUD, 2009).

Perante essa situação, organismos não governamentais e institutos de pesquisa tomam iniciativas para acelerar um processo de conhecimento e de reconhecimento da juventude brasileira. De diferentes maneiras, em espaços diferentes, diversos atores passaram a falar sobre direitos da juventude, a reconhecer suas demandas e a apontar a necessidade de políticas públicas de juventude.

Os problemas e demandas da juventude se relacionam tanto com questões (re)distributivas mais gerais da sociedade excludente quanto com questões de reconhecimento e valorização de sua diversidade, e, ainda, evocam a dimensão participativa que tem grande importância na fase da vida em que se busca a emancipação.

As principais demandas de distribuição revelam dívidas sociais acumuladas e, ao mesmo tempo, trazem consigo questões que dizem respeito à atual condição juvenil. Elas estão ligadas ao direito à educação de qualidade, ao trabalho decente que permita equacionar trabalho/estudo/vida familiar.

Nesse mesmo âmbito também está o acesso ao sistema de saúde, destacando para a juventude mecanismos de efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, e também o acesso a políticas de redução de danos acarretados pelo abuso de uso de drogas ilícitas.

No que diz respeito à cultura, as políticas devem favorecer a necessária redistribuição de equipamentos culturais – via de regra, concentrados nas partes nobres das cidades –, mas também favorecer o acesso a recursos para fruição e produção de bens culturais de acordo.

As demandas por reconhecimento dizem respeito à busca de legitimação (no interior do poder público e na sociedade civil) em torno da constituição da juventude como um singular sujeito de direitos. Trata-se, no entanto, de um sujeito que demanda reconhecimento da diversidade de suas identidades e causas. Os programas

e ações devem levar em conta os preconceitos e discriminações que os vulnerabilizam por serem jovens, pobres, negros, mulheres, homossexuais, favelados etc. Nesse âmbito, trata-se de gerar tanto políticas afirmativas quanto Campanhas para demover preconceitos e sancionar discriminação.

Por fim, as demandas de participação surgem como condição imprescindível para levar demandas distributivas e de reconhecimento para o espaço público democrático. Assim como no contexto particular das políticas públicas de juventude, a participação torna-se ela mesma uma demanda, já que remete ao acesso aos espaços específicos de decisão sobre desenho, validação, acompanhamento e avaliação de programas e ações voltados para esse segmento populacional.

Certamente, tal classificação ajuda a sistematizar as demandas juvenis, mas suas linhas divisórias não devem ser vistas de maneira estanque. Isso porque as demandas comportam interdependências, zonas intermediárias e híbridas. Vejamos, por exemplo, a questão da violência, que remete a questões de distribuição, reconhecimento e participação.

Por um lado, a geografia da violência revela desigualdades sociais, disparidades regionais e segregações urbanas. Esses problemas remetem a demandas de distribuição de renda, de acesso a equipamentos urbanos no local de moradia dos jovens, assim como de acesso a aparato policial constante e preparado.

Mas as situações de violência vividas pelos jovens geram, também, demandas de reconhecimento de atores sociais em sua diversidade. Isso porque as situações de violência são retroalimentadas por preconceitos e discriminações relativas à cor da pele, à orientação sexual, à aparência, ao local de moradia e ao simples fato de ser jovem. Por isso mesmo, o combate à violência remete à valorização da diversidade e à vigência dos direitos humanos.

Por fim, envolve participação juvenil tanto em seu mapeamento quanto na elaboração de projetos e ações que possam reverter situações de violência. Espera-se também que organismos públicos dos quais os jovens participem possam promover o controle social dessas políticas.

Portanto, como se pode observar, as demandas de distribuição, de reconhecimento e de participação devem ser efetivadas por meio de políticas universais, setoriais e exclusivas para essa faixa etária. Tais políticas respondem (deveriam responder) a diferentes dimensões da vida dos jovens, proporcionando seu desenvolvimento integral.

Assim sendo, as políticas públicas de juventude²⁰ tocam questões que estão sob a responsabilidade de diferentes ministérios, secretarias e outros organismos governamentais. Tal dispersão tem sido um obstáculo para a integração de programas e ações voltados para jovens, comprometendo sua transversalidade, condição *sine qua non* para sua efetividade.

Desde 2005, o Brasil conta com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) – órgão do poder executivo ligado à Secretaria Geral da Presidência da República. Institucionalidades de Juventude têm crescido em nível estadual e municipal. De maneira geral, aumentaram os programas e ações voltados para a juventude. Porém, a despeito dos esforços de muitos gestores de políticas públicas de juventude, persistem obstáculos de orçamento e legitimidade para promover a transversalidade da perspectiva juvenil junto a Ministérios e Secretarias setoriais.

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) também foi criado em 2005 como espaço específico de interlocução (de conflito e/ou de cooperação) entre sociedade civil e governo para desenhar, validar, implementar e exercer o controle social no âmbito das Políticas Públicas de Juventude (PPJs). Conselhos Municipais e Estaduais – com diferentes formatos – também têm sido criados pelo Brasil afora. De caráter consultivo ou deliberativo, esses Conselhos têm poder de influência variado. De maneira geral, pode-se dizer que ainda lutam

²⁰ De maneira geral, a ideia de políticas públicas está associada à presença do poder público (Executivo, Legislativo e Judiciário) na definição, na implantação, no acompanhamento e na avaliação de programas e ações sociais. Seu caráter público é assegurado por meio da articulação de determinado conjunto de programas e ações que contam com recursos próprios (financeiros e humanos), envolvendo uma dimensão temporal (duração) e capacidade de impacto (efetividade).

para ter voz dentro dos governos e buscam reconhecimento junto aos diferentes segmentos juvenis e à sociedade.

A Constituição Brasileira não fazia referência explícita aos jovens ou à juventude. Isto é, não destacava os jovens como um público particular para a ação pública e social. Um Projeto de Emenda Constitucional, conhecido como a PEC da Juventude, foi recentemente aprovado. Introduziu-se o artigo da “juventude na Constituição Brasileira”. Recentemente, em 8 de agosto de 2013, foi sancionado o Estatuto da Juventude ([www.portal da juventude.gov](http://www.portal.dajuventude.gov.br)).

QUESTÃO PARA OS GRUPOS:

A partir do que foi exposto e também de sua experiência de vida, como você relaciona as expressões “jovens como sujeitos de direitos” e “políticas públicas de juventude”?

Nota final

Nas últimas décadas, os jovens brasileiros têm se apresentado no espaço público por meio de múltiplas identidades. Diferentes experiências de discriminação podem se somar na vida de um mesmo jovem (ser jovem, ser negro, ser favelado, ser homossexual, ser mulher, ser da área rural). Essas identidades são acionadas de acordo com as disputas em questão.

Pesquisas recentes têm demonstrado que os jovens somam “causas”. Isso nos convida a evitar esquemas empobrecedores que se ancoram em substantivação de identidades únicas e fixas (IBASE, 2008). Levando em conta essa constatação, pode-se dizer que, para compreender as manifestações das ruas ocorridas em 2013, temos que considerar o conjunto de demandas, grupos e formas de manifestações listadas acima.

O preço do transporte se apresentou como a primeira causa. Essa demanda remete ao sistema de transporte e às contradições de um modelo de transporte coletivo baseado em manipuláveis concessões públicas para exploração privada que se caracteriza pela sofrível qualidade e distribuição desigual na oferta do serviço. Perante essa

realidade, para os jovens, o preço do transporte funciona como um disparador que soma identidades. Aproxima jovens do asfalto e da favela, do centro e da periferia, companheiros e manos, rastas e punks... O tema aproxima jovens afastados por fortes desigualdades sociais. Afeta o cotidiano de jovens que só estudam e daqueles que combinam estudo e trabalho. Diz respeito a jovens que só trabalham e àqueles que procuram trabalho e precisam se locomover pelas cidades.

Contudo, compartilhar essa vivência seria o suficiente para levar às ruas, ao mesmo tempo, significativa parcela da juventude brasileira? Com efeito, foi uma conjugação de fatores que proporcionou a sequência de eventos tão (confusamente) registrados pelos meios de comunicação. Vejamos alguns desses fatores.

Em primeiro lugar, vale destacar a eficácia da convocação realizada através das redes virtuais. Sem dúvida, neste Brasil persistentemente desigual, os jovens têm experimentado dinâmicas de inclusão digital que não podem ser resumidas ao item consumo. Celulares e computadores fazem circular informações, as redes sociais tornam possíveis conexões antes inimagináveis. Além disso, a web – via comunicação independente – pautou a grande mídia, assim como a confrontou, veiculando imagens e depoimentos que questionavam as versões desta sobre o comportamento da polícia.

Chegamos, assim, a um segundo fator: talvez as manifestações não teriam tido o mesmo nível de adesão se não tivessem circulado notícias sobre a violência empregada pela polícia em São Paulo. A atuação da polícia foi um detonador fundamental para o espraiamento das manifestações. Ou seja, pesou a experiência negativa dos jovens brasileiros com a polícia. Como aparece nas pesquisas qualitativas, os jovens sempre têm histórias (pessoais ou de amigos) para contar sobre a polícia que achaca jovens de classe média, exigindo propina, bem como humilha e agride fisicamente jovens moradores de áreas pobres e criminalizadas. Ou seja, a rebeldia necessária para sair às ruas somou-se a uma revolta (já compartilhada) perante as ações violentas da polícia.

O detonador “polícia” ajuda a explicar dois outros aspectos. Por um lado, tensões constantes entre traficantes e policiais podem ajudar a entender a presença de jovens de favelas e periferias, identificados como ligados ao mundo do crime, que, com suas bermudas e mochilas, praticaram saques durante as manifestações. Por outro lado, também o espraio da pergunta “Onde está Amarildo?” diz respeito à atuação da polícia na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. O caso Amarildo se tornou símbolo e ganhou sentido nas redes sociais e em manifestações acontecidas fora do Rio de Janeiro, nas quais se discutia o direito a segurança.

Em terceiro lugar, podemos dizer que essas manifestações nos ofereceram a oportunidade de aferir a dispersão da noção de direito por toda a sociedade brasileira. Mais de vinte anos de democracia – incompleta e contraditória – fizeram com que a noção de direito fosse se espalhando pela sociedade, entre diferentes parcelas da juventude. Muitos dos jovens que foram às ruas pela primeira vez foram socializados nesse contexto e foram às ruas motivados pelo hiato entre a existência e a vigência dos direitos.

Certamente, numa sociedade tão desigual como a nossa, a noção de direito não se espalha de maneira igualitária, homogênea, entre os jovens de todas as classes sociais ou com distintas visões de mundo. Ouvindo, porém, os jovens de hoje, pode-se perceber como a ideia de “ter direitos” vem tensionando clientelismos, questionando a lógica do favor, diminuindo espaços de subserviência, chegando aos grotões do país.

Assim, ainda que existam diferentes (e até contraditórias) apropriações, pode-se dizer que – explícita ou implicitamente – “fazer valer nossos direitos” tornou-se a senha das manifestações de junho. A noção de direito conectou as bandeiras tão diversas que foram levadas às ruas no mês de junho.

Num movimento de espiral, o direito ao transporte público foi puxando educação, saúde, segurança, terra... todas as áreas em que se demanda políticas públicas, cuja ausência ou ineficiência foi atribuída fundamentalmente a práticas de corrupção, ao mal uso do dinheiro público, aos gastos indevidos com grandes eventos... Ao mesmo

tempo, conquistas recentes legitimam o direito à diferença, o que fez proliferar cartazes de “Fora Feliciano”. E, com a mesma chave de leitura, a conjuntura agregou ainda outras causas, como a PEC 37.

“Não é por centavos, é por direitos”, disse um estudante entrevistado por uma emissora de TV. “Transporte público decente é direito do trabalhador”, dizia uma faixa carregada por um jovem que se identificou como sindicalista. “Se o direito da favela não colar, o Brasil não vai mudar”. “Perdi meus direitos, alguém viu?” indagava outro cartaz bem-humorado.

É verdade que, também acionando o direito de se expressar, as manifestações detonaram disputas entre visões antagônicas que convivem no seio da sociedade brasileira. As agressões a jovens de partidos políticos obrigaram o Movimento Passe Livre (MPL) tanto a fazer modificações em seu planejamento imediato como a explicitar publicamente as diferenças entre se afirmar apartidário e ser anti-partidário. Mas os conflitos, gostemos ou não, fazem parte do jogo democrático. Disputas de valores antagônicos, bem como táticas, estratégias e outras diferenças entre formas de participação também se expressam entre os jovens.

Por isso mesmo, neste texto, em quarto lugar, quando pensamos em formas de manifestação juvenil, não podemos nos ater aos limites geográficos do país. Elas também podem ser vistas como parte do conjunto de manifestações que têm acontecido em outros países e em espaços internacionais. O *Black bloc*, visto como tática de guerrilha urbana anticapitalista, nos remete a performances similares contra o que consideram símbolos do capitalismo que já ocorreram em diferentes lugares do mundo. Essas práticas, classificadas como neoanarquistas e que trazem quimeras de democracia direta, estão sendo criadas no mundo e já possuem versões locais.

Por fim, o que dizer – nos limites deste texto – após esse ciclo de manifestações nas quais se destacaram os jovens?

Para os jovens que já participavam de redes, grupos, movimentos juvenis, pastorais ou partidos políticos, fica a necessidade de encontrar caminhos de criatividade para se aproximar daqueles que saíram às ruas pela primeira vez. Ao mesmo tempo, é preciso ter abertura

para estabelecer interlocuções e pautas comuns, sem pretensões de unificação ou direção. Perante a perplexidade de um fazer político sem um centro e um palanque único, devem surgir outras maneiras de construir diálogos e compromissos sem as velhas pretensões de conquistar hegemonia.

Para o poder público, fica a necessidade de reconhecer a presença de múltiplas motivações e diferentes tipos de lideranças. E, a partir daí, criar (ou revitalizar) canais adequados para dar respostas às diferentes causas que foram trazidas para as ruas. Reconhecer a juventude como sujeito de direitos implica traduzir suas demandas em políticas públicas adequadas à atual condição juvenil. Surge assim uma oportunidade para que se diminua o fosso entre a existência de direitos e sua vigência, entre o “país legal” e o “país real”.

Em resumo, as recentes manifestações não podem ser vistas como um raio em meio de um céu azul. Elas expressam experiências prévias que se potencializaram a partir de uma inédita conjugação de fatores. Após essas experiências, se ampliará ainda mais a face dos jovens que participam dos movimentos juvenis que já existem ou que venham a existir. Assim sendo, nada será como antes.

Referências bibliográficas

- ABRAMO, H. “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Educação*, edição especial, n. 5-6, 1997.
- _____. “Que é ser jovem no Brasil hoje? Ou a construção militante da juventude”. In: *Ser joven en Sudamérica: diálogos para la construcción de la democracia regional*. Santiago do Chile: Ibase, Polis, IDRC, CIDPA, 2008, p. 77-100.
- BARBOSA, L. *Juventude e participação: apatia ou exclusão política?* [s.n.], 2010. (mimeo).
- CACCIA-BAVA, A. et al. *Jovens na América Latina*. São Paulo: Ed. Escrituras, CEBRIJ, 2004.
- CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.
- CARVALHO, M. I. “Ambientalismo e juventude: o sujeito ecológico e o horizonte da ação política contemporânea”. In: NOVAES, R.; VANUCCI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2004.

- CELIBERTI, L. *et al.* “Juventud: un concepto, varios mundos”. In: *Ser joven en Sudamérica. Diálogos para la construcción de la democracia regional*. Santiago do Chile: Ibase, Polis, IDRC, CIDPA, 2008, p. 161-180.
- CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE. *Natureza, composição e funcionamento*. Brasília: Presidência da República/Conselho Nacional de Juventude, 2007.
- _____. *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília: Presidência da República/Conselho Nacional de Juventude, 2006.
- FALETTO, E. “La juventud como movimiento social en América Latina”. In: *Revista CEPAL*. Santiago do Chile, n. 29, 1986.
- FORACCHI, M. M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1972. (Biblioteca pioneira de ciências sociais).
- FREITAS, M. V.; PAPA, F. de C. (orgs.). *Políticas públicas: juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.
- HOBBSAWN, E. *A era dos extremos – O breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- IBASE; POLIS; IDRC. *O que jovens e adultos pensam sobre suas juventudes? Resultado de uma pesquisa regional*. Santiago do Chile: Edição Cipda, 2008.
- MADEIRA, F. *Jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. (Cadernos de pesquisa; 58).
- MISCHE, A. *De estudantes a cidadãos: redes de jovens e participação política*. In: *Revista Brasileira de Educação*, n. 5, p. 134-150, mai./ago. 1997.
- NOVAES, R. “Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias”. In: *Culturas Jovens. Novos mapas do afeto*. São Paulo: J. Zahar Ed., 2006.
- NOVAES, R.; VANUCCI, P. *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Instituto Cidadania, Fundação Perseu Abramo, 2004.
- POERNER, A. J. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1968.
- RUA, M. das G. “As Políticas Públicas e a Juventude dos anos 90”. In: CNPD. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, 1998.
- SILVA, E. R. A. da; ANDRADE, C. C. “A política nacional de juventude: avanços e dificuldades”. In: CASTRO, J. A. de; AQUINO, L. M. C. de; ANDRADE, C. C. de (orgs.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.
- SPOSITO, M. (coord.). *Espaços públicos e tempos juvenis: um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

- SPOSITO, M.; CARRANO, P. C. "Juventude e políticas públicas no Brasil". In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 24, set./dez. 2003.
- WANDERLEY, L. E. *Educar para transformar*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- ZANETTI, J. P. "Reflexões sobre a participação juvenil no feminismo". In: COTIDIANO MUJER; ARTICULACIÓN FEMINISTA MERCOSUR (org.). *Desafios feministas en América Latina: la mirada de las jóvenes*. Montevideu: Cotidiano Mujer; Articulación Feminista Mercosur, 2009, p. 29-40.

4

JUVENTUDE E FORMAÇÃO PARA O TRABALHO

Marcio Pochmann¹

A força de uma nação assenta-se, em geral, sobre sua juventude. É sobre ela que recai o conjunto de esperanças capazes de mobilizar mentes e corações necessários à elevação do padrão civilizatório, especialmente em momentos de concentração de eventos como atualmente observados.

Isso porque o conjunto de profundas e complexas transformações tecnológicas, econômicas, laborais e demográficas vem, desde o último quarto do século XX, impondo constantes revisões nos sistemas nacionais de formação e qualificação profissional em diferentes nações. Com a crise global de 2008, o tema da qualificação laboral tornou-se ainda mais importante diante dos desafios nacionais estabelecidos pelas distintas expectativas de recuperação econômica mundial.

Não obstante a existência de diferenças consideráveis entre os países, percebe-se o sentido geral das novas perspectivas a partir do entendimento entre o Estado, empresas e trabalhadores. Mesmo assim, os apontamentos a seguir desenvolvidos dizem respeito às economias urbano-industriais, que se encontram em transição para as chamadas sociedades pós-industriais.

Esse parece ser o caso das nações que conseguem elevar a expectativa média de vida da população acompanhada da exigência de maior competência laboral e da demanda para que a educação siga, cada vez mais, a marcha da formação para a vida toda. Isso rompe com

¹ Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos pertencentes à Universidade Estadual de Campinas.

a lógica do século XX de somente haver ensino para as fases mais precoces do ciclo da vida humana. Adiciona-se a isso o avanço da sociedade pós-industrial, neste início do século XXI, com postos de trabalho gerados fundamentalmente no setor terciário das economias (trabalho imaterial), cuja natureza formativa diverge acentuadamente da inserção e trajetória laboral contínua no interior das atividades primárias e secundárias da produção (trabalho material).

Assim, novas formas de organização da produção de bens e serviços terminam implicando o exercício laboral, para além do local exclusivo de trabalho, ou seja, na possibilidade do exercício crescente do trabalho imaterial em qualquer local, sobretudo com o uso de novas tecnologias de comunicação e informação, que tornam o ser humano quase “plugged 24 horas por dia no trabalho heterônomo”.

Não obstante o avanço tecnológico gerador de ganhos importantes de produtividade material e imaterial na sociedade pós-industrial, aumenta a pressão por mais tempo de trabalho. O paradoxo contemporâneo passa a ser entre a possibilidade da menor dimensão do tempo de trabalho heterônomo e o avanço das novas doenças do trabalho. Estas são geradas pela profunda intensificação do trabalho nos tradicionais locais de emprego da mão de obra e pela ampliação da longevidade do trabalho em outras localidades (em casa ou em espaços públicos) permitidas por inovações tecnológicas e organizacionais.

Nesse contexto, o presente estudo parte da hipótese central a respeito da emergência de novas formas de trabalho conectadas com a perspectiva geral de alteração na estrutura básica da formação educacional, tanto para o ciclo da vida humana como para a inserção e trajetória laboral. Isso parece ser a expectativa mais ampla que se pode captar dos principais atores envolvidos com a formação e as novas trajetórias no mundo do trabalho contemporâneo.

Para melhor tratar da temática da juventude e sua formação para o trabalho, optou-se dividir em duas partes principais. A primeira refere-se aos aspectos vinculados à transformação da juventude nos momentos de transição dos sistemas de formação para o trabalho da sociedade agrária para a sociedade urbano-industrial e desta para a sociedade pós-industrial.

Assim, busca-se conectar as mudanças mais gerais da sociedade com a presença da juventude no mercado de trabalho. Também se considera o conjunto de implicações do próprio funcionamento do mercado de trabalho para o jovem.

A segunda parte reúne o conjunto dos principais determinantes das transformações mais recentes nos sistemas de formação profissional. Nesse sentido, tem-se como referência, por exemplo, o envelhecimento da população, a postergação no ingresso no mercado de trabalho, as oscilações nas trajetórias ocupacionais, as alterações nas competências laborais, entre outras.

Dessa forma, espera-se discutir as vias de construção do sistema de formação profissional compatíveis com as exigências e perspectivas dos atores sociais. Para o Estado, empresas e trabalhadores, a formação profissional alcança crescente centralidade diante da conformação de nova divisão da produção e, por consequência, do trabalho no mundo.

PRIMEIRA PARTE:

SISTEMAS DE FORMAÇÃO PARA O TRABALHO E SUAS INFLEXÕES RECENTES

Nesta primeira parte, procura-se tratar das principais transformações históricas no processo de formação para o trabalho humano. Para isso, destaca-se que elas encontram-se associadas às formas com que as sociedades conseguiram se organizar para a geração e distribuição da riqueza.

Assim, percebe-se que atualmente o mundo encontra-se mais produtivo e com geração de riqueza em escala bem acima das necessidades de atendimento humano global. Nesse sentido, as possibilidades de construção de uma sociedade em patamar superior, livre da pobreza e do desemprego, encontram-se mais próximas de serem realizadas.

Como não se trata de um problema econômico, mas de natureza política, requer maior conhecimento a respeito do que ocorre no mundo, especialmente do trabalho, assim como da mobilização necessária para as mudanças que já são possíveis. É assim que a leitura

da história da humanidade tem permitido entender a construção de sociedades superiores.

De maneira geral, a evolução das sociedades tem permitido ao homem libertar-se gradualmente do trabalho vinculado tão somente à estrita necessidade de sobreviver.² Nas sociedades agrárias, por exemplo, o trabalho voltava-se fundamentalmente para o estrito objetivo de prover a sobrevivência, exigindo que o seu exercício ocorresse desde a fase infantil até o envelhecimento terminal.

Na sociedade agrária, a expectativa média de vida encontrava-se ao redor dos 35 anos de idade, o que significava dizer que o conceito de juventude praticamente inexistia, uma vez que havia o entendimento a respeito da rápida passagem da condição de infante para a de adulto. Não havia escolas a alimentar a inatividade infanto-juvenil, restando o exercício exacerbado do trabalho no meio rural.

Assim, a população encontrava-se prisioneira do trabalho pela sobrevivência, quando a expectativa média de vida estava ainda abaixo dos 40 anos de idade e a jornada de trabalho consumia $\frac{3}{4}$ do tempo de vida. Nessas sociedades, o trabalho pela sobrevivência era realizado justamente no próprio local de moradia. Morava-se no meio rural, trabalhava-se no meio rural, sendo a formação para o trabalho vinculado desde os 5 a 6 anos de idade à imitação da atitude e sociabilidade dos mais velhos.

A transmissão da tecnologia e dos modos de trabalho pertencia à tradição de longo prazo de valorização dos mais velhos, que tinham como missão apoiar a continuidade das atividades laborais de longo prazo no interior das próprias famílias.³ As escolas eram quase inexistentes, tornando a formação um evento de repasse do conhecimento existente pela simples prática e cultura oral.

Noutras palavras, o processo de formação para o trabalho ocorria simultaneamente ao exercício do próprio trabalho. Não havia inatividade para a aprendizagem, sem separação nítida entre tempo de

² Para maiores detalhes, consultar: GORZ, 2003; MÉSZÁRIOS, 2007; ROSSO, 2008; THIRY-CHERQUES, 2004; POCHMANN, 2009; MASI, 1999; HOBBSAWN, 1981; NEFFA, 2003.

³ Mais detalhes em SAVAGE, 2009.

trabalho e de não trabalho para formação. Exemplos disso eram os processos de transição formativa para o trabalho durante a Idade Média por meio das antigas guildas ou da aprendizagem de longa duração no interior das corporações de ofício.

A partir do século XIX, com a transição para a sociedade urbana e industrial, surgem novas modalidades emancipatórias para a condição de trabalho fundado quase na exclusiva luta pela sobrevivência. Os avanços transcorreram por meio da possibilidade de uma parcela da população (crianças, adolescentes, deficientes físicos e mentais, doentes e idosos) viver sem mais estar sujeita à condenação ao trabalho, para o estrito custeio da sobrevivência, bem como pela redução da carga horária de trabalho aos segmentos sociais ativos (de 4 para 2 mil horas de trabalho ao ano) e elevação da proteção social aos riscos do trabalho penoso.

Na virada para o século XX, o inchaço das cidades industriais do mundo ocidental (Nova York, Chicago, Londres, Paris, entre outras) por população vinda do campo e imigrantes estrangeiros generalizou o estranhamento da população juvenil com as condições impostas de trabalho e vida urbana. A crise de sociabilidade no interior das famílias em transformação da antiga vida em comunidade para moradias precárias e isoladas em regiões periféricas das cidades gerou o surgimento de inúmeras formas de respostas ao rebaixamento da classe trabalhadora.

Nessa oportunidade, a postura dos governos foi se antecipar à explosão de manifestações juvenis por meio da ampliação de orfanatos e reformatórios destinados aos delinquentes e infratores em geral. Da mesma forma, o movimento de militarização nacionalista disputou uma parcela de jovens para a perspectiva da guerra, como no exemplo da juventude hitlerista.

A identificação a respeito da emergência juvenil na sociedade urbana e industrial resultou, em parte, dos estudos do psicólogo Hall no final do século XIX, que definiam a necessidade de tempo maior a ser estabelecido entre a passagem da condição infantil para a condição de adulto. Assim, a faixa etária de 14 a 24 anos passou a ser adotada como definição geral do conceito de juventude, entendido como o

momento especial para a implementação de políticas públicas até então inexistentes.⁴

Isso somente passou a ocorrer com a construção de fundos públicos capazes de viabilizar o financiamento da inatividade de crianças, adolescentes e idosos, por meio de uma garantia generalizada de serviços (saúde, transporte e educação públicos), bens (alimentação, saneamento e moradia) e renda (bolsas e subsídios). Assim, em conformidade com a expansão da base material da economia, tornou-se possível elevar o padrão de bem-estar social associado ao imprescindível processo de lutas sociais e instituições políticas protagonizadoras do novo padrão civilizatório.

Em função disso, o processo de formação para o trabalho se tornou organizado em grandes estruturas institucionais que passaram a atuar sobre a inatividade que atingiu a fase precoce do ciclo de vida. Ou seja, o ingresso no mundo do trabalho foi postergado para após a finalização do processo educacional e formativo de crianças, adolescentes e jovens, geralmente financiado com recursos públicos e familiares.

Uma vez concluído o circuito inicial da formação, o ingresso no mundo do trabalho seria percorrido por trajetórias ocupacionais que duravam entre 25 e 35 anos do tempo de vida para novamente ser substituído pelo retorno a uma fase inativa remunerada por aposentadorias e pensões. Em geral, durante a vida adulta, após a conclusão do processo de educação básica, o contato com a formação não era recorrente, muitas vezes associado fundamentalmente ao segmento interno das grandes empresas que operavam por meio de planos de cargos e salários e formação corporativa.

Do ponto de vista da formação profissional ofertada por instituições públicas, geralmente associadas ao sistema público de emprego (seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e qualificação), a sistemática procurava atender tanto a problemas de curto prazo (desemprego conjuntural) como de longa duração (desemprego es-

⁴ Sobre issom ver mais em NALDINI & SARACENO, 2003; BURGUIÈRE *et al.*, 1999; ROUDINESCO, 2003; PEIXOTO, 2004; THERBORN, 2006.

trutural). Assim, o processo de formação tendia a focar, sobretudo, o ingresso no mercado de trabalho, ainda que não desconsiderasse as possíveis interrupções na trajetória laboral imposta pela condição do desemprego.

A partir do final do século XX, nota-se que a emergência da sociedade pós-industrial torna-se compatível com o surgimento de novas formas de valorização do trabalho humano para além da obrigação estrita imposta pelo imperativo da sobrevivência.⁵ A crescente postergação do ingresso dos jovens no mercado de trabalho e a maior redução no tempo do trabalho dos adultos, em combinação com a ênfase no ciclo educacional ao longo da vida, representam novas possibilidades para o trabalho no mundo, especialmente quando a expectativa de vida pode se aproximar dos 100 anos de idade.

Nesse sentido, percebe-se o aparecimento de um conceito ampliado do que seria juventude para a sociedade pós-industrial. Em vez da temporalidade de 14 a 24 anos, alargou-se para acima de 30 anos de idade a condição juvenil, tendo em vista a complexidade da vida e as alterações substanciais na sociabilidade trazidas pelos novos arranjos familiares.

Isso porque as famílias que mais crescem são as monoparentais, conformadas por uma criança e um adulto, sendo este mulher ou idoso, bem como uniões familiares diversificadas ao longo do tempo. Ademais, a intensificação do tempo fora de casa, ou do trabalho em casa, limitou sobremaneira as oportunidades de diálogo em família.

Tudo isso, contudo, encontra-se inserido no contexto mais amplo das transformações tecnológicas e econômicas oriundas da profunda reorganização da produção ao longo das três últimas décadas. O melhor entendimento a respeito das metamorfoses na sociedade pós-industrial permite identificar os novos determinantes da formação para o trabalho neste começo do século XXI.

⁵ Ver mais em: COLBARI, 1995; POCHMANN, 2008; JAMES *et al.*, 1997; TOLEDO & NEFFA, 2001; BOISSONNAT, 1998; MÉDA, 1998; ANTUNES, 1999; ROSSO, 1996; RIFKIN, 1995.

Considerações finais

Na transição atual da sociedade urbano-industrial para a pós-industrial, percebe-se o acúmulo de novas e importantes perspectivas acerca do trabalho, conforme as páginas anteriores procuraram destacar. Todas elas recaem – em maior ou menor medida – sobre o que hoje se entende pelo conceito alargado de juventude.

Uma linha dessas novidades encontra-se relacionada à perspectiva de ampliação da expectativa média de vida, especialmente nas economias avançadas. Há mais de 100 anos, ainda durante o predomínio da sociedade agrária, a esperança de vida ao nascer não superava, por exemplo, os 40 anos de idade. Ao longo do século XX, com o apogeu da sociedade industrial, a longevidade humana quase dobrou para os 70 anos de idade, em média. Na sociedade pós-industrial, os mais de 100 anos de esperança de vida ao nascer não mais parecem distantes.

A partir disso, adicionam-se ainda mais três significativas novidades possíveis para a perspectiva do trabalho e de seu processo formativo. Uma primeira relaciona o comprometimento do trabalho com o ciclo da vida humana. Na sociedade agrária, o trabalho começava a ser exercido a partir dos 5 a 6 anos de idade para se prolongar até praticamente a morte, com jornadas de trabalho extremamente longas (14 a 16 horas por dia) e sem períodos de descanso, como férias e inatividade remunerada (aposentadorias e pensões). Para alguém que conseguisse chegar aos 40 anos de idade tendo iniciado o trabalho aos 6 anos, por exemplo, o tempo comprometido somente com as atividades laborais absorvia cerca de 70% de toda a vida humana. Naquela época, em síntese, viver era fundamentalmente trabalhar, já que praticamente não havia uma separação nítida entre tempo de trabalho e de não trabalho.

Na sociedade industrial, o ingresso no mercado laboral foi postergado para 16 anos de idade, garantindo aos ocupados, a partir daí, o acesso ao descanso semanal, férias, pensões e aposentadorias provenientes da regulação pública do trabalho. Com isso, alguém que ingressasse no mercado de trabalho depois dos 15 anos de idade e permanecesse ativo por mais 50 anos, teria, possivelmente, mais alguns anos de inatividade remunerada (aposentadoria e pensão).

Por força disso tudo, sabe-se que menos de 50% do tempo de toda a vida estaria comprometido com o exercício do trabalho heterônomo. Nesse sentido, o ciclo da vida teria abandonado a condição de representar somente o trabalho heterônomo, tendo o tempo de trabalho abandonado a rigidez tradicional da separação deste com o tempo de não trabalho (inatividade laboral).

No curso da nova sociedade pós-industrial, a inserção no mercado de trabalho encontra-se gradualmente sendo postergada ainda mais, possivelmente para o ingresso na atividade laboral para somente após a conclusão do ensino superior, com idade acima dos 24 anos de idade, e saída sincronizada do mercado de trabalho a partir dos 70 anos. Tudo isso acompanhado por jornada de trabalho reduzida, o que permite observar que o trabalho heterônomo deva corresponder a não mais do que 25% do tempo da vida humana.

A parte restante do ciclo da vida, contudo, dificilmente tende a se constituir, necessariamente, em tempo livre, devido aos deslocamentos territoriais e aos compromissos de sociabilidade, estudo e formação cada vez mais exigidos pela nova organização da produção e distribuição internacionalizada. Isso porque, perante os elevados e constantes ganhos de produtividade, torna-se possível a redução do tempo semanal de trabalho de algo ao redor das 40 horas para não mais de 20 horas. De certa forma, a transição entre as sociedades urbano-industrial e pós-industrial tende a não mais separar nítida e rigidamente o tempo do trabalho do não trabalho. Nesse sentido, há uma possibilidade não desprezível de maior mescla entre os dois tempos de trabalho e não trabalho, impondo maior intensidade e o risco da longevidade ampliada da jornada laboral para além do tradicional local de exercício efetivo do trabalho.

Destacam-se, das novas tecnologias (internet e telefonia celular), em contato com as inovações na gestão da mão de obra, não apenas a intensificação do exercício no próprio local de trabalho. Adiciona-se a isso a extensão do trabalho exercido cada vez mais para além do local de trabalho, sem contrapartida remuneratória e protetiva, pois os sistemas de regulação pública do trabalho encontram-se fundamentalmente focados na empresa.

Outra importante novidade que necessita ser considerada resulta da forte concentração do trabalho no setor terciário das economias (serviços em geral), podendo representar cerca de 90% do total das ocupações. Assim, o terciário tende não apenas a assumir uma posição predominante, tal como representou a alocação do trabalho no setor agropecuário até o século XIX, com a indústria respondendo por não mais de 10% do emprego total, como passar a exigir, por consequência, novas formas de organização e de representação dos interesses num mundo do trabalho mais heterogêneo. Nos países desenvolvidos, por exemplo, os setores industriais e agropecuários absorvem atualmente não mais do que 10% do total dos ocupados.

**Após a leitura da primeira parte do texto,
duas questões para refletir.**

1. Quais são os principais desafios da condição de juventude nos dias de hoje perante as transformações nas famílias brasileiras?
2. Quais as diferenças que podem ser estabelecidas entre os jovens de hoje e aqueles de 50 anos atrás?

SEGUNDA PARTE:

FORMAÇÃO PARA O TRABALHO PÓS-INDUSTRIAL

Nesta segunda parte, procura-se identificar como o processo de trabalho vigente durante o auge da economia urbano-industrial passou a sofrer profundas alterações no último quarto do século XX, com a constituição de novos e diferenciados espaços mundiais de acumulação do capital. Ao mesmo tempo, concede-se especial atenção ao surgimento de novos atores associados à formação para o trabalho, especialmente na condição da juventude.

De imediato, cabe mencionar que se assiste atualmente ao avanço de uma nova Divisão Internacional do Trabalho, fundamentada cada vez mais na separação entre a concepção e a execução laboral no interior do conjunto das atividades econômicas. E isso é importante saber, pois, dessa forma, as exigências para o trabalho se alteram significativamente, recolocando novos desafios à juventude trabalhadora.

Diferentemente do que prevaleceu ao longo do século XX, a atual Divisão Internacional do Trabalho tende a abandonar a tradicional separação setorial entre o trabalho agrário e o industrial. A adoção de novas estratégias de competitividade e de produtividade representada por uma nova conduta empresarial seria uma das principais razões explicativas para as intensas mudanças na organização do trabalho.

Na maior parte das vezes, as alterações vêm produzindo sinais que resultam na combinação entre inovações e retrocessos no âmbito das relações de trabalho, tendo em vista que o movimento maior de reestruturação das empresas se fundamenta tanto na economia do conhecimento como na economia da financeirização da riqueza.⁶ Entre os segmentos que compõem o curso da reestruturação capitalista, encontram-se, entre outros, os segmentos de informação e comunicação e os da biotecnologia, responsáveis pelo aparecimento de novas relações entre o trabalho manual e o intelectual.

Para além da tradicional Divisão Internacional do Trabalho que demarcou todo o século XX, por meio da setorização do trabalho urbano-industrial e agropecuário, percebem-se avanços significativos nas atividades laborais centradas na concepção ou na execução em marcha na geoeconomia mundial do emprego da mão de obra. Mas isso, contudo, não vem se manifestando sem a plena subsunção do trabalho não material, com a evolução da intelectualização nos procedimentos de trabalho nos setores industriais e de serviços, bem como na generalização do consumo.⁷

De certa forma, prevalece um conjunto de intensas disputas empresariais seguidas pela apropriação do conhecimento e da tecnologia, o que contribui para a constituição de um novo paradigma organizacional do trabalho, muito distinto do que prevaleceu durante o auge da economia industrial no século passado. Mesmo que o padrão fordista-taylorista de organização do trabalho urbano-industrial venha sendo reprogramado, com as modificações introduzidas por uma série de novidades processuais no âmbito da produção flexível (toyotismo,

⁶ Para maiores detalhes, ver: FORAY, 2000; BRAGA, 1993; CHESNAIS, 1996.

⁷ Sobre isso, ver mais em POCHMANN, 2001; BOLAÑO, 2002.

just in time), permanecem ainda os sinais de sua incapacidade plena no atendimento de um conjunto de determinações imposto pelos diferenciados e inovadores espaços de acumulação capital.

Talvez por isso as renovadas configurações no interior do antigo padrão fordista-taylorista, como as redes de produção e redistribuição no espaço mundial, terminam por combinar tanto o novo como o velho nas relações de trabalho. Em outras palavras, situações de produção portadoras de novas condições e relações de trabalho coexistem com retrocessos nas atividades laborais próximas das do século XIX.

Assim, em meio à expansão generalizada do padrão de trabalho asiático (flexível, com extensa jornada, baixo salário e elevada rotatividade), agrupam-se algumas referências localizadas de avanços nas condições e relações de trabalho condizentes com as expectativas do século XXI (reduzida jornada, alta remuneração e estabilidade ocupacional). Por não se constituir na sua totalidade, o novo padrão de trabalho tende a reproduzir algumas similitudes já percebidas no antigo processo laboral, como a organização das atividades de escritório e de prestação de serviços vinculadas às atividades de produção (assalariado e autônomo), com a repetição racionalizada e em grandes escalas para o exercício de tarefas fracionadas e controladas por tempo (taylorista), geralmente comprometidas com ganhos crescentes de produtividade (fordista).⁸

No interior do padrão de produção fordista, justificou-se a separação entre o trabalho intelectual, caracterizado por cargos de direção e supervisão dispersos nas atividades de administração e supervisão, e o trabalho manual, representado pelo conjunto de empregados alocados no chão da fábrica para execução de uma série de atividades simplificadas por repetição e rotina.⁹ Dessa forma, a subsunção do trabalho no âmbito do processo produtivo urbano-industrial passou a generalizar-se desde o século XIX, quando os trabalhadores do artesanato e de ofício foram perdendo a capacidade de continuar monopolizando

⁸ Destaque para: HARVEY, 1992; SOARES, 1992.

⁹ Ver mais em: PIRES, 1998; ANTUNES, 2006.

as técnicas de produção antigamente concentradas nas corporações de artes e ofícios que predominaram até a Idade Média (Guildas).¹⁰

Até então, a finalidade principal do sistema corporativo era a preservação do controle do processo de trabalho por mestres-artesãos, cuja reprodução do saber produtivo era quase monopólio das antigas escolas de artes e ofícios. Mas, combinado com a introdução da mecanização no interior da produção, emergiu um conjunto de novas técnicas de ordenamento das atividades laborais que permitiram a difusão de novos processos de trabalho no capitalismo industrial do século XIX, muitas vezes de menor qualificação que as atividades de ofício.

De um lado, o avanço da mecanização foi retirando simultaneamente a autonomia do trabalho humano, tornando o empregado uma espécie de apêndice da máquina, que estabelecia os próprios ritmo e organização do trabalho. De outro, as novas técnicas sistêmicas de gerenciamento da mão de obra, originalmente capturadas dos antigos segredos de ofício, passaram a permitir a simplificação do trabalho, por meio do fracionamento, repetição e rotinização das atividades laborais.¹¹

Assim, o estabelecimento dos princípios da chamada organização científica do trabalho ganhou maior dimensão com a estruturação do padrão industrial da grande empresa. Mas somente com a Grande Depressão de 1929 o processo de trabalho taylorista (simplificação, fragmentação, repetição e rotinização) foi associado ao paradigma fordista de produção e consumo em grande escala de serviços e bens manufaturados.

Em síntese, a subsunção do trabalho foi determinada por condições técnicas que alteraram profundamente o processo de trabalho. Na Primeira Revolução Industrial (1750–1820), com a introdução da máquina-ferramenta, o conhecimento do trabalho artesanal foi absorvido pela manufatura, permitindo o crescimento extraordinário da produtividade do trabalho.

¹⁰ Para maiores detalhes, ver: BURAWOY, 1990; BRAVERMAN, 1981.

¹¹ Ver mais em: TAYLOR, 1970; BANHAM, 1979; CORIAT, 1982.

O processo de trabalho individual e autônomo do artesão qualificado transitou para o processo de trabalho coletivo desqualificado do empregado subordinado ao ritmo da produção estabelecido pela máquina. Com o avanço da industrialização, esse novo processo de trabalho foi sendo generalizado internacionalmente, inclusive em algumas nações periféricas ao longo do século XX.¹²

Mas, com os sinais de esgotamento do padrão fordista de produção e consumo em massa a partir da década de 1970, não apenas o circuito da produção de bens e serviços sofreu alterações profundas, como se modificaram os processos tradicionais de trabalho. No âmbito das atividades de serviços, que ganham predominância na estrutura produtiva, o processo de trabalho tende a se manifestar distintamente daquele vigente na produção urbano-industrial.

Em primeiro lugar, porque o segmento de serviços compreende um amplo conjunto heterogêneo de atividades, embora metodologicamente classificado ainda hoje como um só. Assim, por exemplo, o transporte, a logística, a hospedagem, o ensino, a comunicação, o comércio, as finanças, a administração pública, entre outros, fazem parte do amplo setor terciário das atividades econômicas, já que eram justamente aquelas atividades que restavam da tradicional divisão entre os setores primário (agricultura, pecuária, extrativismo) e secundário (indústria, construção civil).¹³

Em segundo lugar porque a categoria de trabalhadores alocada no setor de serviços abrange uma enorme diversidade de formas de contratação laboral nos segmentos estruturados, que incluía as atividades assalariadas de gerência e supervisão em escritórios, de conta própria e autônoma, bem como estratégias simplificadas e brutalizadas de sobrevivência (subemprego e informalidade). No geral, algumas ocupações se diferenciavam por serem reconhecidas como de classe média, justamente por não se situarem no chão de fábrica e não permitirem a formação de estoques decorrentes da simultaneidade

¹² Mais informações em: DUNLOP, 1985; BAMBER & LANSBURY, 1998.

¹³ Sobre isso, ver: KON, 2004; MILLS, 1979.

dos procedimentos de produção e consumo e do uso ilimitado de máquinas que substituíssem o trabalho humano.¹⁴

O setor de serviços tem por características adicionais a absorção de parcela da força de trabalho excedente dos setores primários e secundários da economia, geralmente em ocupações precárias. Por meio do segmento informal, a organização do trabalho abriga nos serviços diversas estratégias humanas de sobrevivência, podendo chegar a atender, inclusive, o consumo final dos segmentos de alta renda e de setores empresariais nas formas de atividades serviçais ou até no interior das cadeias produtivas.¹⁵

Mais recentemente, com a busca de novos espaços de acumulação de capital perante a crise do padrão taylorista-fordista de produção e consumo, o processo de trabalho vem sofrendo profundas e intensas modificações. Ocorre, de um lado, o enorme excedente de mão de obra e, de outro, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação em redes organizacionais associadas aos diversos espaços territoriais no planeta, com processos de trabalho cada vez mais caracterizados pela subcontratação da mão de obra.¹⁶

Com isso, os ganhos de produtividade se tornaram ascendentes, embora de difícil mensuração pelos tradicionais cálculos que relacionam avanços na produção física com hora efetivamente trabalhada ou quantidade de trabalhadores. Por ser cada vez mais direta, relacional e informacional, e ainda demarcado por relações de tipo produtor e consumidor, o trabalho de natureza imaterial vai permitindo avançar o autosserviço e fundamentalmente a terceirização.¹⁷

Os atores sociais e a nova formação para o trabalho

Desde o último quarto do século XX, encontram-se em curso requisitos inéditos da formação de um novo trabalhador, mais condizente com as alterações no conteúdo e nas condições de produção e gestão em rede por empresas cada vez mais internacionalizadas. Por conta

¹⁴ Ver mais em OFFE, 1991; MELLO *et al.*, 1998.

¹⁵ Detalhes em: CACCIAMALI, 1987; SOUZA, 1980.

¹⁶ Sobre isso, ver: OFFE, 1995; CASTEL, 1998; CASTELLS, 1996; CROMPTON *et al.*, 1996.

¹⁷ Detalhes em: SOARES, 1999; MELLO *et al.*, 1998; NEGRI & LAZZARATO, 2001.

de possível inadequação entre demanda de trabalho mais exigente e oferta de trabalhadores com menor preparação, os requisitos de qualificação profissional e elevação das habilidades para o exercício laboral tornaram-se crescentes, cada vez mais distantes dos tradicionais sistemas de educação e formação profissionais herdados da sociedade urbano-industrial.

Ao contrário do analfabetismo tradicionalmente identificado nos séculos XIX e XX pelo desconhecimento pleno da escrita na língua de origem, ganha destaque atualmente o analfabetismo funcional imposto pela mudança técnica e informacional. Em geral, as perspectivas dos estudos realizados tendem a fazer maior referência às possibilidades de expansão das ocupações profissionais que utilizam maior informação e nas atividades multifuncionais, sobretudo naquelas sustentadas por exigências crescentes de maior escolaridade e qualificação profissional.¹⁸

Nesse sentido, os perfis ocupacionais tendem a se relacionar com a crescente capacitação tecnológica. Mas o cenário em construção para o mundo do trabalho parece refletir mais as mutações marcadas pela maior insegurança e competição, resultando na ampliação do analfabetismo funcional.¹⁹ Novos conhecimentos científicos e tecnológicos encontram-se associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior capacidade motivadora e ampliadas habilidades laborais no exercício do trabalho. Esses requisitos profissionais, indispensáveis ao ingresso e à permanência no interior do mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente por meio de um maior nível educacional de qualidade dos trabalhadores.

Mas isso, por si só, não corresponde, necessariamente, à garantia de elevação do nível nacional de ocupações, nem mesmo a melhor qualidade no uso e remuneração da força de trabalho. Em síntese, cabe destacar, para além da forma de inserção na Divisão Internacional do Trabalho, o papel que possui a estrutura produtiva na determinação interna do nível geral de ocupação.

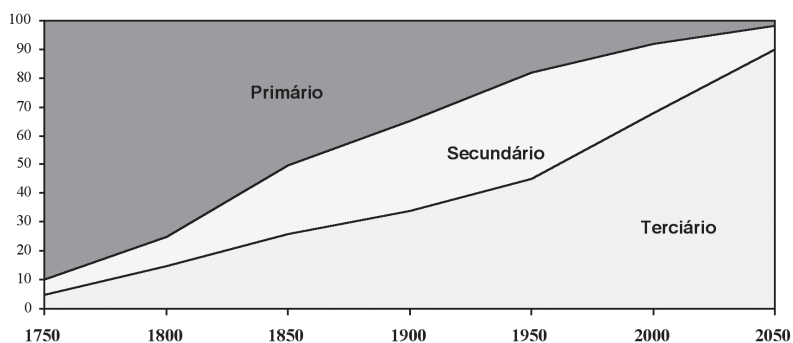
¹⁸ Para maiores detalhes, consultar: SANTOS, 2005; REICH, 1993; REILLY & LOJESKI, 2009.

¹⁹ Sobre isso, ver: VIAR, 2006; FRANCO & DRUCK, 2007; SENNET, 1999; BRAGA, 1997.

Em síntese, a estrutura ocupacional das economias capitalistas vem, em maior ou menor medida, seguindo as tendências de longa duração de transição do trabalho primário (agropecuário) passando pelo trabalho manufaturado até atingir o trabalho no setor terciário. Desde a década de 1950, o setor industrial vem perdendo participação relativa no total da ocupação.

Com o movimento de redução relativa do emprego no setor industrial, ganha cada vez mais destaque o setor terciário na ocupação da maior parcela de trabalhadores, uma vez que o setor primário vem reduzindo a sua participação relativa no total da ocupação. A expansão do setor terciário tem sido intensa, nem sempre suficiente para compensar a queda na participação relativa das ocupações nos setores industrial e agropecuário, embora em ritmo inferior ao da expansão da força de trabalho, o que significa a presença de alto desemprego da mão de obra.

Gráfico 1: Evolução da composição setorial das ocupações em países desenvolvidos (total = 100%)



Fonte: MADDISON, 2003 (elaboração própria).

É neste contexto que a reorganização em curso do trabalho material e imaterial pressupõe uma profunda reflexão a respeito da formação profissional ao longo do século XXI. Com os avanços da nova economia da tecnologia, os sistemas de formação educacional e profissional para o exercício do trabalho heterônomo herdados da sociedade urbano-industrial tornam-se cada vez mais antiquados.²⁰

²⁰ Ver mais em: AMARAL, 2008; LOJKINE, 1995; PLIHON, 2003; ALONSO, 1999.

Mesmo porque a transição do trabalho da sociedade urbano-industrial para a sociedade pós-industrial abre a perspectiva de maior redução do tempo de trabalho comprometido com o trabalho heterônomo. De certa forma, o tempo livre deve constituir-se mais como componente alternativo do exercício do trabalho heterônomo, contribuindo para alimentar novas formas das riquezas imateriais como lazer, ócio, criatividade, entretenimento comunitário, entre outras.²¹

Do contrário, a intensificação e ampliação do tempo de trabalho heterônomo tendem a fazer valer o universo das doenças profissionais perante o agravamento das condições de coesão social. De maneira geral, o ciclo de novas doenças laborais difere significativamente do anterior, cada vez mais associado ao esforço repetitivo e à degeneração intelectual.²²

Nos dias de hoje, a condição de trabalho pressupõe alteração profunda com o ciclo de vida e de estudo. Ao longo da vida moderna, as condições tradicionais de coesão social encontram-se fraturadas, com padrão familiar fortemente superado pelo dos arranjos monoparentais. A sociabilidade mecânica precisa ser ampliada por novas bases mais humanas e fraternas.

Isso porque ainda verifica-se, em países como o Brasil, a permanência de situações de enorme precariedade e sofrimento no trabalho humano, especialmente entre os jovens. A existência do trabalho infantil e escravo, do ainda elevado desemprego para os jovens, bem como as significativas deficiências no ensino e qualificação profissional indicam quanto o passado representa ser um fardo a impedir que parcela significativa da juventude usufrua das possibilidades de transitar livremente para a modernidade do presente.

A ausência de igualdade de oportunidades faz com que a desigualdade seja congelada entre jovens das famílias pertencentes à base da pirâmide social e os pertencentes às famílias de condições privilegiadas do país. Enfrentar isso requer a formação de uma nova

²¹ Mais detalhes em: SANTOS & GAMA, 2008; GRAZIA, 1966; DUMAZEDIER, 1994; LAFARGUE, 2003; WERNECK, 2000.

²² Mais detalhes em: DEJOURS, 2003a e 2003b; MENDES *et al.*, 2002; JACQUES & CODO, 2003; CODO, 1999.

agenda que inclui a todos, pois nem sempre o avanço da escolarização vem acompanhado de melhores condições de emprego da força de trabalho.

O desenvolvimento inclusivo deve prever tanto a geração da igualdade de oportunidade para o trabalho como a postergação da inatividade para formação melhor e civilizatória. Somente a política combinada com a economia favorece avanços dessa natureza.

Na sociedade pós-industrial, por exemplo, o conhecimento torna-se estratégico na inserção e configuração das novas trajetórias ocupacionais portadoras de maior articulação da vida com estudo e trabalho.²³ Sobre o resgate da formação profissional, não cabe partir da mera reprodução do passado, mas de sua reinvenção nos termos necessários à reorganização da vida e trabalho em plano superior ao atualmente existente.

Com isso, a educação deixa de ser algo centrado nas fases precoces da vida (crianças, adolescentes, jovens e alguns poucos adultos), como no passado, para ser algo necessário ao longo da vida. Ao invés da separação do tempo de inatividade com o tempo de trabalho presente na sociedade urbano-industrial, chega-se cada vez mais à transição do tempo da inatividade com a atividade pelo trabalho imanente do conhecimento.

Para haver educação para o ciclo completo da vida (infância, adulto e velhice), cuja expectativa aproxima-se dos 100 anos de idade, os sistemas de formação profissional precisam incorporar cada vez mais os pressupostos do diálogo desenvolvidos pelo conjunto dos atores sociais.²⁴ Novas formas de produção e de reorganização do trabalho não existem sustentavelmente sem uma base recorrente de educação e formação profissional.

O resgate da educação e da formação profissional deve compreender o saber como elemento central do rearranjo básico entre os atores sociais, como a postergação do ingresso no mercado de trabalho e a

²³ Sobre a relação do padrão de coesão social e organização da vida com o trabalho ver: MAUSS, 1999; OFFE, 1989; MASI, 1999.

²⁴ Para mais informações, consultar: JACINTO, 2004; OLIVEIRA, 2006; GREEN & ASHTON, 1996; LEITE, 1996; JOVIER, 1991; MORO, 1998; ARANHA, 1999; PEIRONE, 1995.

conexão alongada com os segmentos populacionais envelhecidos.²⁵ Sem isso, o processo de metamorfose no trabalho tende a obstaculizar as possibilidades de universalização das oportunidades da sociedade fundadas no conhecimento.²⁶

O diálogo social pode representar o caminho mais rápido e inadiável do fortalecimento da educação e formação profissional contemporânea aos desafios do começo do século XXI. A negociação coletiva de trabalho permite estabelecer as bases da formação no plano mais local do processo produtivo, enquanto no plano mais geral cabe às instituições democráticas de expressão do conjunto dos distintos interesses da sociedade a promoção da trajetória formativa, conforme algumas experiências nacionais e locais observadas até o momento.²⁷

Na transição do sistema de formação para o trabalho da sociedade urbano-industrial para pós-industrial, o entendimento entre os atores sociais relevantes pressupõe condição necessária para a maior eficiência alocadora dos meios de produção. Da mesma forma, reveste-se da possibilidade de compartilhar os novos ganhos de produtividade com patamar de civilidade superior ao do século XX.

Considerações finais

A passagem para o século XXI veio acompanhada de uma novidade importante que deriva da profunda alteração da relação da educação com o trabalho e a vida. Até o século XIX, por exemplo, o ensino era quase uma exclusividade da elite econômica e política em cada país.

No século XX, contudo, o acesso à educação generalizou-se gradualmente, alcançando parcelas crescentes do conjunto da sociedade urbano-industrial, com a universalização do acesso às faixas etárias mais precoces, transformando-se num dos requisitos de sociabilidade e preparação para o exercício do trabalho. Na sociedade pós-industrial, a educação tende a acompanhar mais continuamente o longo ciclo da vida humana, não somente como elemento de ingresso e continuidade

²⁵ Detalhes com: CAMARANO, 2006; SCHIRRMACHER, 2005; INSEE, 1996; LAVILLE, 1993.

²⁶ Ver, por exemplo: DINIZ, 2001; REQUENA, 1991; HARMAN & HORMANN, 1990; KAVÁCS, 2002.

²⁷ Ver: URIARTE & RÍMOL, 1998; CASANOVA, 2004; FLUITMAN, 1989; BINDÉ, 2008.

no exercício do trabalho heterônomo, mas também enquanto condição necessária para a cidadania ampliada por toda a vida.

Conectar a totalidade das transformações do mundo do trabalho com o resgate da educação e da formação profissional em novas bases passa pela redivisão da riqueza entre o fundo público – único que pode sustentar as novidades do trabalho na sociedade pós-industrial – e o capital virtual (trabalho imaterial), capaz de revolucionar a titularidade da riqueza no futuro. Dessa forma, os ganhos de produtividade (material e imaterial) poderão ser capturados significativamente a ponto de superar mais rapidamente a anacrônica separação entre o trabalho pela sobrevivência (trabalho heterônomo) e o trabalho autônomo (criativo, comunitário).

Noutras palavras, o trabalho heterônomo para parcelas ativas da sociedade tende a ser mais contido, o que tornam crescentes as possibilidades do trabalho autônomo. Para isso, contudo, as nações portadoras de futuro e geradoras dos postos de trabalho de concepção, com maior qualidade e remuneração, pressupõem maior capacidade de ampliação dos investimentos em tecnologia na produção de bens e serviços com maior valor agregado possível.

Do contrário, há o risco de retrocessos na redivisão do trabalho entre países, com parcelas deles comprometidas fundamentalmente com a produção de menor custo de bens e serviços geralmente associada ao reduzido conteúdo tecnológico e valor agregado e dependente do uso de trabalho precário e de execução em longas jornadas sub-remuneradas. Ou seja, a reprodução do passado, com elevadas jornadas de trabalho, reduzida remuneração e forte instabilidade contratual, sem a possibilidade de fazer valer a transição dos sistemas de educação e formação contemporâneos da sociedade pós-industrial.

Essa situação já é real em vários países. No novo mundo do trabalho, repleto de novidades, as escolhas nacionais estão sendo feitas. O retorno dos investimentos na formação profissional para a inserção e trajetória profissional de novo tipo faz parte da superação mais rápida dos atrasos contidos na transição social. As decisões de políticas públicas de hoje podem asfaltar, inexoravelmente, o caminho técnico do amanhã em bases superiores.

Após a leitura da segunda parte do texto, duas novas questões para reflexão.

1. De que maneira a formação para o trabalho é afetada pelas mudanças atuais no mundo da produção?
2. Como a nova sociedade pós-industrial possibilita a libertação do homem das formas de trabalho para a sobrevivência?

Referências bibliográficas

- ALONSO, L. *Trabajo y ciudadanía*. Madri: Editorial Trotta, 1999.
- AMARAL, L. *Economia tech*. Lisboa: Booknomics, 2008.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. 4ª edição. São Paulo: Boitempo, 2001.
- ARANHA, L. *Educação e trabalho no contexto da terceira Revolução Industrial*. São Cristóvão: UFS, 1999.
- ASHTON, D. & GREEN, F. *Education, training and the global economy*. Cheltenham: E. Elgar, 1996.
- BINDÉ, J. *Rumo às sociedades do conhecimento*. Lisboa: I. Piaget, 2007.
- BOISSONNAT, J. *Horizontes do trabalho e do emprego*. São Paulo: LTr, 1995.
- BOURGUIÈRE, A. et al. (orgs.). *História da família*. Lisboa: Terramar, 1999.
- BRAGA, R. *A restauração do capital*. São Paulo: Xamã, 1997.
- CAMARANO, A. (org.). *Transição para a vida adulta ou a vida adulta em transição*. Brasília: IPEA, 2006.
- CASANOVA, F. *Desarrollo local, tejidos productivos y formación*. Montevideu: Cinterfor/OIT, 2004.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CODO, W. *Educação: carinho e trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COLBARI, A. *Ética do trabalho*. São Paulo: UFES, 1995.
- DEJOURS, J. *A banalização da injustiça social*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003a.
- _____. *A loucura do trabalho*. 5ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2003b.
- DINIZ, M. *Os donos do saber*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- DRUCK, G.; FRANCO, T. (orgs.). *A perda da razão social do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- DUMAZEDIER, J. *A revolução cultural do tempo livre*. São Paulo: SESC, 1994.
- FLUITMAN, F. *Training for Work in the Informal Sector*. Genebra: ILO, 1989.
- GORZ, A. *Metamorfoses do trabalho*. São Paulo: Anna Blume, 2003.
- GRAZIA, S. *Tiempo, trabajo y ocio*. Madri: Tecnos, 1966.
- HOBBSAWM, E. J. *Os trabalhadores*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

- HORMANN, W.; HARMAN, J. *O trabalho criativo*. São Paulo: Cultrix, 1990.
- INSEE. *Entre l'emploi et la retraite*. Paris, 1996.
- JACINTO, C. (org.). *Educar para que trabajo?* Buenos Aires: La Crujía, 2004.
- JACQUES, M.; CODO, W. (orgs.). *Saúde mental & trabalho*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003.
- JAMES, P. et al. *Work of the future*. Sidney: Allen & Unwin, 1997.
- JOVER, D. *La formación ocupacional*. Madri: Editorial popular, 1991.
- KON, A. *Economia de serviços*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- KOVÁCS, I. *As metamorfoses do emprego*. Oeiras: Celta, 2002.
- LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Editora Claridade, 2003.
- LAVILLE, A. (org.). *Envejecimiento y trabajo*. Buenos Aires: CEIL/CONICET, 1993.
- LAZZARATO, M.; NEGRI, A. *Trabalho imaterial*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001.
- LEITE, E. *El rescate de la calificación*. Montevideu: Cinterfor/OIT, 1996.
- LOJESKI, K.; REILLY, R. *Novas relações laborais*. Lisboa: Smartbook, 2009.
- LOJKINE, J. *A revolução informacional*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1995.
- MADDISON, A. *The World Economy: Historical Statistics*. Paris: OECD, 2003.
- MASI, D. *A sociedade pós-industrial*. São Paulo: Senac, 1999.
- _____. *O futuro do trabalho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.
- MAUSS, M. C. *Ensaio de sociologia*. 2ª reimpressão. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- MÉDA, D. *El trabajo*. Barcelona: Gedisa, 1998.
- MENDES, A. et al. (orgs.). *Trabalho em transição, saúde em risco*. Brasília: Editora Unb, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *Desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MORO, G. *La formazione nelle società post-industriali*. Roma: Carocci, 1998.
- NEFFA, J. *El trabajo humano*. Buenos Aires: Lumen, 2003.
- NEFFA, J.; TOLEDO, E. (orgs.). *El trabajo del futuro, el futuro del trabajo*. Buenos Aires: CLACSO, 2001.
- OFFE, C. *Capitalismo desorganizado: transformação do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. *Trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- OLIVEIRA, R. (org.). *Qualificar para quê?* Campina Grande: Edufpg, 2006.
- PEIRONE, M. *Educare nelle diversità*. Turim: EIRAS, 1995.
- PEIXOTO, C. (org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- PLIHON, D. *O novo capitalismo*. Coimbra: CC, 2003.
- POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- _____. *Qual desenvolvimento?* São Paulo: Publisher, 2009.
- _____. *Desenvolvimento e perspectivas novas para o Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

- _____. “Novos e velhos tempos do trabalho”. In: OLIVEIRA, R. (org.). *Novo momento para as comissões de emprego no Brasil?* São Paulo: a + comunicação, 2007.
- _____. “Transformações contemporâneas no emprego”. In: DEDECCA, C.; PRONI, M. (orgs.). *Economia e proteção social*. Campinas: IE/UNICAMP, 2007.
- REICH, R. *O trabalho das nações*. São Paulo: Educator, 1995.
- REQUENA, J. *Propriedad intelectual y desarrollo tecnológico*. São Paulo: Monte Avila Editores, 1991.
- RIFKIN, J. *The end of work*. Nova York: Putnam, 1995.
- ROSSO, S. *A jornada de trabalho na sociedade*. São Paulo: LTr, 1996.
- ROSSO, S. *Mais trabalho!* São Paulo: Boitempo, 2008.
- ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- SANTOS, B. (org.). *Trabalhar o mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SANTOS, N.; GAMA, A. *Lazer*. Coimbra: Imprensa UC, 2008.
- SARACENO, C.; NALDINI, *Sociologia da família*. Lisboa: Estampa, 2003.
- SAVAGE, J. *A criação da juventude*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- SCHIRRMACHER, F. *A revolução dos idosos*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- SENNETT, R. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- THERBORN, G. *Sexo e poder*. São Paulo: Contexto Editora, 2006.
- THIRY-CHERQUES, H. *Sobreviver ao trabalho*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- URIARTE, O.; RÍMOLO, J. *Formación profesional en la negociación colectiva*. Montevideu: Cinterfor/OIT, 1998.
- VIARD, J. *Éloge de la mobilité*. Gemenos: Láube, 2006.
- WERNECK, C. *Lazer, trabalho e educação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

Seção III
Bíblia, teologia e pastoral

5.

A JUVENTUDE NO NOVO TESTAMENTO: CONDIÇÕES PARA ENTRAR NO REINO DE DEUS

Francisco Orofino¹

I. A JUVENTUDE NA BÍBLIA

Num pequeno artigo publicado na revista do CEBI *Por Trás da Palavra* (nº 196 de maio/junho de 2013), Hilário Dick apontava certa resistência ou dificuldade da exegese bíblica de falar de jovens, a partir dos estudos dos livros bíblicos. Estudos esses feitos tanto por exegetas quanto pelos próprios jovens. Não creio que se trate, como aponta H. Dick, de um afastamento entre juventude e estudos bíblicos. A própria revista do CEBI mostra o contrário, fazendo matérias sobre REJU, CAJU e CEBI nos estudos da Bíblia. E também não é exatamente por isso que a juventude não tem maior contato com a Bíblia. Minha experiência de trabalhos bíblicos mostra exatamente o contrário: existe um grande interesse dos jovens pelos estudos bíblicos. O que existe sim é uma reação por parte de muitos jovens, que considero benéfica, em acolher a Bíblia como um manual doutrinário dentro das igrejas, quase uma “manual do escoteiro”, onde se encontram receitas para tudo e para todos, inclusive as receitas mais retrógradas e preconceituosas.

Em minha opinião, o que acontece é que é mesmo muito difícil falar de jovens na Bíblia. Na sociedade bíblica, não havia essa etapa etária, fruto da modernidade, chamada hoje de “juventude”. Por isso é forte a tendência de ficarmos pinçando figuras juvenis e, de certa

¹ Francisco Orofino, natural de Florianópolis, SC, é doutor em Teologia Bíblica pela PUC-Rio. Biblista e educador popular, é assessor nacional do CEBI (Centro de Estudos Bíblicos) e trabalha no Iser-Assessoria.

forma, buscarmos uma interpretação que consiga enquadrá-las dentro das instituições eclesiais atuais. É um concordismo perigoso. A abordagem bíblica do texto-base da CF-2013 fez exatamente isso, ao propor como modelo para a juventude a vocação do jovem Isaías dentro do recinto sagrado do templo de Jerusalém (Is 6).

Não vou fazer aqui um estudo aprofundado da juventude na época bíblica. Não é este o foco deste estudo. Apenas quero ressaltar que, naquela sociedade, ao longo de toda a história do povo da Bíblia, passava-se imediatamente da infância para a idade adulta através de dois ritos básicos: para as meninas, esse rito era a primeira menstruação. Quando a menina menstruava, a mãe a considerava adulta e a entregava ao pai para que ele providenciasse um casamento, ou poderia dispor dela para quitar alguma dívida que a casa tivesse. É o caso de Gomer, filha de Dablim, que permitiu ao pai quitar uma dívida de 15 pesos de prata e seiscentos e oitenta litros de cevada (cf. Os 3,2).

Já os meninos tinham que passar por um rito feito diante da casa e posteriormente diante da comunidade sinagoga. Esse rito, que existe até hoje, chama-se *bar mitsvah*, ou seja, “filho do mandamento”. Todo menino, para se tornar adulto, tinha que demonstrar sua capacidade de refletir e raciocinar, discernir e explicar, diante de todos os adultos, para se tornar um deles. Por isso mesmo, quando Lucas fala da *passagem* de Jesus para a vida adulta, diz que “o menino crescia e ficava forte, cheio de sabedoria. E a graça de Deus estava com ele” (Lc 2,40). Isso significa que o menino seguia seu desenvolvimento biológico (crescia e ficava forte), seu desenvolvimento intelectual (cheio de sabedoria) e seu desenvolvimento espiritual (a graça de Deus estava com ele), necessários para ser um adulto. Era isso que se esperava de um menino, entre doze e treze anos, que passava para a idade adulta.

Com isso não quero dizer que não existem “jovens” na Bíblia. Mas aqui temos que pensar em “adultos jovens”, ou seja, gente que ainda não recebeu licença de seu pai para se casar, seja rapaz ou moça. Casamento também era uma questão familiar na qual o pai buscava vantagens ao dar um filho ou uma filha em casamento. Por

isso, quando aparece a palavra “jovem” em textos do AT, geralmente trata-se de uma pessoa solteira que está a serviço de alguém. Se for rapaz, pode ser um escudeiro ou um serviçal. Por exemplo, o “jovem” em 1Sm 9,3 pode ser traduzido por “empregado”. Da mesma forma a moça. Provavelmente, é alguém a serviço de uma senhora ou de um palácio (1Sm 8,16).

Bem diferente é o conceito de jovem nos escritos do Novo Testamento.

A renovação que vem pelo Espírito – o Batismo

O Espírito de Deus se manifesta no novo, na novidade, no broto, na bonança. Enfim, Deus faz novas todas as coisas. Sempre cantamos “envia teu Espírito, Senhor, e renova a face da terra!”. Ora, nem sempre é fácil perceber a ação de Deus naquilo que está acontecendo de novo no meio de nós. Com muita facilidade, esquecemos que Jesus veio pregar a Boa-Nova e não a *boa-velha*. Essa presença renovadora de Deus é a chave para percebermos o valor de ser jovem na Bíblia. Dentre as criaturas que Deus renova, a mais importante é a renovação do ser humano. Ser jovem é ser sinal de presença renovadora de Deus, sinal do Espírito, sinal do Novo.

A questão é: como renovar o ser humano? Um diálogo entre Jesus e Nicodemos, no evangelho de João, mostra o caminho. O velho Nicodemos procura Jesus de noite, envergonhado por buscar caminhos novos numa pessoa mais nova do que ele. Jesus lhe ensina que ele precisa nascer de novo. O velho coloca a questão em termos biológicos: “como vou nascer de novo se já sou um velho?”. Jesus lhe diz que “o que nasce da carne é carne. O que nasce do Espírito é espírito”. Com isso, Jesus quer dizer que todos nascemos biologicamente dentro de determinado processo que envolve óvulo e espermatozoide. Mas o que nasce do Espírito torna-se espírito. Essa é a base do batismo cristão.

O batismo de João Batista era um banho ritual de purificação, assinalando a entrada do povo na terra prometida. Para Jesus, o batismo é um novo nascimento, marcando a entrada da pessoa, por livre e espontânea vontade, num novo processo de vida, a vida no

Espírito. Nascer de novo através do batismo fazia com que as pessoas se tornassem jovens.

Por isso mesmo, a celebração batismal cristã tem como modelo antropológico o trabalho de parto. A pia batismal tem como modelo o útero materno, de onde nasce a pessoa precedida pela água, sinal da vida nova. Antes de entrar na pia batismal, o catecúmeno ou catecúmena deveria renunciar a uma vida pregressa, que Paulo chama de “homem velho”, abrindo-se dessa forma à ação do Espírito que se manifestaria nas águas batismais. Uma vez tendo passado pelo banho batismal, o agora neófito (recém-nascido) era envolvido em um lençol branco. Os neófitos deveriam usar o lençol branco por uma semana, símbolo da vida nova. Vários outros símbolos definiam a vida nova: o óleo da unção, a vela acesa, um nome novo etc.

Dessa forma, sempre que no Novo Testamento encontrarmos a dupla “jovem/lençol”, temos que pensar num neófito, alguém que se tornou *jovem* por ter abraçado a proposta do seguimento de Jesus, passando pelo batismo. O que vamos seguir, a partir de agora, é a interpretação de algumas passagens nas quais encontramos a dupla “jovem/lençol”. Quero, com esta proposta, ajudar na caminhada de todo cristão, toda cristã, que se sente jovem por ter assumido com convicção o seu batismo.

O jovem que se acovarda

Mas não é fácil manter os compromissos batismais. Muita gente deixa apagar a chama que ainda fumege ou abandona o primeiro amor (Ap 2,4). No evangelho de Marcos, encontramos um episódio cheio de mistérios (Mc 14,50-52). Esse texto narra que, na noite em que Jesus foi preso, todos os que o acompanhavam fugiram de medo. Então, “um jovem vestido só com um lençol, que seguia Jesus”, também foi preso. Mas o jovem, diante do perigo, largou o lençol e fugiu nu, noite adentro.

Marcos descreve a paixão, morte e ressurreição de Jesus inspirado nas imagens do Dia de Yahweh segundo as profecias de Amós (cf. Am 2,6-16; 3,3-8; 5,16-20; 6,8-14). Segundo esse profeta, este será um dia terrível em que todos estarão sendo provados na sua coragem e na

sua fidelidade ao projeto de Deus. Infelizmente, diz o profeta, muitos fraquejarão em sua coragem e “o mais corajoso dos heróis fugirá nu” nesse dia (cf. Am 2,16).

Já vimos anteriormente que a dupla jovem/lençol em escritos do Novo Testamento significa a vida nova surgida pelo Batismo. Aqui, nesse texto de Marcos, temos ainda reforçado o laço batismal pela afirmação de que o jovem “seguia Jesus”. Portanto, chegou para esse jovem, naquela noite triste, o momento de reafirmar sua vocação e seus compromissos. Chegou para ele o Dia de Yahweh.

Sabemos que a vida de um batizado, naquela época, não era fácil. A perseguição era uma realidade que destroçava vidas e famílias. Mas será que a opção de uma pessoa por Jesus e seu projeto implicava colocar a vida em risco? Seguir Jesus de uma forma tão radical significa, de fato, segui-lo na prisão, na tortura, na humilhação, na cruz? Para o evangelho de Marcos, é evidente que o seguimento deve ser até o fim. Só entrarão na Vida os que seguirem Jesus em sua paixão e morte. É aqui nesse episódio que percebemos que “ser jovem” nos escritos neotestamentários implica “ser corajoso”. Um batizado não pode se acovardar, abandonar seu batismo (lençol) nas mãos da polícia e fugir correndo nu, noite adentro.

O jovem que ensina a partilhar

O texto inspirador dessa reflexão é Jo 6,1-15. Trata-se da versão joanina da multiplicação dos pães e dos peixes. Se há um episódio fundamental para a formação catequética das comunidades cristãs é a narrativa da multiplicação dos pães. Ela se encontra em todos os quatro evangelhos canônicos, num total de seis narrativas (duas vezes em Marcos, duas vezes em Mateus, uma vez em Lucas e uma vez em João). Isso é um sinal de sua importância nas catequeses de iniciação dos fiéis. Ser batizado implicava assumir a lógica da partilha, ensinada por Jesus no episódio da multiplicação dos pães.

Entre todas essas narrativas, destaco a que está em João devido à riqueza de detalhes catequéticos, embora o ponto fundamental do

ensinamento de Jesus esteja presente em todas as narrativas: Jesus só multiplica se alguém lhe oferece alguma coisa. Se ninguém oferecer algo gratuitamente, não haverá multiplicação. Aqui em João, o destaque é para a generosidade de um rapaz que oferece cinco pães de cevada e dois peixes.

A passagem em João, como não poderia deixar de ser, é muito rica em detalhes, misturando dados reais com significados simbólicos. Esse texto descreve o quarto sinal, dentro do Livro dos Sinais. É, portanto, o sinal central. A ruptura na estrutura literária, tanto temporal quanto espacial, indica o início da catequese eucarística da Comunidade do Discípulo Amado. Alguns dos detalhes aqui presentes, relacionados com a partilha e a ceia, apresentam paralelos em Jo 21. São, portanto, reflexões algo tardias, dando a entender que a comunidade fez uma revisão posterior dessa catequese eucarística.

Em primeiro lugar, a narrativa se abre logo, situando o episódio “perto da Páscoa dos judeus”. Sendo época da Páscoa, o natural é que todos os judeus peregrinassem em direção a Jerusalém. Ora, Jesus atravessa o lago e vai “para o outro lado”, ou seja, para a terra dos pagãos, longe de Jerusalém. Trata-se de um gesto transgressor. Ao fazer essa opção, Jesus desvia a multidão de peregrinos que seguiam rumo ao templo de Jerusalém. As pessoas seguem Jesus na sua opção subversiva, e vão também para a terra dos pagãos. O que norteava a multidão eram os sinais que Jesus fazia em favor dos doentes. A eucaristia é a celebração de uma nova Páscoa. Esta nova Páscoa não é mais celebrada em Jerusalém, “lugar que Deus escolheu por sua morada”, mas agora num lugar que Jesus escolheu, a céu aberto, um monte cheio de grama.

Diante dessa multidão faminta, Jesus provoca Filipe. Diante da fome, a saída não seriam os donativos financeiros que a comunidade possui? Filipe argumenta que a comunidade não tem bens suficientes para resolver a questão da fome do mundo. Não é mesmo missão da comunidade resolver os problemas da fome. Nem ela tem condições de fazê-lo, diante de seu precário poder nas políticas do agronegócio. De fato, a saída não é financeira porque o poder financeiro da comunidade é mesmo precário.

Mas qual é a saída? Os discípulos se calam. Apenas André toma a iniciativa de apresentar um rapaz que está fazendo uma oferta de cinco pães de cevada e dois peixes. Mas o próprio André parece não acreditar muito no que está fazendo, ao colocar a grande dúvida que surge na cabeça de qualquer leitor de bom senso: mas o que é isso para tanta gente?

E temos o rapaz. Não sabemos de onde surgiu. Ele também não fala nada no texto. Apenas faz o gesto de oferta. Mas o gesto é muito eloquente. É como se ele estivesse respondendo a André: “O que eu tenho não dá para todo mundo! Isso eu sei! Mas o que eu tenho está aqui! Toma!”. Jesus, também, não diz nada ao rapaz. Acolhe o seu gesto silenciosamente. Mas é como se dissesse: “Isso basta para tanta gente!”.

Nas instruções que Jesus dá para André, temos uma chave importante para a interpretação. Jesus manda os “homens”, ou seja, os “adultos” se sentarem para comer. Os homens são sustentados pela oferta do “rapaz”. Creio que aqui temos uma ligação entre o episódio da multiplicação com a catequese batismal. O “rapaz” aqui no texto é chamado de *paidárion*. Podemos admitir que essa palavra, única em todo o NT, tem o sentido de “alguém que está recebendo a instrução” (*paidéia*). Portanto, temos aqui um catecúmeno, alguém que está se preparando para o batismo. O texto ressalta que o rapaz é mais generoso e confiante que os “homens” (aqui no sentido de “crentes já batizados”). O rapaz aprendeu e entendeu a lógica da partilha antes dos demais fiéis, e o que ele oferece é sustento para a comunidade.

O rapaz oferece a Jesus pães de cevada e peixes. Essas palavras são a chave para tudo. Aqui é evidente que a palavra grega “pães” (*artous*) traduz o hebraico *léhem*. O significado de *léhem* não é exatamente o pão que comemos todos os dias. O sentido é muito mais amplo. Na verdade, a palavra é de matriz semítica com o amplo significado de sustento associado à alimentação básica do povo. Em árabe, por exemplo, *léhem* significa carne, já que para os povos pastoris nômades a carne é o prato básico. Para nós, aqui no Brasil, *léhem* seria nosso feijão com arroz.

Da mesma forma, a palavra grega para peixes usada aqui neste texto (*opsária*) significa muito mais que apenas peixe. A palavra sugere “prato de peixe” ou “peixe preparado”. Provavelmente o peixe seco e salgado que o povo comia. Assim, ambas as palavras usadas para indicar a oferta do rapaz querem dar a ideia de comida, de alimento, de sustento, de tudo o que é necessário para viver. Essa associação entre “jovem” e oferta de “peixe” aparece também no capítulo 21 do evangelho de João. Viver o batismo é viver a partilha.

Outro detalhe importante aparece nessa narrativa joanina. João é o único que especifica que o pão é feito com farinha de cevada. É o único a mencionar esse detalhe, que não é secundário. Naquela época, a farinha de cevada era bem mais barata, custando um terço do preço da farinha de trigo (cf. Ap 6,6). Ou seja, os pobres comiam, em sua refeição diária, pães de cevada com peixe seco e salgado. Pela oferta que o rapaz apresenta a Jesus, podemos concluir que ele é um trabalhador diarista que saiu de casa levando sua marmita para uma jornada de trabalho nas terras de alguém. Ele abandona o trabalho para seguir Jesus, perdendo-se naquela multidão. Diante da fome da multidão, oferece sua marmita para André. Toda a sua refeição não custa o denário que receberia por seu dia de trabalho. Com o denário, poderia comprar entre 9 e 12 litros de farinha de cevada. No capítulo 6 do evangelho de João, Jesus multiplica a marmita que um trabalhador diarista generosamente lhe oferece.

Depois de saciar a multidão, Jesus manda recolher os pedaços que sobraram (6,12-13). Os discípulos recolhem doze cestos, número que evoca a totalidade das tribos do povo de Deus. As sobras dão para alimentar ainda todo o povo. Quantas pessoas o Brasil conseguiria alimentar com as sobras de suas gigantescas colheitas de grãos?

O texto conclui com duas interpretações desse gesto de Jesus feitas pelo povo (6,14-15). Uma primeira interpretação é correta: “Esse é verdadeiramente o profeta que deve vir ao mundo!”. Com o gesto da multiplicação, Jesus é o novo Moisés, o Messias, aquele que o povo estava esperando (Dt 18,15-19). Mas esse reconhecimento messiânico gera uma interpretação errada: “vieram buscá-lo para fazê-lo rei”. Ao perceber essa intenção do povo, Jesus se refugia na montanha. O

verdadeiro rosto do Messias Jesus revelará na ceia, ao lavar os pés dos discípulos. Mas aqui ele venceu uma grande tentação: a de conseguir poder através da manipulação da fome do povo.

Perguntas para ajudar na reflexão:

1. A partir do episódio do jovem que se acovarda, quais são hoje os nossos medos ou dificuldades, aquilo que nos impede de viver melhor a juventude que nos vem pelo batismo?
2. Vivemos hoje uma cultura urbana centrada no individualismo, no consumismo e na dependência da tecnologia de ponta. Quais são hoje nossas maiores dificuldades em viver a lógica da partilha ensinada por Jesus?
3. A partilha mostra que, se houvesse a divisão ou partilha do alimento produzido, não haveria fome e ainda sobriariam doze cestos para alimentar todo o povo. Como hoje podemos participar ativamente dos projetos contra a fome no mundo?

II. JUVENTUDE É SABER VIVER NO ESPÍRITO

A experiência de Vida no Espírito era a característica principal da caminhada das primeiras comunidades. Era uma total novidade para aquelas pessoas que passavam pelo Batismo! Chegou a compenetrar toda a vivência da fé. Segundo o testemunho dos escritos neotestamentários, essa experiência era um novo começo, uma nova Criação (cf. Gl 6,15; 2Cor 5,17). Era mesmo um novo nascimento (cf. Jo 3,3-7), uma verdadeira experiência de ressurreição (Rm 6,4; Fl 3,10). Mas é no livro dos Atos dos Apóstolos, escrito por volta dos anos 80, que vamos perceber e saborear como os cristãos na época de Lucas, gente que está entrando numa comunidade que tem mais de 40 anos de caminhada, consegue viver a imagem viva da ação do Espírito assim como era no início das comunidades.

A narrativa de Atos dos Apóstolos mostra que, em Pentecostes, o Espírito inaugurou a nova humanidade (At 2,4.33; 4,31). A partir desse momento, é o Espírito de Jesus Ressuscitado que vai animar a vida e a história das comunidades. Ele dirige todos os seus passos.

O primeiro sinal do Espírito foi a transformação dos apóstolos. Com medo, fechados numa casa, agora eles abrem a porta e saem para a rua. É o primeiro impacto da evangelização: sair do seu fechamento e ir para a rua, comunicar para as pessoas, para os passantes, a novidade do Ressuscitado. Perder o medo e enfrentar a multidão (cf. At 2,14) são os primeiros frutos do Espírito. Antes, eles estavam conformados com a decisão das autoridades religiosas que tinham executado Jesus. Agora dizem que devem obedecer mais a Deus do que aos homens (At 5,29). O próprio Pedro, que antes tinha negado Jesus diante de uma empregada, agora dá um testemunho corajoso diante da multidão e acusa as autoridades (At 2,32; 4,8). A Vida no Espírito exige uma radical transformação da pessoa.

O Espírito está presente na comunidade. Ele traz alegria e consolação no meio das dificuldades (At 9,31; 13,52). Ele orienta nos momentos decisivos da história, como, por exemplo, na hora de acolher os gentios, abrindo espaço para gente nova e diferente (At 11,15; 15,8). Ou na hora de tomar a iniciativa da missão e de enviar missionários (At 13,2.4). Também na hora da perseguição, diante dos tribunais e dos juizes (At 4,31).

Segundo Atos, o Espírito está presente naqueles e naquelas que são escolhidos para coordenar as comunidades (At 20,28), como os apóstolos (At 5,32; 15,28) ou os diáconos (At 6,3). Por exemplo, em Pedro, quando este, cheio de coragem, enfrenta as autoridades (At 4,8). Está com a assembleia que decide não impor normas legais para os gentios que entram na comunidade (At 15,8). Anima Paulo no seu enfrentamento com a mentira do mago Elimás (At 13,9) ou quando ele decide voltar para Jerusalém, depois de sua última viagem, sabendo dos riscos que corria (At 20,22-23).

O Espírito está presente nos missionários que vão anunciar a Boa-Nova (At 13,4). Acompanha-os nas viagens (At 16,6-7), tanto na ida como na volta (At 20,22-23). É o Espírito que atua em Filipe quando de suas conversas com o etíope (At 8,29.39). Está presente na atuação de pessoas como o diácono Estêvão (At 6,5), o apóstolo Barnabé (At 11,24), o profeta Ágabo (At 11,28; 21,11), ou as filhas de Filipe, que profetizavam (At 21,9).

Atos mostra que o Espírito não se deixa prender pela comunidade. Age também fora dela, impelindo pessoas ao encontro do Evangelho. O caso de Cornélio é exemplar. O Espírito se manifesta a Cornélio antes mesmo do Batismo (At 10,44-48). O mesmo acontece com Apolo, que veio apenas com o batismo de João (At 18,25). O Espírito age quando quer e como quer. Por isso mesmo, Atos mostra que um grande pecado é resistir ao Espírito (At 7,51). Ou mesmo tentá-lo (At 5,9). Ou mentir contra ele (At 5,3). Ou querer comprá-lo (At 8,19). Só adquire o Espírito uma comunidade em oração (At 2,1-4). Mas o Espírito se comunica de várias maneiras: pela imposição das mãos (At 8,17-18; 19,6), pela conversão e pelo batismo (At 2,38), pela oração (At 8,15).

Juventude: viver em comunidades

Essa descrição que Atos faz da Vida no Espírito revela duas coisas aparentemente opostas entre si. De um lado, deixa perceber, ainda que de longe, o aspecto extraordinário da experiência do Espírito nas primeiras comunidades cristãs. Por isso mesmo, Atos é um Evangelho. O Evangelho da Igreja que caminha no Espírito.

Por outro lado, por mais extraordinária que tenha sido essa experiência no Espírito, ela está encarnada nas ações ordinárias da vida das comunidades. Mesmo nas experiências mais comuns da vida humana: falar, rezar, caminhar, viajar, orientar, cantar, criticar, decidir, crescer, anunciar, servir etc. Com essa maneira de narrar os fatos, Lucas sugere que o aspecto extraordinário da presença atuante do Espírito Santo na vida das pessoas e das comunidades está escondido nos aspectos mais comuns e ordinários da vida humana. É lá que a ação do Espírito deve ser descoberta pelo olhar da fé.

Isso é importante para nós hoje que queremos ressaltar a íntima relação que deve existir entre a comunidade cristã e a iniciação cristã através do trabalho catequético. A comunidade deve oferecer a catequese como oportunidade para as pessoas iniciadas viverem no Espírito. A melhor catequese, nesse caso, é quando a própria comunidade vive no Espírito que recebeu através do Batismo. O olhar de fé que Lucas nos dá sobre a vida cotidiana das primeiras comunidades nos

ajuda a descobrir esse mesmo Espírito na vida de nossas comunidades. A descrição de Lucas sobre a ação contínua e diversificada do Espírito continua sendo para nós uma orientação segura para ensinar as comunidades e as pessoas a lerem a sua própria vida e a discernirem dentro dela o rumo que o Espírito Santo está apontando.

Enfim, podemos dizer que o Espírito manifesta sua presença através das iniciativas e do testemunho das comunidades. Através da liturgia e da catequese, das celebrações da Palavra e dos sacramentos. Mas também através das pessoas e suas lutas pelo bem dos outros, das lutas sociais e das manifestações populares, através dos acontecimentos, fatos, reuniões e encontros, conflitos e perseguições. Todas as pessoas que entram numa comunidade, através de seu Batismo, são participantes desse processo. A catequese, a instrução comunitária, deve ser o instrumento comunitário para inserir qualquer pessoa na Vida do Espírito.

Conclusão

Para os escritos do Novo Testamento, ser jovem é viver o batismo com todas as suas implicações. Já vimos que alguns se acovardavam e fugiam dos compromissos assumidos numa celebração densa e profunda, que acontecia na Vigília Pascal. Mas a grande maioria, graças a Deus, perseverava e testemunhava, mesmo sabendo que estava colocando sua vida em risco. Viver a vida cristã é travar o bom combate. As recomendações para os jovens que buscavam coragem para melhor enfrentar este combate se encontram nas cartas de Paulo a Timóteo.

Nessa carta, Timóteo, símbolo do jovem comprometido, é elogiado por sua fé sincera (2Tm 1,5). Fé que recebeu em casa, repassada por gerações anteriores, através de sua avó, Loide, e de sua mãe, Eunice. Viver no Espírito é viver na força, na sabedoria e no amor de Deus, sabendo trabalhar os medos, que sempre são muitos. O comportamento de um jovem vem descrito com minúcias (cf. 2Tm 2,14-26), lembrando sempre que o Espírito adquirido no batismo é mais forte que o espírito da sociedade, cheio de palavreados inúteis de uma gente ímpia, querendo desviar as pessoas da justiça, da fé, do amor e da paz.

A carta também alerta para os problemas internos dentro da comunidade, principalmente para os conflitos de geração. Para fortalecer a coragem de Timóteo, Paulo já o tinha alertado anteriormente (1Tm 4,12): “Que ninguém te despreze por ser jovem. Quanto a ti, seja para os fiéis um modelo na palavra, na conduta, no amor, na fé, na pureza”.

Perguntas para ajudar na reflexão

1. Quais são as novidades surgidas na sociedade brasileira nestes últimos tempos que você acolhe como sinal de uma renovação no Espírito?
2. De que maneira você está vivendo hoje seus compromissos batistais?
3. Quais são as maiores dificuldades para que busque vivenciar os valores éticos e morais do Evangelho de Jesus nos dias de hoje?
4. Como manter a juventude no Espírito ao longo da vida?

Bibliografia

- DICK, H. “Os jovens na Bíblia?” In: Revista *Por trás da Palavra*, nº 196, maio/junho 2013. São Leopoldo: CEBI, p. 4.
- KONINGS, J. *Amor e Fidelidade – Evangelho segundo João*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- LORASCHI, C. “Dos jovens da Bíblia para os jovens de hoje”. *Vida Pastoral*, nº 288, janeiro-fevereiro 2013. São Paulo: Paulus, p. 3-14.
- MESTERS, C. “Juventude: vocação e compromisso à luz da Palavra de Deus”. *Curso de Verão – Ano XXI*. São Paulo: CESEEP e Paulus, 2007, p. 87-171.

6.

A ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA, O TRÁFICO HUMANO E A CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 2014

Ricardo Rezende Figueira¹

“O que vale não é mais ser judeu nem grego, nem escravo nem livre, nem homem nem mulher, pois todos vós sois um só, em Jesus Cristo.”

(2ª Leitura – Gl 3,28)

Introdução

Em 2014, o tema da Campanha da Fraternidade é “Fraternidade e Tráfico Humano”, e o lema, “É para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5,1). O tema chegou em boa hora pela atualidade e pela urgência de se buscar solução para o problema.

De fato, os temas tráfico humano e escravidão, em 2012 e 2013, repercutiram na política, na prática de operadores do direito, em setores da sociedade civil e do Estado, e nos meios de comunicação social. Internacionalmente, quando, em 25 de setembro de 2012, Barack Obama, presidente dos Estados Unidos da América do Norte, em discurso, em Nova York, afirmou: “Estou me referindo à injustiça, ao ultraje do tráfico de pessoas, que deve ser chamado por seu verdadeiro nome: escravidão moderna”,² ele tornava explícita a estreita ligação

¹ Padre da Diocese de Conceição do Araguaia, PA, professor localizado no Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Coordenador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos da mesma universidade. Participa de organizações de Direitos Humanos.

² Nem todo tráfico em princípio se dá com o objetivo da escravidão da pessoa; como nem toda escravidão é necessariamente fruto do tráfico. Pode-se, por exemplo, traficar para roubar órgãos humanos ou para a adoção de crianças. E, quanto ao trabalho “análogo à escravidão”, conforme o artigo 149 do Código Penal Brasileiro, pode caracterizar-se pela forma degradante como a pessoa é tratada, mesmo não havendo coerção física ou psicológica. Para essa

de um crime ao outro e iniciava, conforme a imprensa, “uma nova ofensiva contra o que chamou de ‘a escravidão moderna’ do tráfico de pessoas”. No mesmo discurso, constatou Obama, “20 milhões de pessoas em todo o mundo, incluindo algumas nos Estados Unidos, estão nas mãos de traficantes”.³ No final do ano, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) teria começado uma campanha contra a escravidão e, para tal fim, convidou esportistas e artistas, sendo três deles brasileiros.⁴

A discussão sobre o tráfico de pessoas passou a ser um dos temas do cotidiano das pessoas, quando em rede nacional de televisão foi exibida uma novela, entre outubro de 2012 e abril de 2013.⁵ Tratava-se de história com mulheres que, aliciadas com promessas falsas, foram levadas ao exterior e mantidas sob ameaças em atividades de exploração sexual. As condições em que viviam as personagens traficadas, caso fossem encontradas em situação não ficcional, seriam provavelmente reconhecidas pelas autoridades do Ministério do Trabalho e Emprego e por diversos operadores do direito como incursas no crime análogo ao de escravidão. E, nos últimos anos, houve casos de denúncia de tráfico de brasileiros e brasileiras para fins diversos, especialmente atividades sexuais, em países ricos da Europa e na própria América; mas também houve denúncias de estrangeiros – bolivianos, peruanos, paraguaios, haitianos, chineses – submetidos no Brasil ao tráfico e à escravidão.

O reconhecimento da conexão entre tráfico humano e escravidão tem sido estabelecido com frequência. Sabe-se que o tráfico pode estar ligado ao roubo de órgãos e à adoção irregular de crianças, mas está ligado especialmente às atividades onde há o cerceamento da liber-

atividade, pode-se atrair a mão de obra no próprio município onde a atividade laboral será exercida, caso seja área de alto índice de desemprego, sem precisar traficar gente.

³ Cf. <<http://noticias.terra.com.br/mundo/estados-unidos/obama-declara-guerra-ao-trafico-de-pessoas-a-39escravidao-moderna39,a80e77519f7da310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso: 25 set. 2012.

⁴ Cf. <http://www.fetecn.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7269:04122012-oit-convoca-personalidades-para-campanha-mundial-contra-a-escravidao&catid=41:top-headlines&Itemid=206>, de 04/12/2012, matéria de Rede Brasil Atual. Acesso: 28 mar. 2013.

⁵ Salve Jorge, de Glória Peres, exibida em rede nacional pela TV Globo, no horário seguinte ao Jornal Nacional, o noticiário mais visto da mesma emissora.

dade e em que as pessoas são submetidas a situações degradantes. O tema ocupou a imprensa e esteve presente em políticas públicas em 2013 e não sairá da pauta em 2014, pelo menos em certos setores da sociedade, se depender da Conferência dos Bispos do Brasil e do papa Francisco. Poucos dias após o anúncio da escolha do seu nome, o novo papa, para um público estimado em 250 mil pessoas na Praça de São Pedro, ao chamar atenção para a necessidade da paz, apontou como um problema o desejo do “lucro fácil”. É o “egoísmo que faz continuar o tráfico de pessoas, a escravatura mais extensa neste século XXI” (O Globo, 01/04/2013, Mundo, p. 22). E, um mês depois, por ocasião do dia do trabalhador, retornou ao tema, ainda comovido com o desabamento de um prédio de indústria têxtil que atendia a empresas ocidentais de grande porte. Ali, entre as centenas de mortos, muitos recebiam apenas 38 euros (pouco mais de cem reais) por mês. O papa Francisco considerou a situação vivida por essas pessoas como de uma escravidão que se opunha a “algo bonito” oferecido por Deus, “a capacidade de criar, de trabalhar, de ter dignidade”.⁶ Assim, o papa e o presidente dos EUA apresentaram algo em comum em seus pronunciamentos, a relação estreita entre os crimes.

Em 2014, para a Campanha da Fraternidade, desenvolvida no decorrer do tempo litúrgico católico da quaresma, o episcopado brasileiro elegeu como assunto o tráfico humano. O que obriga necessariamente a comunidade a refletir a respeito da escravidão contemporânea.

Novas denúncias de tráfico humano para a escravidão foram veiculadas, em 2013, pelos meios de comunicação social. Revelavam o problema em atividades de confecção de roupas, em São Paulo, e em pastelarias, no Rio de Janeiro, em áreas urbanas,⁷ ou no corte da cana,

⁶ Lusa. 12:40 Quarta-feira, 01/05/2013. Disponível em: <<http://expresso.sapo.pt/papa-revoltado-com-trabalho-escravo-no-mundo=f803910>>. Ler mais em: <<http://expresso.sapo.pt/papa-revoltado-com-trabalho-escravo-no-mundo=f803910#ixzz2S3JGSNwh>>. Acesso: 01/04/2013.

⁷ Sobre a presença de bolivianos e peruanos, veja <<http://reporterbrasil.org.br/2013/03/fiscalizacao-flagra-escravidao-na-producao-de-roupas-para-skatistas-e-surfistas/>>. Publicada em 28 mar. 2013, com acesso no mesmo dia. Sobre chinês escravizado em pastelaria no Rio de Janeiro, veiculado pela imprensa em 05/04/2013, veja: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/04/05/chines-dono-de-pastelaria-e-presos-por-manter-primos-como-escravo-no-rio.htm>>. Acesso: 23 abr. 2013.

em carvoarias e desmatamento, em diversos lugares da área rural. A terceirização do trabalho estava presente no crime. Nas atividades ligadas ao cultivo da laranja, o fato levou o poder judiciário a condenar quatro das maiores indústrias de suco da fruta no país a pagarem expressivas indenizações.⁸ As denúncias revelaram como “vítimas” inclusive menores de 18 anos.⁹

O problema da ilegalidade do tráfico e, por isso, da escravidão, é antigo. Depois de mais de 30 anos de negociações e tratados com a Inglaterra, reiteradamente desobedecidos pelo Brasil, finalmente em 1850 o tráfico de africanos para o Brasil teve um fim. E a escravidão legal persistiu por mais 38 anos; bem mais de um século após a promulgação da lei abolicionista, conhecida como Lei Áurea, a escravidão e o tráfico ainda estão presentes, mesmo que de forma diferente. Aparecem na área rural e urbana, informam os jornais, os noticiários de rádio e televisão, as organizações sociais, os estudiosos, e o fato é reconhecido por autoridades.

Em geral, o local preferido para o aliciamento e tráfico é aquele no qual há desemprego e pobreza. O crime aparece muitas vezes sob o pretexto de dívida e se manifesta em condições degradantes de vida e de trabalho em áreas diferentes da economia. Dada a persistência do problema, os caminhos de solução parecem insuperáveis. E o problema vai além do Brasil. É um fenômeno presente em países ricos e pobres nos diversos continentes ao longo dos séculos XX e XXI.¹⁰

Neste texto, de forma breve, é apresentada uma síntese da história da escravidão ilegal no país, que se mistura com o tráfico humano, e

⁸ As indústrias de suco (Sucocítrico Cutrale Ltda., Louis Dreyfus Commodities Agroindustrial S/A, Citrovita Agroindustrial Ltda. e Fischer S/A) deviam pagar R\$ 400 milhões em indenizações por “danos morais causados durante mais de uma década de irregularidades trabalhistas no campo”. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/03/justica-decreta-fim-de-terceirizacao-na-colheita-de-laranja-indenizacao-passa-de-r-400-milhoes/>>. Acesso: 27 mar. 2013.

⁹ Veja em matéria de 14 mar. 2012 que relatou condenação mantida por tribunal contra pastor que utilizaria, no Espírito Santo, mão de obra de crianças e adolescentes, órfãos e adolescentes em conflito com a lei. Disponível em: <www.editoramagister.com/noticia_24247909_PASTOR_CONDENADO_POR_TORTURA_E_TRABALHO_ESCRAVO_DE_MENORES.aspx>. Acesso: 28 mar. 2013.

¹⁰ Kavin Bales (2001) é um dos autores que demonstram a difusão internacional do problema. Richard Werly (1995) escreveu sobre a escravidão de crianças no Paquistão.

as ações da sociedade civil, religiosa ou do Estado, levando em conta alguns aspectos considerados relevantes. A história apresentada aqui se subdivide em períodos a partir de algumas características comuns. O primeiro período se refere às denúncias anteriores à lei abolicionista de 1888, os seguintes referem-se às etapas do surto da busca da borracha vegetal na Amazônia, à implantação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em plena ditadura militar e aos anos que se seguem a 1985, quando os governos civis assumem o controle do aparelho do Estado.

Duas escravidões e dois tráficos precedem à lei Áurea: 1537-1888

“... a escravidão, por sua natureza, não é boa:
não é útil nem ao senhor nem ao escravo:
a este porque nada pode fazer de forma virtuosa;
àquele porque contrai dos seus escravos
toda a sorte de maus hábitos...
porque se torna orgulhoso, irritável, duro, colérico,
voluptuoso e cruel.
(...) os escravos são contra o espírito da constituição,
só servem para dar aos cidadãos
um poder e um luxo que não devem ter”
(Montesquieu, *L'esprit de les Lois*, livro XV, 1748)

“... entre todas as injustiças, nenhuma clama tanto ao céu
como as que tiram a liberdade aos que nasceram livres,
e as que não pagam o suor aos que trabalham...”
(Pe. Vieira em carta ao rei D. Afonso VI)

As denúncias de existência de mão de obra escrava ilegal começaram antes de 1888, quando foi promulgada a lei abolicionista, e foram formuladas por razões econômicas, morais e religiosas. Houve, por exemplo, aquelas contra colonos portugueses, realizadas pelo padre Vieira em favor dos índios. Em 1662, em Portugal, diante da rainha,

o sacerdote utilizou argumentos das Sagradas Escrituras e da bula *Sublimis Deus*, de 1537, escrita pelo papa Paulo III, para denunciar a escravização dos índios do Maranhão e Grão Pará. Na bula, o papa declarou que os índios e os povos encontrados ou a serem encontrados nas terras do novo continente, embora estivessem “fora da fé de Cristo”, eram “dotados de liberdade” e não deviam “ser privados dela, nem do domínio de suas cousas, e ainda mais, que podem usar, possuir e gozar livremente desta liberdade e deste domínio, nem devem ser reduzidos à escravidão” (BOSI, 1993, p. 134-135).

Se defendia os índios contra os que os escravizavam, por outro lado, o padre Vieira admitiu “a condição ambígua da Igreja colonial” pelo mesmo erro (BOSI, 1993, p. 134-138). O modelo de produção agromercantil impunha a necessidade de gente para a lavoura, e o índio era o que havia de mais próximo e disponível. O ilustre padre jesuíta foi seduzido pela “ideologia corrente com a qual deve negociar” e afirmou não ser sua a intenção que não houvesse escravos, mas que “se declarasse, como se declararam por lei (que lá está registrada) as causas do cativo lícito” (1993, p. 143). Havia um cativo lícito e outro ilícito. A situação se tornava, assim, embaraçosa, revelou o escritor Alfredo Bosi, quando estava em questão a escravidão dos que vinham da África. Vieira refletiu os valores da época quando denunciou a escravidão considerada ilegal, mas não colocou em questão a escravidão em si.

Além de Vieira, outro sacerdote português, que morava na Bahia, Manoel Ribeiro Rocha (1992), escreveu sobre a escravidão. Entre eles havia quase um século de distância. Rocha escreveu em 1758. Sua preocupação era com a legalidade teológica e jurídica da escravidão dos africanos. O autor reconheceu que a vocação do homem não era essa, mas admitiu em certas circunstâncias a legalidade da escravidão. Uma guerra justa e declarada entre dois príncipes permitia ao vencedor o direito sobre o vencido como indenização dos custos do empreendimento. O desafio era saber se o escravo que vivia no Brasil, traficado da África, era vítima de “guerra justa”. Na dúvida, a solução era *pro reo* (favorável ao réu), sentenciava o autor. Contudo, havia outro problema: se o escravizado não fosse “resgatado” na África, ele

teria duas mortes: a física e a religiosa. Com a segunda, perderia a salvação, por não ser ainda batizado. A pessoa, assim, explicava Rocha, deixava de ser escrava, e se tornava um “resgatado”. Contudo, tinha a dívida proveniente do resgate e precisava trabalhar para indenizar quem o havia libertado das duas mortes. De tal forma que, indenizado, o proprietário teria assim condições econômicas de salvar outros infelizes. De escravagista, o senhor se tornava, nesse discurso, um ser piedoso, um pai generoso. Mesmo sem deixar de ser severo, pois lhe cabia, como pai, “corrigir”, “educar” o “resgatado” (ROCHA, 1992).

Enquanto Vieira e Rocha, ao escrever, trataram da escravidão ilegal vivida por outros, um colono suíço, Thomas Davatz, escreveu sobre terceiros e sobre si mesmo. Em 1858, Davatz publicou um livro acusatório e testemunhal sobre as relações de trabalho de migrantes europeus na fazenda Ibicaba, no interior de São Paulo, pertencente ao senador Vergueiro, que era tido como liberal e abolicionista... O que era considerado “sistema de parceria” se revelava outra coisa: “O mais triste é [...] quando percebemos que uma nova escravidão nos submergiu e que dessa escravidão é mais difícil escapar do que à tradicional, que de há longa data jungiu os negros africanos” (DAVATZ, s/d, p. 38). Havia sido traficada e denunciou o vivido e se preocupou com o futuro. Propôs medidas de políticas públicas para que o problema fosse minimizado. E perguntou: “É justo que na Europa se permita que nossos compatriotas sejam reduzidos à infelicidade e à escravidão?” (*ibid.*, p. 220).

No século XX, o antropólogo Darcy Ribeiro, a respeito desses imigrantes, constatou: “Uns oito milhões de brancos foram recrutados quando o europeu [...] se converteu, ele também, num gado humano exportável para as plantações brasileiras” (1992, p. 15).

Deve-se assinalar que a escravidão e o tráfico, ambos ilegais, não estiveram restritos a um país ou a um continente. Sobre a migração no norte do continente, Caio Prado escreveu que, em determinadas circunstâncias, migrantes europeus nas colônias inglesas da América – Virgínia, Maryland, Carolina –, experimentaram “uma escravidão temporária”, ou porque “vendiam seus serviços por certo lapso de tempo”, ou porque partiam como deportados ou menores, “vendidos

pelos pais”. Tal escravidão foi “substituída inteiramente, em meados do séc. XVII, pela definitiva de negros importados” (PRADO, 1977, p. 21). E Celso Furtado, em *A formação econômica do Brasil*, escreveu a respeito da exploração de mão de obra europeia nas Ilhas Britânicas no século XVII. Com o excedente de trabalhadores ingleses, graças às transformações na agricultura desde o século anterior, havia uma população disponível ao aliciamento. O candidato ao trabalho, no local de origem, isto é, na Inglaterra, “assinava um contrato” que o comprometia a trabalhar para outra [pessoa] por um prazo de cinco a sete anos, recebendo em compensação o pagamento da passagem, manutenção e, ao final do contrato, um pedaço de terra ou uma indenização em dinheiro. Tudo indica que essa gente recebia um tratamento igual ou pior ao dado aos escravos africanos (FURTADO, 1971, p. 21).

A escravidão foi abolida. O problema acabou? 1888 a 1960

Declarado, em 1888, o fim da escravidão no Brasil, o problema não ficou resolvido para muitas pessoas do país ou de fora. Na Amazônia, no final do século XIX, começou um período conhecido como o ciclo da borracha vegetal, em função da abundância de árvores gomíferas nativas e do preço internacional alcançado pelo produto. A atividade da extração atraiu milhares de pessoas, brasileiras e quíchuas – estas vindas das cordilheiras –, umas e outras empurradas de seus lugares de moradia pela necessidade, e atraídas pela esperança de uma vida melhor. O tráfico se dava na relação entre a necessidade e a promessa. Uma vez deslocadas de casa, de seus familiares, de suas tradições, sem os laços de sustentação e conhecimento anteriores, nas novas e desconhecidas terras, foram reduzidas à escravidão por dívida nos seringais; sobre isso escreveu Euclides da Cunha.¹¹ O escritor

¹¹ Euclides da Cunha concluiu o livro *À margem da história*, em 1908, e o texto foi publicado posteriormente. Em 1924, José Eustasio Rivera (1887-1928) escreveu *La vorágine*, considerado o romance colombiano mais conhecido do século XX, até a publicação de *Cem anos de solidão*, de Garcia Marquez. No romance, Rivera trata do mesmo problema vivido pelos seringueiros.

constatou que “O sertanejo emigrante realiza, ali [no trabalho], uma anomalia sobre a qual nunca é demasiado insistir: é o homem que trabalha para escravizar-se” (Cunha, 2006, p. 51). E compreendeu haver dois lados na história. Um deles composto por “uma série indefinida de espoliados” e, do outro, o “caucheiro opulento”. Quanto aos primeiros, era necessário “varar os obscuros recessos da mata sem caminhos” para encontrá-los sós em um trabalho que, inútil por longos anos, os extinguiu “no absoluto abandono”, submetidos ao “barão que os escraviza”. E prosseguiu Cunha: “O *conquistador* não os vigia. Sabe que lhe não fogem. Em roda, num raio de seis léguas, que é todo o seu domínio, a região [...] é intransponível. O deserto é um feitor perpetuamente vigilante. Guarda-lhe a escravatura numerosa” (Cunha, 2006, p. 62).

Ao escrever sobre Conceição do Araguaia sete décadas depois, Otávio Ianni tratou do fenômeno da borracha no Pará e especialmente no sul do estado. A abordagem reflete sobre os primeiros anos do século XX e sobre meados do mesmo século. Ianni citou Euclides da Cunha e, como este, constatou que o seringueiro era também na região paraense “obrigado a trabalhar como um escravo” (IANNI, 1978). Houve um refluxo na extração da goma, quando países da Ásia entraram na disputa e apresentaram um produto comercialmente mais barato. Contudo, temporariamente, a situação mudou. Com a II Grande Guerra, a demanda dos países Aliados pelo produto cresceu e houve o deslocamento, incentivado pelo Estado, de outra leva de milhares de trabalhadores, conhecidos como “soldados da borracha”, para a Amazônia, com uma série de problemas decorrente disso: um recrudescimento da escravidão por dívida e dezenas de mortes oriundas das condições degradantes de vida e de trabalho.¹²

A situação de tráfico e escravidão não se restringiu ao Norte brasileiro. Elda E. Gonzáles Martinez (1990), no seu estudo a respeito da “migração espanhola”, revelou que eles eram, de 1880 a 1930, levados para as fazendas de café em São Paulo. Ali, conforme a autora, havia

¹² Há uma literatura variada sobre o tema: estudos acadêmicos (SECRETO, 2007); testemunhais (AUDRIN, 1946); romances (RAMOS, 1986; CASTRO, 1960).

um quadro de tensões entre os trabalhadores espanhóis e os patrões. Milhares eram recrutados pela propaganda do governo paulista e pelos “ganchos”, uma situação que alguns poderiam considerar de tráfico humano. Os “ganchos” percorriam as aldeias espanholas ou iam a Gibraltar em busca de mão de obra (MARTINEZ, 1990, p. 89-94 e 128). Havia um sistema de dívidas que atava os trabalhadores às fazendas e havia os conflitos provenientes das diferenças culturais, que se manifestavam até no estranhamento para com a alimentação recebida, aos preços considerados extorsivos dos produtos nos estabelecimentos e maus-tratos recebidos (*ibid.*, p. 138-144). Reclamavam também dos administradores. Como os proprietários das fazendas eram absenteístas, os administradores controlavam os peões e abusavam de seu poder. Em geral, os abusos eram proporcionais ao perímetro da fazenda. Quanto maior a fazenda, maior a taxa de exploração sofrida (*ibid.*, p. 133-145). Além da migração espanhola, houve a migração japonesa para o Brasil – de 1908 a 1941. Esta levou muitos dos que aqui aportaram às fazendas de café em São Paulo, onde a situação não diferia substancialmente,¹³ e outros para o cultivo de pimenta-do-reino no Pará.

Fato parecido se deu em outras partes, pois a abolição em muitos países não significou, no final do século XIX e meados do século XX, a solução para uma população mais vulnerável. Há pesquisas atuais realizadas, por exemplo, em Portugal sobre o “trabalho forçado” na África colonial pós-abolição,¹⁴ ou no México porfiriano, portanto igualmente pós-abolição, onde fazendeiros submeteram nativos do país. Um dos estudos, por exemplo, foi realizado pelo austríaco Friedrich Katz (1980). O historiador escreveu sobre as condições de trabalho dos peões na área rural e explicou em nota de rodapé que a “peonagem” por dívida era uma forma de “trabalho forçado” que se desenvolvia, quando existiam “requisitos

¹³ A migração japonesa é relatada a partir da história de uma família. Sugiro o livro de Jorge Okubaro (2006).

¹⁴ O Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (2006, 2007, 2009) tem coordenado publicações sobre o tema. Na literatura portuguesa sobre o tema, veja Miguel Sousa Tavares (2004).

prévios para a escravidão na agricultura (tais como um poderoso grupo de grandes latifundiários, escassez de mão de obra etc.), mas o governo se nega oficialmente a implementar a escravidão ainda que a tolere tacitamente e a reconheça sob outro nome (Katz, 1980, p. 14).

O mesmo pesquisador citou outros estudiosos como Charming Arnold e J. Tabor Frost, antropólogos britânicos que, ao desenvolverem escavações em Yucatán, no começo do século XX, descreveram a existência de algo que eles reconheciam nas fazendas como de “servidão”, “escravidão” (*ib.*: p. 64), ou de “escravos” (*ib.*: 67) por dívida, entre os indígenas camponeses.

O estado e o crime 1970-1984

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, tivemos novidades. A Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, SUDAM, criada pelo regime militar, coordenou um projeto de “ocupação” da chamada Amazônia Legal brasileira e promoveu e aprovou centenas de projetos agropecuários. Tais projetos foram financiados e incentivados pelo poder público. Para instalar as fazendas de gado, os empreendimentos incorporaram dezenas de milhares de trabalhadores deslocados das demais regiões do país, no mesmo modelo de tráfico, onde, diante das dificuldades econômicas de subsistências, a promessa se tornava irresistível. No sistema de trabalho conhecido por “peonagem”, submeteram, através de “empreiteiros”, ao trabalho obrigatório sob o pretexto de dívidas. Muitas vezes os empreiteiros assassinavam quem ousasse escapar antes de concluir a atividade esperada. O controle governamental era escasso e irregular. Não havia um plano nacional de combate ao crime e sequer um reconhecimento formal da sua existência. O pouco que era feito dependia de ações executadas esporadicamente pela Polícia Federal (PF). Em suas pesquisas, Neide Esterici demonstrou que, nos anos 1960, antes das denúncias formuladas nas décadas seguintes por agentes pastorais, como dom Pedro Casaldáliga, “quem com mais frequência informava

sobre essas práticas no País eram membros da própria Polícia Federal” (2004, p. 22).¹⁵

No mais, os auditores fiscais das Delegacias Regionais do Trabalho, mesmo ao assinalar minuciosamente o que haviam encontrado nas fazendas – homens armados intimidando trabalhadores, espancamentos e assassinatos de pessoas, endividamento, situações degradantes de moradia e alimentação – com frequência concluíam não ter encontrado indícios de escravidão. Naturalizavam a violação dos direitos contra a pessoa ao registrar que era uma modalidade de trabalho e as condições de vida dos assalariados na região. O crime se manifestava especialmente no momento da abertura de fazendas, quando exigia uma expressiva mão de obra para derrubar a mata e plantar o capim. E as unidades de produção pertenciam a poderosos grupos econômicos de capital financeiro e industrial que, na Amazônia, com incentivo do governo, se dedicavam também à agropecuária.

Raramente havia inquéritos policiais e, algumas vezes, a própria polícia do estado se envolvia, favorecendo os empregadores, e os procuradores e o Poder Judiciário, dos estados e da união, eram omissos. As vítimas, que procuravam os sindicatos dos trabalhadores rurais, eram encaminhadas aos agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT)¹⁶ ou às equipes locais da Igreja Católica, que não tinham muitas opções. As autoridades civis e militares não demonstravam sensibilidade; a imprensa, além de geograficamente distante da área dos crimes, em geral não reservava espaço para esse tipo de notícia, e os agentes pastorais sofriam perseguição. Eram considerados comunistas ou terroristas. Eles colhiam declarações daqueles que haviam escapado dos empreendimentos agropecuários ou de seus parentes.

¹⁵ Diversos autores brasileiros escreveram sobre a “peonagem” na Amazônia (CASALDÁLIGA, 1970, 1972, 1977; IANNI, 1978; ESTERCI, 1987), a “morada” (PALMEIRA, 1977) e as relações de trabalho na agroindústria no Nordeste (PALMEIRA, 1979), onde identificaram ao longo do século XX e nos últimos anos formas de “semiescravidão”, “parecia um escravo” (IANNI, 1978, p. 51), “espécie de escravidão” (PALMEIRA, 1979, p. 49) ou escravidão (NEIDE, 1994; ALMEIDA, 1988, p. 58-67). Para uma bibliografia sobre o tema, sugiro Figueira (2004 e 2008).

¹⁶ A CPT é uma organização ecumênica, com participação de cristãos de denominações cristãs diferentes, ligada pastoralmente à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. A participação de cristãos não católicos, como os luteranos, se dá em algumas regiões do país.

Em certas circunstâncias, para garantir a fé pública do documento e a vida dos informantes, os agentes pastorais levavam os trabalhadores aos cartórios mais próximos, onde faziam uma declaração com os dados que tinham. Se estivessem longe do município onde o crime foi realizado, faziam o mesmo em delegacias de polícia.

Nova República e as esperanças frustradas 1985-1994

Com o fim da ditadura e o início do governo civil, como se manifestou a pressão social e a resposta do Estado a partir da chamada Nova República? Em 1985, Nelson Ribeiro, titular do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), nomeou o antropólogo Alfredo Wagner Almeida para a Coordenadoria de Conflitos Agrários. Almeida acolheu denúncias de algumas fontes como a CPT e o movimento sindical, organizou os dados e publicou um relatório sobre o tema. Assim, o estado, através do MIRAD, deu legitimidade a uma categoria – escravidão – até então empregada especialmente em textos literários, na imprensa, por agentes sociais e, às vezes, pelas ciências sociais.

As pressões empreendidas, especialmente pela CPT, levaram, em julho de 1986, os ministros do MIRAD e do Trabalho a assinar com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e com a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) um Protocolo de Intenções para conjugar esforços no Pará, Maranhão e Goiás “e coibir as violações dos direitos sociais e trabalhistas dos trabalhadores rurais” (Romero, s/d, p. 9). A cidade de Marabá, local da cerimônia, foi escolhida a dedo, pois o sul do Pará era uma região com muitos conflitos fundiários e denúncias de trabalho escravo. Pouco depois, em agosto, o mesmo grupo firmou “um *Termo de Compromisso* para erradicar o trabalho escravo, em articulação com o Ministério da Justiça e com o apoio da Polícia Federal, dos governos estaduais e de suas forças policiais” (*ibidem*). Os signatários defendiam que a inobservância da legislação trabalhista em imóveis rurais constituiria razão para desclassificar o imóvel como empresa rural e inviabilizaria sua habilitação

para usufruir os recursos oficiais sob a forma de incentivos fiscais. Contudo, dois anos depois, Almeida, já fora do MIRAD, reconhecia que tais disposições não obtiveram o resultado esperado.

De fato, as intenções manifestadas pelo governo federal ainda não eram capazes de mudar substancialmente a prática das autoridades federais ou estaduais. No atual município de Floresta, no sul do Pará, por exemplo, no início da década de 1990, trabalhadores, ao tentar escapar de uma fazenda, foram presos pela polícia militar, que pretendia devolvê-los ao empreiteiro. A polícia não o fez porque houve reação de uma agente de pastoral francesa, Paulette Planchon, que morava na comunidade. Em outro caso, a polícia, no município de Redenção, ao receber comunicado de que um trabalhador havia sido assassinado na fuga do trabalho escravo, recolheu e sepultou o morto. Apesar de ter encontrado os documentos da vítima junto ao corpo, no registro de óbito fez constar a palavra “cachorro”. Assim, a humanidade do trabalhador não só foi desdenhada, na prática, pela violência física sofrida, mas simbolicamente representada atrás da ocultação da identidade e da transmutação de gente em cachorro.

No decorrer de sessões¹⁷ das Nações Unidas (ONU), na Suíça, de 1992 a 1994, representantes da CPT e da Ordem dos Advogados do Brasil, por convite da Federação Internacional dos Direitos Humanos, denunciaram a existência do “trabalho forçado” e escravo no Brasil e responsabilizaram o governo por descumprimento de tratados e recomendações internacionais sobre o tema. O embaixador do Brasil na ONU, Celso Amorim, na primeira denúncia, reconheceu o problema, e, no mesmo ano, o governo federal criou o Programa de Erradicação do Trabalho Forçado e do Aliciamento do Trabalhador (PERFOR). Este se mostrou ineficiente para enfrentar a situação e, logo depois, a Anti-Slavery International¹⁸ encomendou à jornalista Alison Suttom uma pesquisa sobre a escravidão no Brasil. A pesquisa se transformou em livro (SUTTOM, 1994).

¹⁷ As participações foram respectivamente na 17ª, 18ª e 19ª “Sessão do Grupo de Trabalho sobre Formas Contemporâneas de Escravidão das Nações Unidas”, em Genebra.

¹⁸ Fundada em 1839, com sede em Londres. Um de seus membros foi o abolicionista brasileiro Joaquim Nabuco.

O aumento da violência no campo e o assassinato de alguns sindicalistas em Rio Maria, Pará, em 1990 e 1991, provocaram o aumento do repúdio à violência no campo e contribuíram para a criação, em Brasília, de um fórum para discutir o tema. As reuniões iniciadas na Procuradoria Geral da República contavam com a participação de funcionários públicos de diversos ministérios, membros do poder judiciário, das procuradorias, do parlamento e da sociedade civil e religiosa. E um assunto especial foi tratado: o trabalho escravo. Do debate surgiu um conjunto de sugestões de medidas preventivas e curativas para serem implementadas pelo legislativo e pelo executivo. Uma das propostas foi a de emenda constitucional, que seria conhecida como Emenda Ademir Andrade, que previa a perda da propriedade onde se constatasse o crime previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro (CPB): “Reduzir alguém a condição análoga à de escravo”. E outra proposta era a de dar uma nova redação ao artigo do mesmo código.

No primeiro decênio após a ditadura, os grupos preocupados com o problema da escravidão não tinham muito a comemorar. O número dos traficados e escravizados na Amazônia podia ter recuado em relação aos anos anteriores, mas o fato estava provavelmente mais vinculado às pressões do movimento norte-americano e europeu pela preservação do meio ambiente contra a liberação de recursos para a derrubada de floresta do que vinculado às ações do governo contra a escravidão. Com menos derrubada de árvores, havia menos trabalhadores nas fazendas.

Novidades no combate ao trabalho escravo 1995-2002

Em entrevista radiofônica, Fernando Henrique Cardoso, novo presidente, reconheceu a existência da escravidão no país, agradeceu pelas denúncias realizadas pela CPT e distinguiu o escravizado atual do antigo. Segundo o presidente, o trabalhador não sabia quem era o seu senhor. As pressões nacionais e internacionais, o interesse de alguns funcionários públicos sensibilizados pelo problema, tudo isso

propiciou a criação de um órgão subordinado à Câmara de Políticas Sociais do Conselho de Governo que era integrado por representantes de cinco ministérios, o Grupo Executivo de Combate ao Trabalho Forçado, GERTRAF,¹⁹ para coordenar a repressão ao crime. E, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi constituído o Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GM) subordinado à Secretaria de Fiscalização do MTE. Em novembro de 1994, foi firmado um “Termo de Compromisso” entre o MTE, o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho e a Secretaria de Polícia Federal, com o objetivo de “erradicar” diversos crimes, dentre estes, o “trabalho forçado” rural.²⁰

O Ministério Público do Trabalho se tornou mais presente nas fiscalizações e levou, em 1999, as direções das siderurgias do Maranhão a assinar um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). Estes se comprometeram a cumprir as normas trabalhistas na atividade de fabricação do carvão vegetal.

Entre 1995 e 2002, o GM efetuou 177 operações de fiscalização em 816 fazendas e resgatou 5.893 pessoas. No mesmo período, surgiram denúncias de escravidão urbana, como o caso de bolivianos, em São Paulo, submetidos por coreanos, bolivianos ou brasileiros a atividades de confecções. E taxistas foram submetidos a um “modo similar ao do escravo de aluguel, que existiu no Brasil até 1888”, concluíram as pesquisadoras Adriana Romero e Márcia Sprandel (2003, p. 123). Conforme estas, entre 2000 e 2002, houve registro de trabalho escravo em doze estados do Brasil, envolvendo não apenas a Amazônia, mas Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste em atividades que iam da extração de pedras e de látex, a fruticultura, soja, derrubada de mata e siderurgia.

As organizações envolvidas com o problema podiam constatar que fugir ou ser libertado era insuficiente, pois, sem alternativas econô-

¹⁹ Através do Decreto nº 1.538, de 27 de junho de 1995.

²⁰ “[...] com a finalidade de conjugar esforços visando a prevenção, repressão e erradicação de práticas de trabalho forçado, de trabalho ilegal de crianças e adolescentes, de crimes contra a organização do trabalho e de outras violências aos direitos à saúde dos trabalhadores, especialmente no ambiente rural”. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/trab_escravo/termo.pdf>.

micas, as vítimas continuavam vulneráveis a novos aliciamentos. Os atores que falavam sobre o problema aumentavam. Autoridades como, por exemplo, o presidente do STJ, Nilson Naves, e o Ministro do Trabalho e Emprego, Paulo Jobim Filho, se manifestaram. Naves informou que a Polícia Federal prendeu “em flagrante 26 pessoas, que resultaram na instauração de 18 inquéritos e 3 condenações” e Jobim Filho revelou números de operações e libertações realizadas por auditores fiscais. O tema passou a fazer parte da agenda do Estado. De tal forma que o Governo promulgou a Lei nº 9.777/98, que estabeleceu sanções maiores nos casos encontrados de condição análoga à escravidão. Contudo, mesmo sob o ponto de vista penal, havia um incômodo. Conforme Romero e Sprandel, se, em 1999, 600 pessoas foram resgatadas pelo GM, houve, no mesmo ano, apenas duas prisões. E informaram que havia uma morosidade na tramitação dos processos judiciais e faltava entre os órgãos governamentais uma coordenação. Ora, não apenas eram poucos os condenados, e as condenações não atingiam os grandes proprietários, mas o orçamento previsto para o programa de combate ao trabalho escravo era insuficiente e havia escassez de pessoal:

A fiscalização móvel do Ministério do Trabalho, que apura denúncias de exploração de mão de obra escrava em 8,5 milhões de km², tem só 12 funcionários exclusivos para a função. A Polícia Federal, por sua vez, disponibiliza para o acompanhamento do Grupo Móvel apenas 12 policiais e um delegado (ROMERO; SPRANDEL, 2003, p. 123).

Mudança: de combater a erradicar 2003-2013

Em 2003, Lula da Silva, novo presidente, criou, com estatuto de ministério, a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) da Presidência da República. Nilmário Miranda, titular da SEDH, anunciou que o Governo Federal pretendia não combater, mas *erradicar* a escravidão no país até o final do mandato presidencial. Em cerimônia no palácio do Planalto, o presidente lançou o 1º Plano

Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. O documento havia sido preparado pela Comissão Especial do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) do governo anterior.²¹ Na mesma cerimônia, o presidente assinou o projeto de lei de indenização a José Pereira, atendendo a uma proposta de acordo amigável sugerida pela Organização dos Estados Americanos (OEA) referente ao caso, que tramitava na Organização desde 1992.²² Logo em seguida, foi criada a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), vinculada à SEDH, para acompanhar o cumprimento das ações do Plano Nacional, a tramitação de projetos de lei no Congresso Nacional, avaliar os projetos de cooperação técnica com organismos internacionais e propor estudos e pesquisas sobre o trabalho escravo no país.

O clima, mais favorável ao enfrentamento do problema, propiciou a implementação de diversas medidas, como campanhas e comissões estaduais pela erradicação do trabalho escravo; uma lista publicada no *site* do MTE com a relação nominal dos proprietários envolvidos com o crime;²³ o impedimento, para as empresas que constassem nesta lista de acesso, a financiamentos, contratos e convênios com órgãos públicos; estudos sobre a cadeia de produção e comercialização de produtos oriundos das fazendas da mesma lista; um Pacto Social entre empresas que se comprometeram a não adquirir tais produtos; o II Plano Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo; a definição de competência da Justiça Federal para processar e julgar o crime previsto pelo artigo 149; o julgamento e a condenação pela Justiça Federal, em 2009, em Marabá, de 27 pessoas por incorrerem

²¹ Foi constituída pela Resolução 05/2002 do CDDPH.

²² José Pereira, em 1989, com 17 anos, foi aliciado junto a outros trabalhadores em Xinguara, Pará, para a fazenda Espírito Santo, da família Mutran. Ao perceber as condições de trabalho e as ameaças provenientes do empreiteiro e de seus prepostos, José Pereira e Paraná, outro jovem que estava em situação similar, fugiram, mas foram capturados. O primeiro sobreviveu, mesmo ferido na cabeça, o outro não. Houve morosidade na conclusão do inquérito policial, e o caso foi levado à OEA (FIGUEIRA, 2004).

²³ Cadastro de Empregadores, previsto na Portaria nº 540/2004 do MTE, "contém infratores flagrados explorando trabalhadores na condição análoga à de escravos". Disponível em: <http://www.mte.gov.br/trab_escravo/cadastro_trab_escravo.asp>. Acesso: 16 out. 2009.

no crime da escravidão.²⁴ Além disso, houve um aumento substancial de publicações a respeito do crime, em reportagens na televisão e na imprensa em geral.

Apesar de medidas como o Programa Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), das fiscalizações efetuadas pelo Grupo Móvel e das ações da justiça, a mudança do texto relativo ao artigo 149 do CPB, o problema não foi superado. Se antes não havia julgamentos, até pela indefinição de competência entre Justiça Federal e Estadual, as condenações realizadas em Marabá não produziram efeito imediato. Não havia sequer um preso condenado pelo crime. E o problema persistiu, como revelam os números de resgatados. Conforme dados do MTE, entre 1995 e 2012, foram resgatados 42.439 trabalhadores em diversas regiões do Brasil. Cabe ressaltar que o número de pessoas libertadas é inferior ao número das pessoas consideradas em situação de escravidão. Por exemplo, a CPT apresentava para o mesmo período denúncias que revelavam um número superior ao dos resgatados: 56.690. Isso revelava que a fiscalização não conseguia atingir todas as vítimas, sequer aquelas que haviam denunciado por muitas razões: informação incompleta, equipe com número insuficiente de servidores públicos, burocracia, distância e dificuldades nos deslocamentos.

Ao verificar os números revelados pelo MTE, podemos constatar que de 1995, ano em que foi criado o Grupo Móvel, a 2002, período do governo FHC, comparado com o período seguinte, de 2003 a agosto de 2010, houve um aumento substancial de operações de fiscalização. Enquanto no primeiro período dos oito anos de FHC houve a média anual de 22,1, no período seguinte, os quase oito anos de Lula, a média de fiscalização do Grupo Móvel subiu para 235. Quanto à média anual de estabelecimentos inspecionados no primeiro período, foram 108; no segundo, 235,8. Quanto aos resgatados, enquanto no primeiro período foram 2.946 libertados em média por ano, no segundo, foram 6.000. Quanto ao pagamento de indenizações por autos de infrações

²⁴ Sobre medidas desencadeadas por diversos atores de alguma forma envolvidos com o problema, veja artigo publicado pelo autor no relatório de 2006 (FIGUEIRA, 2006, p. 61-65).

lavrados, o MTE revela que a média anual dos autos e o valor unitário destes são superiores no segundo período (Quadro 1).

Quadro comparativo dos autos de infração e das indenizações nos períodos de 2000 a 2002 e de 2003 a 2010

Período	Pagamento de indenizações	Média anual do pagamento das indenizações	Número de autos de infração lavrados	Média do valor por autos lavrados
2000-2002 ²⁵	3.520.192,56	1.173.397,52	1.939	1.815,47
2003-2010	55.366.353,87	6.920.714,52	23.626	2.343,45

Fonte: Quadro composto pelo autor a partir de dados do MTE.

Apesar do sucesso das operações de libertação e dos autos de infração impetrados, os auditores perceberam que isso era insuficiente para desestimular a prática da escravidão. Os proprietários eram reincidentes no crime, e o mesmo trabalhador podia ser libertado mais de uma vez. Mas outros atores se revelaram importantes nas ações, o Ministério Público do Trabalho e a Justiça do Trabalho. Alguns procuradores acompanharam os auditores fiscais em suas ações, constataram o crime e impetraram ações por danos morais coletivos e individuais contra empregadores, e juízes acolheram as denúncias. Nesse caso, novas sanções e mais pesadas pretendiam criar novos obstáculos aos infratores.

A título de conclusão

A decisão da CNBB de abordar a questão do tráfico humano em 2014 veio em boa hora. Tomou para reflexão um assunto não suficientemente enfrentado. E, certamente, organizações inspiradas na prática libertadora de Jesus, como a CPT e a Pastoral dos Migrantes, têm um papel ímpar neste momento.

O problema ao longo dos anos mudou. Certamente não manteve o mesmo padrão de violência e retenção de liberdade. As ações do estado

²⁵ O MTE, no "Quadro geral das operações realizadas para a erradicação do trabalho escravo - SIT/SRTE", dá como dados não computados da época os autos lavrados entre 1995 e 1999.

e da sociedade civil e religiosa fizeram os autores dos crimes serem mais cautelosos. E no bojo das medidas, é necessário lembrar a nova redação do artigo 149, que incluiu a noção de dignidade humana ofendida como um elemento novo e importante inclusive para medir as violações. O que foi considerado a partir de 2003, como escravidão pode não ser exatamente o mesmo de anos que antecederam a mudança do texto legal.

Contudo, o crime do tráfico de pessoas brasileiras e estrangeiras e a escravidão se revelaram presentes mesmo no governo Dilma Rousseff, sucessora de Lula da Silva. Qual a razão da persistência desses crimes, se foram implementadas tantas medidas?²⁶ O problema é complexo e exige decisões que encontram fortes resistências. Sem tocar profundamente na distribuição de renda, sem gerar empregos e superar os bolsões de miséria e desemprego, sem oferecer uma educação pública de boa qualidade para todas as pessoas, a solução continuará distante. Sobre as razões da persistência da escravidão, escreveu Cristovam Buarque:

A verdade é que aquela lei magnífica (Áurea), de um único artigo, extinguiu a possibilidade de venda de seres humanos, bem como do uso de trabalhos forçados. Mas ela não acabou com a escravidão. Proibimos o trabalho contra a vontade e sem remuneração, mas permitimos o desemprego. Autorizamos os escravos a deixarem as senzalas, mas os liberamos para as favelas, o relento dos viadutos, as tendas do MST. Deixamos de enviar para as senzalas as sobras da casa-grande, e criamos uma fome que o escravo não passava. E o mais grave: abolimos a proibição de que os filhos de escravo fossem à escola, mas não os colocamos nas escolas. Eles foram deixados livres para perambular pelas ruas, abandonados (2007).

De fato, para ser completa a abolição, deveria ser acompanhada por um conjunto de medidas como a reforma agrária, que, prevista na Constituição, continuou letra morta. A força do latifúndio se ex-

²⁶ Ver, sobre o tema, ESTERCI e FIGUEIRA, 2008, p. 331-346; FIGUEIRA, 1999, p. 165-208.

pressou na chamada “bancada ruralista” do Congresso, que atrasou a aprovação de novas leis – como a aprovação da PEC, por exemplo, que prevê a perda da propriedade envolvida no trabalho escravo – e impossibilita a aplicação das existentes. O latifúndio desmentiu o prognóstico otimista de Sérgio Buarque de Holanda de que a lei abolicionista de 1888 tornaria “impotentes” os “velhos proprietários rurais” (Holanda, 1995, p. 176). Os velhos renasceram nos novos tempos, na pecuária moderna e no conjunto de empresários do agronegócio. A força do pensamento ruralista encontrou guarida no Congresso e nos demais poderes e nos meios de comunicação social. Houve, ao longo dos anos, uma promiscuidade de autoridades com a escravidão rural, ou porque se encontravam diretamente envolvidas, ou porque eram coniventes (FIGUEIRA, 2007, p. 53-58). De uma forma e de outra, o crime, no caso, passou a ser endógeno ao Estado (*ibidem*). Ou, como afirmou o sociólogo José de Souza Martins: “Nenhum pacto político foi feito neste país, desde a Independência, em 1822, até a recente Constituição, de 1988, que não fosse ampla concessão aos interesses dos grandes proprietários” (1994, p. 96).

Reconhecem as organizações sociais que se dedicam ao tema que é sempre necessário denunciar o tráfico humano e a escravização de pessoas, mesmo diante de dificuldades aparentemente insuperáveis, pois se se ataca o problema em um canto, ele logo explode no mesmo lugar ou em outro. Parece mais a ação inútil de se secar gelo com pano, ou como a de Sísifo, personagem da mitologia grega, condenado pelos deuses a empurrar uma pedra montanha acima. Esta, uma vez no topo, despencava montanha abaixo, tendo ele que retomar a tarefa, sem jamais concluí-la. Para se contrapor à força do pensamento conservador das oligarquias rurais, a vigilância e a denúncia parecem ser necessárias, e de modo permanente.

Para refletir:

1. Na história, temos dois tipos de escravidão. Uma considerada ilegal, outra, legal. O que significa a escravidão ilegal? Quando começou no Brasil? Persiste? Como?

2. Conhece algum caso que pode ser caracterizado como crime previsto no artigo 149 do Código Penal Brasileiro?
3. Como eu e meu grupo podemos contribuir para a erradicação desse crime?

Anotações bibliográficas

- ALMEIDA, A. W. B. de. “Cativeiro hoje – o trabalho como instrumento da escravidão”. In: *Humanidades*. Ano V, n. 17. Brasília: UnB, 1988, p. 58-67.
- AUDRIN, J. M. *Entre sertanejos e índios do Norte: o bispo Dom Domingos Carrerot*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.
- BALES, K. *Gente descartável*. Lisboa: Ed. Caminho, 2001.
- BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BUARQUE, C. *Jornal do Comércio*. 18 mai. 2007.
- CASALDÁLIGA, P. “Escravidão e Feudalismo no Norte do Mato Grosso”. São Félix do Araguaia, 1970.
- _____. “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o Latifúndio e a Marginalização social”. São Félix do Araguaia: *Carta Pastoral*, 1972.
- _____. “Questão Agrária, uma Questão Política”. *Depoimento de Dom Pedro Casaldáliga perante a CPI da Terra no Congresso Nacional*, 14 jun. 1977.
- CASTRO, F. de. *A Selva*. Lisboa: Livraria Ed. Guimarães, 1960.
- CUNHA, E. da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006 (Coleção a obra-prima de cada autor).
- DAVATZ, T. *Memórias de um Colono no Brasil: 1850*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- ESTERCI, N. *Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro: CEDI: Koinonia, 1994.
- _____. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ESTERCI, N.; FIGUEIRA, R. “Décadas de combate ao trabalho escravo: avanços, recuos e vigilância necessária”. In: CERQUEIRA, G. C. (org.). *Trabalho escravo contemporâneo no Brasil: contribuições críticas para sua análise e denúncia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 331-346.
- FIGUEIRA, R. R. *Direitos Humanos no Brasil 2009: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2009, p. 83-94.
- _____. “O trabalho escravo e a promiscuidade de autoridades”. In: *Direitos Humanos no Brasil 2007: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2007, p. 53-58.

- _____. “A escravidão por dívida: novidades e persistências”. In: *Direitos Humanos no Brasil 2006: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2006, p. 61-65.
- _____. *Pisando fora da própria sobra: trabalho escravo no Brasil contemporâneo*. Civilização Brasileira, 2004.
- _____. “Condenados à escravidão”. In: *Trabalho Escravo no Brasil Contemporâneo*. Goiânia/São Paulo: CPT/Ed. Loyola, 1999, p. 165-208.
- FIGUEIRA, R. R.; PRADO, A. A. “Um velho problema em discussão: o trabalho escravo por dívida”. In: *Direitos Humanos no Brasil 2008: Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008, p. 91-99.
- IANNI, O. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- KATZ, F. *La servidumbre agraria en México en la época porfiriana*. México: Ed. Era, 1980.
- MARTINEZ, E. E. G. *Café y inmigración de los españoles en São Paulo: 1880-1930*. Madri: CEDEL, 1990.
- MARTINS, J. S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- OKUBARO, J. J. *O súdito*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2006.
- PALMEIRA, M. “Desmobilização e Conflito: Relações entre trabalhadores e patrões na Agroindústria Pernambucana”. In: *Revista de Cultura & Política*, CEDEC, v.1, ago. 1979, p. 41-55.
- _____. “Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”. In: *Revista Contraponto*, ano 2, n. 2, novembro 1977.
- PRADO, A. A. “Trabalho escravo contemporâneo: uma questão para o Estado e para a sociedade civil”. In: *Versus. Revista de Ciências Sociais Aplicadas do CCJE/UFRJ*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ano II, n. 4, abril, 2010, p. 121-123.
- PRADO JUNIOR, C. *História Econômica do Brasil. Post scriptum em 1976*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1977.
- RAMOS, J. *A guerra dos seringueiros*. Rio de Janeiro: Ed. Nórdica, 1986.
- RIBEIRO, D. “A invenção do Brasil”. In: *A fundação do Brasil. Testemunhos: 1500-1700*. Petrópolis: Vozes, 1992, p. 15-61.
- RIVERA, J. E. *La voragine*. Bogotá: Ed. La Oveja Negra, 1987.
- ROCHA, M. R. *Etiópe resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado – discurso sobre a libertação dos escravos no Brasil de 1758*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ROMERO, A. M.; SPRANDEL, M. A. I Jornada de Debates sobre Trabalho Escravo – algumas reflexões. In: R. CEJ, Brasília, n. 22, p. 119-132, jul./set.

2003. Disponível em: <<http://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/cej/article/viewFile/572/752>>. Acesso: 16 out. 2009.
- SANTOS, M. M. “A rentabilidade do cacau de S. Tomé e Príncipe – hipóteses de explicação”. In: *Africana Studia. Revista internacional de Estudos Africanos*. Centro de estudos Africanos, Universidade do Porto, Porto, n. 5, 2002, p. 181-212.
- SAKAMOTO, L. Agência de notícias Repórter Brasil, 01/12/2005. Disponível em: <www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=458>. Acesso: 30 set. 2009.
- SECRETO, M. V. *Soldados da borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- SUTTON, A. *Trabalho Escravo: um elo na cadeia da modernidade no Brasil de hoje*. São Paulo: Loyola, 1994.
- TAVARES, M. S. *Equador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- TRABALHO FORÇADO AFRICANO. *O caminho da Ida*. Diversos. Ribeirão (Portugal): Ed. Húmus, 2009.
- _____. *Articulações com o poder político*. Porto (Portugal): Campo das Letras ed., 2007.
- _____. *Trabalho forçado africano – experiências coloniais comparadas*. Porto (Portugal): Campo das Letras ed., 2006.
- WERLY, R. *Iqbal: l'enfant esclave*. Paris: Ed. Fayard, 1995.

